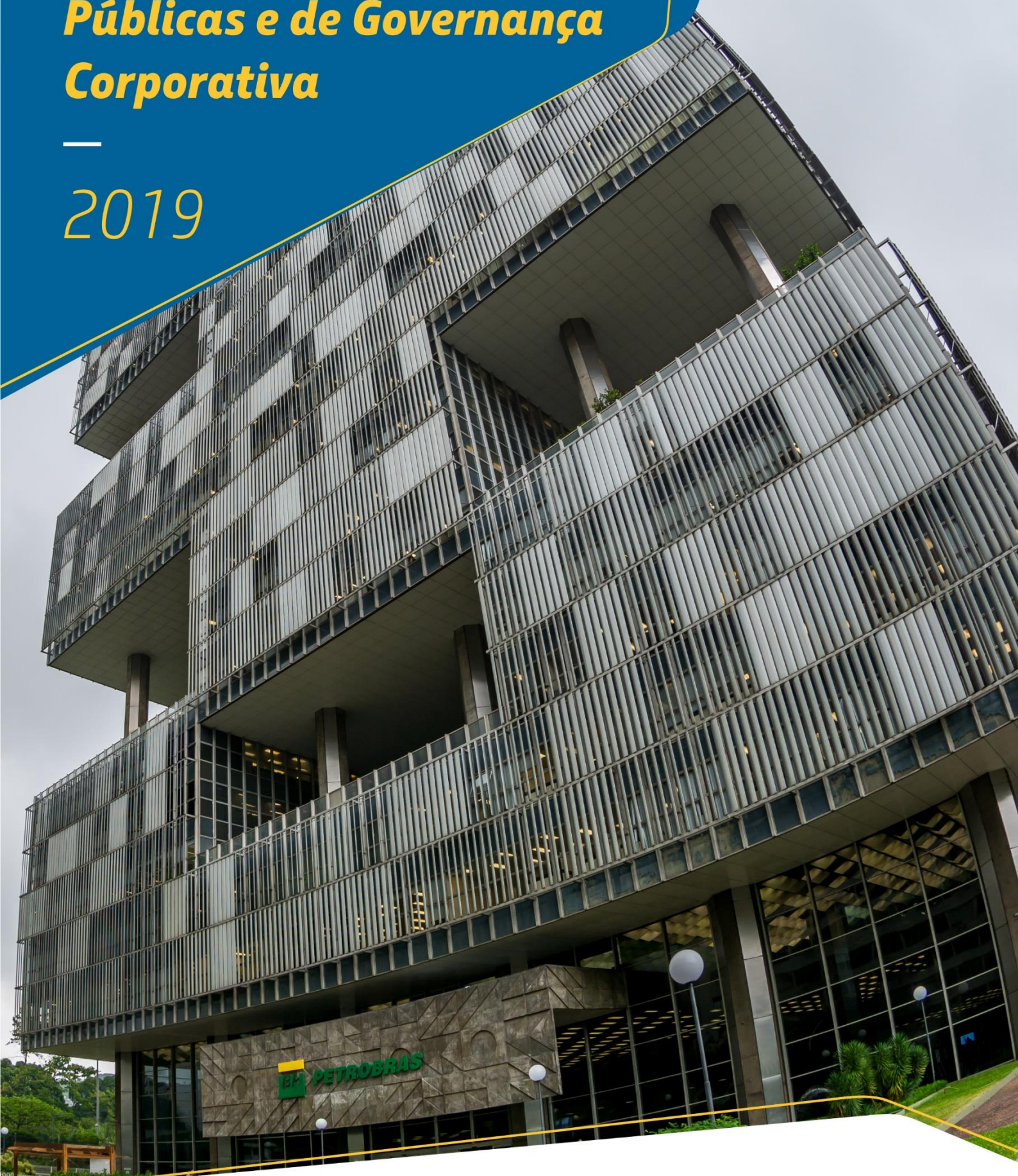


# ***Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa***

***2019***



# Sumário

---

Mensagem do Conselho de Administração.....	03
Identificação geral.....	05
1. Breve histórico.....	06
2. Principais atividades.....	07
3. Interesse público.....	33
4. Política de preços.....	35
5. Controles internos.....	35
6. Gestão de riscos.....	41
7. Fatores de risco.....	45
8. Principais resultados.....	47
9. Governança corporativa.....	52
10.Composição e remuneração da administração.....	60



# Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa da Petrobras

## Mensagem do Conselho de Administração

O ano de 2019 foi de muitos desafios e conquistas para a Petrobras e ficará marcado pela implementação de uma nova estratégia, sustentada por cinco pilares: maximização do retorno sobre o capital empregado, redução do custo do capital, busca incessante por custos baixos, meritocracia e respeito às pessoas e ao meio ambiente e foco na segurança das operações. Em 2019, registramos lucro líquido recorde em nossa história (R\$ 40,137 bilhões), o que representou crescimento de 55,7% em relação ao ano anterior.

Concretizamos, nos últimos anos, avanços significativos na governança corporativa e nos sistemas de integridade, *compliance* e controles internos da Companhia. Adotamos rigorosos padrões de ética e integridade e um conjunto de iniciativas que reforçam nosso propósito, nossos valores e nosso compromisso com a melhoria contínua e alinhamento às melhores práticas do mercado.

Entendemos que desenvolver uma cultura de integridade forte significa mais do que estabelecer normas e procedimentos. Significa desenvolver um senso de responsabilidade comum, estimular a reflexão e a compreensão de cada um sobre a importância de suas atitudes, atos e escolhas cotidianas para a sustentabilidade e perenidade da Companhia. Para isso, reforçamos e valorizamos uma conduta íntegra e ética, conjugada com o alto desempenho.

Recentemente, demos mais um passo para o fortalecimento da nossa cultura de integridade com a aprovação do nosso novo Código de Conduta Ética.

O documento tem como objetivo nos auxiliar a agir e tomar decisões da forma correta, descrevendo compromissos e comportamentos esperados de todos os que representam e colaboram com a Petrobras.

Nossos valores e princípios são inegociáveis. Por isso, temos o dever de proteger a Companhia daqueles que porventura escolherem o caminho errado. Essa atitude gera valor para todos: colaboradores, investidores, parceiros e para a sociedade.

Para isso, praticamos um conjunto consistente de ações que reforçam a prevenção, a detecção e a correção de comportamentos que não condizem com a nossa forma de atuar, como fraude e corrupção. Por meio dessas ações, temos criado condições para que os eventos dos quais fomos vítimas não se repitam e que nossas decisões sejam cada vez mais seguras.

Nossos objetivos, com o fortalecimento dessas práticas, são: mitigar riscos, evitando o desvio de recursos, que devem ser alocados na atividade produtiva; fortalecer nossa imagem e reputação e, consequentemente, nossa credibilidade; melhorar a percepção de risco por parte de parceiros e agências de *rating*, potencializando os investimentos; contribuir para que as pessoas se sintam mais seguras para a tomada de decisão, com reflexos positivos, principalmente, para nossos colaboradores e investidores; propiciar à Petrobras sustentabilidade e resiliência; e aprimorar o ambiente de negócios dos países em que atuamos.

Temos a convicção de que ética e integridade são compromissos de todos e devemos estar conscientes da nossa responsabilidade ao desempenhar nossas atividades, entendendo a relevância de nossas atitudes para a perenidade do nosso negócio.

É nosso dever sempre fazer o que é certo. Agir estritamente de acordo com o interesse da Companhia, conhecendo e seguindo nossas normas e procedimentos, participando dos treinamentos e utilizando nosso Canal de Denúncia para comunicar indícios de desvios éticos.

Nesse contexto, ao patrocinar as ações de governança e *compliance*, nossa Alta Administração tem papel fundamental, o de liderar pelo exemplo, promovendo, dessa maneira, o engajamento dos demais gestores da Companhia e do conjunto dos nossos colaboradores.

A mensagem do topo deve ser uma só: o fortalecimento da nossa cultura de integridade é um caminho sem volta. Investimos e continuaremos a investir em ações de integridade, porque acreditamos no valor e na importância desse investimento para a Companhia e para todos os nossos públicos de interesse.

Esse compromisso se torna ainda mais importante nos dias de hoje, quando nos defrontamos com um cenário global de alta complexidade e incerteza. Com a pandemia da Covid-19, o mundo vive a sua maior emergência sanitária dos últimos 100 anos e as empresas de óleo e gás também enfrentam uma crise sem precedentes, por conta da volatilidade na demanda e nos preços do petróleo. O que vivemos hoje tem o potencial de impactar o futuro de todos nós e nosso papel é

fundamental para preservar a geração de valor da Companhia.

Procuramos responder rapidamente aos desafios impostos pela pandemia, priorizando, inicialmente, a preservação da saúde de nossos empregados e a saúde financeira da Companhia. Simultaneamente ao emprego de medidas emergenciais, estamos trabalhando para assegurar que a Petrobras saia muito mais forte após essa crise.

Como em qualquer tempestade, é preciso que o barco faça ajustes em sua rota, mas permaneça firme em sua trajetória para chegar ao seu destino. A Petrobras já venceu várias crises e vencerá mais essa. Para atingir esse objetivo é fundamental prosseguir na execução da estratégia de longo prazo, enriquecida pelas lições aprendidas nessa crise, que nos ajudarão a operar com mais eficiência e menores custos.

Continuamos a trabalhar com coragem e otimismo, confiantes de que com a contribuição de nossos profissionais de elevada competência, níveis diferenciados de governança corporativa e *compliance* e ativos de classe mundial, a Petrobras se transformará numa empresa cada vez mais forte e geradora de valor.

Em 2020, mais uma vez, nossa energia terá que se reinventar! Vamos continuar monitorando o cenário, de forma a garantir que a Petrobras continue fornecendo a energia que contribui para movimentar a nossa sociedade.

Apresentamos aqui a Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa da Petrobras, exercício 2019.

**Conselho de Administração da Petrobras**

## Identificação geral

Em conformidade com o artigo 8º, incisos I e VIII, da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016 e com o artigo 13, incisos I e VIII, do Decreto 8.945, de 27 de dezembro de 2016, o Conselho de Administração subscreve a presente Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras referente ao exercício social de 2019. As informações contidas neste documento constam do Formulário de Referência, disponível no sítio eletrônico da Companhia.

<b>CNPJ/MF nº 33.000.167/0001-01. NIRE 33.300032061</b>
Sede: Avenida República do Chile, 65, Rio de Janeiro, RJ
Tipo de estatal: sociedade de economia mista. Holding
Acionista controlador: União Federal
Tipo societário: sociedade por ações
Tipo de capital: capital aberto
Abrangência de atuação: internacional
Sector de atuação: petróleo, gás natural e energia
Diretora Executiva Financeira e de Relacionamento com Investidores: Andrea Marques de Almeida. Tel.: (021) 3224-2401. E-mail: <a href="mailto:dfinri@petrobras.com.br">dfinri@petrobras.com.br</a> .
Auditores independentes: KPMG Auditores Independentes. Responsável técnico: Marcelo Gavioli. Tel.: (21) 2207-9000. E-mail: <a href="mailto:mgavioli@kpmg.com.br">mgavioli@kpmg.com.br</a> . Prestação de serviços: início em 2017. Sucedeu a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, que foi a auditora independente da Companhia no período de 2012 a 2016.
<b>Conselheiros de Administração subscretores:</b>
Eduardo Bacellar Leal Ferreira - Presidente do Conselho. CPF 265.598.977-53
Roberto da Cunha Castello Branco - Presidente da Petrobras. CPF 031.389.097-87
João Cox Neto. CPF 239.577.781-15
Omar Carneiro da Cunha Sobrinho. CPF 832.328.697-34
Paulo Cesar de Souza e Silva. CPF 032.220.118-77
Ruy Flaks Schneider. CPF 010.325.267-34
Nivio Ziviani. CPF 072.302.576-20
Leonardo Pietro Antonelli. CPF 010.584.087-47
Marcelo Mesquita de Siqueira Filho. CPF 951.406.977-34
Rodrigo de Mesquita Pereira. CPF 091.622.518-64
<b>Presidente e Diretores Executivos subscretores:</b>
Roberto da Cunha Castello Branco - Presidente da Petrobras. CPF 031.389.097-87
Andrea Marques de Almeida - Diretora Executiva Financeira e de Relacionamento com Investidores. CPF 014.701.357-79
Marcelo Barbosa de Castro Zenkner - Diretor Executivo de Governança e Conformidade. CPF 874.242.746-00
Carlos Alberto Pereira de Oliveira - Diretor Executivo de Exploração e Produção. CPF 539.638.907-97
Rudimar Andreis Lorenzatto - Diretor Executivo de Desenvolvimento da Produção. CPF 405.086.250-68
Anelise Quintão Lara - Diretora Executiva de Refino e Gás Natural. CPF 471.911.476-87
André Barreto Chiarini - Diretor Executivo de Comercialização e Logística. CPF 023.380.737-38
Nicolás Simone - Diretor Executivo de Transformação Digital e Inovação. CPF 231.136.328-03
Roberto Furian Ardenghy - Diretor Executivo de Relacionamento Institucional. CPF 331.581.500-34

**Rio de Janeiro, 28 de agosto de 2020\***

\* Versão originalmente aprovada pelo Conselho de Administração da Petrobras em 26/08/2020.

## 1. Breve histórico

A Petrobras foi constituída em 1953, a fim de conduzir as atividades correlatas à indústria de petróleo e gás natural pelo governo brasileiro. A Companhia começou suas operações em 1954 e durante aproximadamente 40 anos conduziu com exclusividade as atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural e de refino de petróleo no Brasil.

Como parte de uma reforma abrangente na regulamentação da indústria de petróleo e gás, o Congresso brasileiro aprovou uma emenda à Constituição Federal do Brasil, em 1995, a fim de autorizar o governo brasileiro a contratar qualquer empresa privada ou estatal para realizar atividades de exploração, produção, refino, comercialização e transporte de óleo, gás natural e derivados. Em 6 de agosto de 1997, o governo promulgou a Lei nº 9.478 (Lei do Petróleo) que estabeleceu um sistema regulamentar com base em concessões, cancelou o direito exclusivo da Petrobras de conduzir atividades de petróleo e gás e permitiu a concorrência em todos os aspectos da indústria no Brasil. Desde então, a Companhia opera em um ambiente desregulamentado e competitivo.

A Lei do Petróleo também criou uma agência reguladora independente e vinculada ao Ministério de Minas e Energia, a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), para regular a indústria do petróleo, gás natural e combustíveis renováveis no Brasil e promover um ambiente competitivo para o setor. Em 2 de janeiro de 2002, o Brasil desregulou os preços do petróleo, derivados de petróleo e gás natural.

A nova fronteira exploratória descoberta na camada pré-sal, levou o governo brasileiro a promulgar, em 2010, três leis que constituíram o novo marco regulatório para a exploração e a produção de petróleo e gás natural em áreas não licitadas do pré-sal (Novo Marco

Regulatório: as Leis nº 12.276/10 (Cessão Onerosa), 12.351/10 (Partilha de Produção) e 12.304/10 (Pré-Sal Petróleo S.A - PPSA). As Leis do Novo Marco Regulatório não alteram os termos dos contratos de concessão já firmados, que cobrem aproximadamente 28% da área mapeada do pré-sal.

Em 2016, o governo brasileiro promulgou as Leis: (i) nº 13.303, que dispõe sobre o estatuto jurídico, dentre outras, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias no âmbito da União Federal e (ii) nº 13.365, que dispõe sobre a faculdade (e não mais obrigatoriedade) da Companhia atuar como operadora e possuir participação mínima de 30% (trinta por cento) nos consórcios formados para exploração de blocos licitados no regime de partilha de produção, de que trata a Lei 12.351/10. Com a promulgação de tais diplomas legais, o ambiente regulatório que afeta a Companhia, notadamente no que tange à sua governança e suas atividades, ganha novos contornos.

As ações ordinárias e preferenciais da Companhia são negociadas na bolsa de valores B3 desde 1968. A Petrobras foi constituída como empresa estatal, de acordo com a Lei nº 2004, de 3 de outubro de 1953 (posteriormente revogada pela Lei nº 9.478, de 1997), e a maioria do seu capital votante deve pertencer à União Federal.

Em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019, a União Federal possuía 28,67% do capital social total da Companhia e 50,26% do capital votante. A Petrobras opera através de subsidiárias, *joint ventures* e empresas associadas estabelecidas no Brasil e em outros países.

Para mais informações sobre o nosso histórico e legislação pertinente, ver itens 6.3 e 7.5 do Formulário de Referência, disponível no site de Relações com Investidores da Petrobras, no endereço: <https://www.investidorpetrobras.com.br/pt/resultados-e-comunicados/relatorios-anuais#formulario-de-referencia>.

## 2. Principais atividades

A Petrobras é uma das maiores produtoras de petróleo e gás do mundo. Em 2019, os campos operados pela Companhia produziram 93,64% do petróleo e gás natural do Brasil, conforme dados da ANP.

Em decorrência dos quase 50 anos atuando nas bacias marítimas brasileiras, a Companhia desenvolveu um conhecimento técnico especial na exploração e produção em águas profundas e ultraprofundas, se tornando líder mundial nesse segmento, segundo dados de produção de óleo e gás disponibilizados no serviço “Company Benchmark Tool”, da consultoria independente Woodmackenzie.

A maior parte das reservas domésticas provadas da Companhia estão em campos grandes e contíguos nas bacias offshore de Campos e Santos, o que lhe permite obter benefícios de uma produção em larga escala, otimizando sua infraestrutura e controlando os custos de exploração, desenvolvimento e produção.

A Companhia também atua nos mercados de refino, transporte e comercialização, possuindo e operando 14 refinarias, incluindo uma unidade de processamento de xisto, responsáveis pela maior parte da capacidade de refino no Brasil, que está concentrada na região Sudeste, onde se encontram os mercados mais populosos e industrializados do país e adjacente às principais fontes de petróleo e gás natural nas bacias de Campos e Santos.

Além disso, a Companhia atua na geração de energia, na atividade de biocombustíveis, petroquímica e nos negócios de distribuição, por meio de participações em algumas empresas.

No exterior, a Companhia está presente nos seguintes continentes e países: América do Sul (Argentina, Bolívia, Colômbia e Uruguai), América do Norte (Estados Unidos e México, até março de 2019), África (Nigéria, até janeiro de 2020), Europa (Holanda e Reino Unido) e Ásia (Singapura).

Todavia, alinhada à sua estratégia de foco nas oportunidades em águas profundas e ultraprofundas no Brasil, desde 2012, a Companhia vem reduzindo substancialmente a sua atividade internacional, com a venda de ativos e empresas, com base na sua gestão ativa de portfólio.

Segue abaixo uma breve descrição das atividades desenvolvidas por continente:

Na América do Sul: (i) exploração e produção de óleo e gás (Argentina, Bolívia e exploração na Colômbia) e (ii) produção, distribuição e comercialização de produtos e serviços (Colômbia e Uruguai). Além desses países, a Companhia continua presente no Chile e Paraguai, por meio de contrato de licenciamento de marcas Petrobras, em decorrência da venda de seus ativos nesses países.

Na América do Norte: produção de petróleo e gás por meio de uma *joint venture* nos Estados Unidos, comercialização de petróleo, derivados e GNL. Até março de 2019, a Companhia possuía contratos de serviços de exploração e produção no México e, até abril do mesmo ano, operações de refino nos Estados Unidos.

Na África: até janeiro de 2020, atividades de exploração e produção de óleo e gás na Nigéria, por meio de uma *joint venture* - Petrobras Oil&Gas B.V (PO&G B.V.)

Na Europa: a Companhia possui subsidiárias no (i) Reino Unido - Petrobras Europe Limited (PEL), *trading* da Petrobras, sediada em Londres, responsável pela inteligência de mercado e suporte na comercialização de petróleo, derivados, gás natural, derivativos, *shipping* e operação de navios para o mercado europeu e africano e (ii) Holanda - Petrobras Global Trading B.V (PGT BV), localizada em Roterdã, onde são realizadas atividades de *trading*, com o desdobramento de estratégias comerciais e financeiras da Petrobras.

Na Ásia, a presença da Companhia se destina a atuar nesse mercado estratégico, visando novas oportunidades de negócios por meio de seu escritório de representação em Singapura, realizando atividades de *trading* de petróleo e derivados para a China, a Índia, o Sudeste da Ásia e o Oriente Médio, por meio da Petrobras Singapore Private Limited (PSPL).

## Informações sobre segmentos operacionais

### a) Produtos e serviços comercializados

Em decorrência dos desinvestimentos ocorridos em 2019, da estratégia de reposicionamento do seu portfólio previsto no Plano Estratégico 2020-2024, aprovado em 27 de novembro de 2019, bem como da materialidade dos negócios remanescentes, a Companhia reavaliou a apresentação dos negócios de distribuição e de biocombustíveis, que passaram a ser incluídos no “**Corporativo e outros negócios**”. Desta forma, os negócios da Companhia estão divididos em três principais segmentos:

#### • Exploração e Produção (E&P)

Abrange as atividades de exploração, desenvolvimento da produção e produção de petróleo, LGN (líquido de gás natural) e gás natural no Brasil e no exterior, objetivando atender, prioritariamente, as refinarias do país e atuando também de forma associada com outras empresas em parcerias, além das participações societárias em empresas desse segmento no exterior.

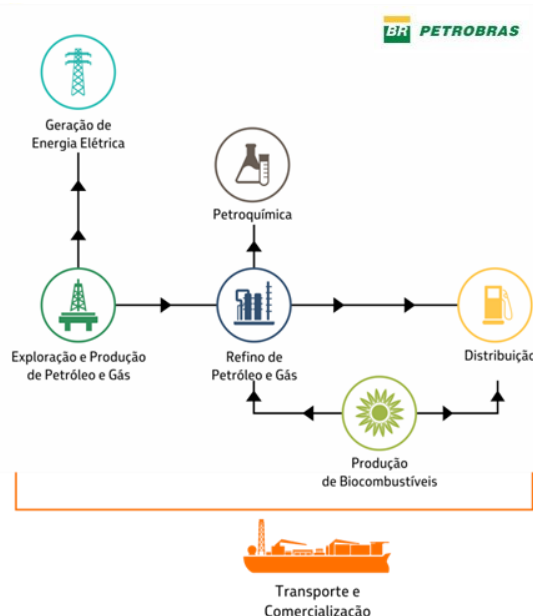
#### • Refino, Transporte e Comercialização (Refino)

Contempla as atividades de refino, logística, transporte, aquisição e exportação de petróleo bruto, assim como a compra e venda de produtos derivados do petróleo e etanol, no Brasil e no exterior. Adicionalmente, esse segmento inclui a área de petroquímica, que compreende investimentos em sociedades do setor petroquímico, a exploração e processamento de xisto.

#### • Gás & Energia (G&E)

Contempla as atividades de logística, comercialização de gás natural e energia elétrica, transporte e comercialização de gás natural liquefeito (GNL), geração de energia através de usinas termelétricas, bem como participação em sociedades transportadoras e distribuidoras de gás natural no Brasil e no exterior. Nesse segmento, também são incluídos os resultados de operações de processamento de gás natural e produção de fertilizantes da Companhia.

Além disso, a classificação “**Corporativo e outros negócios**” inclui as atividades que não são atribuídas aos segmentos de negócio, principalmente aquelas relacionadas à gestão financeira corporativa, despesas gerais corporativas e outras despesas, provisões relacionadas ao acordo da *class-action* e despesas atuariais relacionadas aos planos de pensão e assistência médica oferecidos para empregados aposentados e seus dependentes. Essa classificação também compreende biocombustíveis e negócios de distribuição. Os negócios de biocombustíveis abrangem as atividades de produção de biodiesel e seus coprodutos e etanol. Os negócios de distribuição cobrem a participação acionária na BR Distribuidora e os negócios de distribuição de derivados de petróleo na América do Sul.





**b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia**

Segmento	Exercício social encerrado em (valores em milhões de reais)					
	31/12/2019	%	31/12/2018 <sup>(2)</sup>	%	31/12/2017	%
E&P	199.429	38	191.546	37	134.737	28
Refino	266.613	52	269.138	53	214.067	45
G&E	45.252	9	44.926	9	39.549	8
CORP & OUTROS	4.802	1	6.331	1	88.732	19
RECEITA AGREGADA	516.096	100	511.941	100	477.085	100
ELIMINAÇÕES <sup>(1)</sup>	(213.851)		(201.686)		(193.390)	
CONSOLIDADO	302.245		310.255		282.695	

<sup>(1)</sup> Correspondem às operações internas entre os nossos segmentos de negócio, as quais são eliminadas quando da elaboração das nossas demonstrações financeiras consolidadas.

<sup>(2)</sup> O período de 2018 está sendo reapresentado conforme pronunciamento contábil “CPC 31 - Ativo não circulante mantido para venda e operações descontinuadas”, devido à operação descontinuada relativa à BR Distribuidora, vide seção 10.3 do Formulário de Referência e nota explicativa 30 das demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2019.

**c) Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia**

Segmento	Exercício social encerrado em (valores em milhões de reais)					
	31/12/2019	%	31/12/2018 <sup>(2)</sup>	%	31/12/2017 <sup>(2)</sup>	%
E&P	49.854	107	44.177	155	22.453	5.517
Refino	3.548	8	8.246	29	13.510	3.318
G&E	16.813	36	2.171	8	6.113	1.502
CORP & OUTROS	(23.639)	(51)	(26.151)	(92)	(41.669)	(10.239)
LUCRO/PREJUÍZO	46.576	100	28.443	100	407	100
ELIMINAÇÕES <sup>(1)</sup>	(5.606)		(1.745)		(853)	
CONSOLIDADO	40.970		26.698		(446)	

<sup>(1)</sup> Correspondem às operações internas entre os nossos segmentos de negócio, as quais são eliminadas quando da elaboração das nossas demonstrações financeiras consolidadas.

<sup>(2)</sup> O período de 2018 está sendo reapresentado conforme pronunciamento contábil “CPC 31 - Ativo não circulante mantido para venda e operações descontinuadas”, devido à operação descontinuada relativa à BR Distribuidora, vide seção 10.3 do Formulário de Referência e conforme nota explicativa 30 das demonstrações financeiras consolidadas.

## **Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais**

### **• Exploração e Produção**

O segmento de exploração e produção de petróleo e gás natural no Brasil (E&P) é o componente mais expressivo do portfólio da Petrobras e está focado em exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural, em terra e no mar, de maneira segura e rentável.

Atualmente, as atividades da Petrobras estão focadas principalmente em águas profundas e ultraprofundas de petróleo no Brasil, representando 87% da produção total da Companhia em 2019. A Petrobras também possui atividades em campos maduros em águas rasas e em terra, além de estar presente no exterior. Com relação aos ativos de E&P da Companhia, 92% estão no Brasil e representam 98% de nossa produção global e 99% de nossas reservas de petróleo e gás natural.

No Brasil, a União Federal é a proprietária das jazidas de petróleo, mas as empresas e os consórcios podem extrair e explorar esse petróleo mediante pagamento de várias formas, como royalties. As formas de pagamento variam de acordo com o modelo regulatório aplicado. Existem três modelos regulatórios no Brasil: Concessão, Cessão Onerosa e Partilha de Produção. O modelo de Concessão era o único até 2010, quando o governo federal brasileiro promulgou leis estabelecendo o regime de Cessão Onerosa e de Partilha de Produção no polígono do pré-sal.

As rodadas de licitações realizadas pela Agência Nacional de Petróleo e Gás Natural (ANP) são o principal processo de aquisição de direitos sobre os blocos exploratórios. A outra forma é por meio de aquisição dos direitos de concessão detidos por outras empresas (*farm-in*).

Vale observar que no caso dos blocos ofertados sob o regime de Partilha de Produção, a Petrobras possui o direito de preferência para atuar como operadora, com no mínimo 30% de participação nos consórcios, garantindo-lhe acesso às áreas do polígono do pré-sal.

Ao final de 2019, dos 430 ativos em exploração e produção que a Companhia possui, incluindo 132 joint ventures com outras empresas de petróleo e gás, 406 estão sob regime de Concessão, 14 são contratos de Partilha de Produção e 10 são regulados por contratos de Cessão Onerosa.

Como a maioria das grandes empresas de petróleo e gás, a Petrobras opera em parcerias usando consórcios na exploração de blocos e na produção de campos de petróleo, principalmente em águas ultraprofundas no Brasil.

Segundo os dados do Boletim Mensal de Produção da ANP publicados em 2019, os campos operados pela Petrobras produziram 93,64% da produção total de óleo e gás natural no Brasil. Outras operadoras são Equinor Brasil (1,74%), Shell Brasil (1,29%) e Total E&P do Brasil (0,88%), além de mais 38 empresas operadoras que respondem por 2,5% da produção.

Em 31 de dezembro de 2019, considerando exclusivamente os direitos da Petrobras nos consórcios, a Companhia pode explorar e produzir petróleo e gás no Brasil em uma área de 59.363 km<sup>2</sup>, dos quais 21% estão em terra e 79% no mar. Cerca de 28% dessa área está desenvolvida, e 72% estão na fase exploratória ou de desenvolvimento.

O polígono do pré-sal, região na qual novas áreas exploratórias só podem ser outorgadas no regime de partilha de produção, ocupa uma área de aproximadamente 150 mil km<sup>2</sup>, nos quais a Companhia possui o direito de exploração e produção sobre 16% da área total (cerca de 24 mil km<sup>2</sup>).

Em 2019, os investimentos em E&P totalizaram US\$ 25,1 bilhões. Excluindo o pagamento dos bônus de aquisição de novas áreas nas rodadas de licitações realizadas em 2019, esse montante é de US\$ 8,4 bilhões.

As principais características, por atividade em que a Companhia atua neste segmento, estão descritas abaixo:

## Exploração

A cadeia da indústria de óleo e gás inicia-se na fase exploratória, com a contratação de blocos exploratórios, seja por meio de leilões realizados por governos, por *farm in* de blocos de outras empresas ou por aquisição de empresas com consequente incorporação de ativos.

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia tinha 117 blocos exploratórios (39 com 100% de participação), nos quais 22 descobertas de petróleo e/ou gás estavam sob processo de avaliação. Além dessas, outras cinco descobertas encontravam-se em avaliação nas áreas de produção. A Petrobras é operadora em 52 blocos, onde atua junto com parceiros.

Adicionalmente, em 2019 a ANP realizou três rodadas de licitação de blocos exploratórios no Brasil: a 16ª Rodada de Licitações de Blocos sob Regime de Concessão, a 6ª Rodada de Partilha de Produção e a Rodada de Licitações do Excedente da Cessão Onerosa (para mais informações, ver item 7.9 do Formulário de Referência).

## Produção

Após a declaração de comercialidade de um campo, começa o processo de desenvolvimento da produção. Os investimentos realizados nessa fase estão voltados principalmente para a concepção de projetos e construção de sistemas de produção, o que inclui as plataformas, os sistemas submarinos e a perfuração e completação dos poços.

Atualmente, a Companhia possui 89 e afreta 18 plataformas *offshore*. Além dessas, existem três plataformas em campos operados pelos parceiros da Petrobras.

Os investimentos em desenvolvimento da produção, em 2019, foram de US\$ 6,3 bilhões, com destaque para os grandes projetos do pré-sal, como o campo de Mero, na área de Libra.

Libra é o primeiro bloco no regime de partilha de produção no Brasil e um dos maiores projetos de exploração e produção offshore do mundo. É conduzido por um consórcio (Consórcio de Libra), liderado pela Petrobras (40%), em parceria com a Shell (20%), Total (20%), CNPC (10%) e CNOOC Limited (10%), além da participação da Companhia estatal Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA), como gestora do contrato.

O desempenho da operação da Companhia melhorou significativamente nos últimos anos, atingindo recordes de produção de óleo e gás diários, trimestrais e anuais. Em 2019, a produção total de óleo e gás, incluindo líquidos de gás natural (LGN) foi de 2,77 MMboed (milhões de barris de óleo equivalente por dia), sendo 2,69 MMboed produzidos no Brasil e 82 Mboed no exterior, representando 5,4% de aumento em relação a 2018.

A média anual da produção total operada da Companhia (parcela própria e dos parceiros) em 2019 foi de 3,5 MMboed, sendo 3,4 MMboed no Brasil.

O custo médio de extração no Brasil em 2019 foi de US\$ 9,6 por boe (barril de óleo equivalente), excluindo as taxas do governo. O valor representa uma redução de 12% em comparação com o custo médio de US\$ 10,9 por boe registrado em 2018, pelo aumento da produção, redução dos custos operacionais e desvalorização do real frente ao dólar.

Para informações adicionais do segmento de E&P, ver item 7.9 do Formulário de Referência.

## Reservas

As reservas de petróleo são medidas de acordo com critérios predefinidos por órgão reguladores, como os definidos pela Securities and Exchange Commission (SEC), que levam em consideração aspectos técnicos e econômicos para a mensuração dos volumes existentes e a possibilidade de produzi-los no futuro.

Por meio da atividade exploratória, são descobertas novas áreas que, após serem declaradas comerciais, passam a constituir campos de petróleo. Para cada campo, é proposto um plano de desenvolvimento da produção. À medida em que os projetos previstos neste plano adquirem maturidades técnica e econômica adequadas, o campo passa a apresentar reservas provadas. Ao longo da vida do campo, suas reservas provadas podem ser incrementadas a partir de perfuração de poços, otimizações operacionais, implantação de métodos de recuperação suplementar, como injeção de água, entre outros.

Os volumes das reservas de petróleo e gás variam anualmente. Com o início da produção, o volume produzido de óleo, condensado e gás natural deixa de ser reserva. Além disso, outros fatores, como a compra e venda de ativos, preço do petróleo e características dos reservatórios, também influenciam na variação do volume das reservas.

Em 2019, as operações de desinvestimentos proporcionaram a monetização antecipada de 0,072 bilhão de boe referentes à conclusão da venda de toda a participação da Petrobras nos campos de Pargo, Carapeba, Vermelho e Maromba, na Bacia de Campos, e em 34 campos terrestres, na Bacia Potiguar, e venda de 50% da participação da Petrobras nos campos de Tartaruga Verde e Espadarte, na Bacia de Campos.

Em 2019, a Petrobras incorporou 944 milhões de boe de reservas provadas, revisando estimativas anteriores. Desconsiderando os efeitos dos desinvestimentos realizados em 2019, a Petrobras conseguiu repor 106% do volume produzido devido, principalmente, em razão da boa performance e ao maior histórico de produção dos reservatórios do pré-sal da Bacia de Santos. Além disso, houve incorporações relacionadas ao remanejamento de volumes devido à revisão do contrato de Cessão Onerosa e à aprovação de novos projetos nas bacias de Santos, Campos e Espírito Santo.

A relação entre o volume de reservas provadas e o volume produzido - Reservas/Produção (R/P), reduziu para 10,5 anos em 31 de dezembro de 2019, comparado aos 11,1 anos em 2018.

Em 31 de dezembro de 2019, 42% (1.489 milhões de boe) das reservas provadas não desenvolvidas permaneceram não desenvolvidas, por cinco anos ou mais, principalmente devido à complexidade inerente a projetos de desenvolvimento de águas ultraprofundas em campos gigantes, particularmente nas bacias de Santos e Campos.

A Petrobras, historicamente, submete à certificação pelo menos 90% de suas reservas provadas segundo o critério SEC. Atualmente, a empresa certificadora é a D&M (DeGolyer and MacNaughton).

Além dos volumes estimados segundo critérios da SEC, a Petrobras também estima reservas segundo os critérios ANP/SPE (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis / Society of Petroleum Engineers). Em 31 de dezembro de 2019, as reservas provadas segundo estes critérios atingiram 11,235 bilhões de barris de óleo equivalente.

### **Negociação do Contrato da Cessão Onerosa**

O Contrato de Cessão Onerosa, firmado entre a Petrobras e a União Federal e regido pela Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010, regula a transferência, para a Petrobras, dos direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural em áreas específicas do pré-sal. Tal contrato estabelece cláusulas tais como:

- volume que se pode extrair dessas áreas, até o limite de cinco bilhões de barris de óleo equivalente;
- preço pago pelo Contrato de Cessão Onerosa;
- prazo de vigência do contrato e percentuais de conteúdo local;
- disposições que preveem uma revisão posterior dos seguintes itens: valor, volume máximo, prazo de vigência e percentuais de conteúdo local.



Em contrapartida ao direito de exploração e produção, a Petrobras pagou à União o montante de R\$ 74.808 bilhões que, em 2018, encontrava-se registrado em seu ativo imobilizado.

Em 20 de maio de 2019, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou o Termo Aditivo ao Contrato de Cessão Onerosa, que tem por objeto a revisão do Contrato, nos termos da Resolução do Conselho Nacional de Política Energética nº 5/2019. Tal aprovação, contudo, foi condicionada à solução orçamentária para o pagamento da União à Petrobras e à publicação de Portaria do Ministério de Minas e Energia (MME) sobre o Acordo de Coparticipação que não violasse o direito adquirido da Companhia no Contrato de Cessão Onerosa e as condições já negociadas no âmbito do processo de revisão, formalizadas na minuta do termo aditivo ao Contrato e na Portaria MME nº 213/2019.

A deliberação do Conselho de Administração acompanhou a decisão do Comitê de Minoritários e condicionou, ainda, que a celebração do termo aditivo ocorresse antes da realização do leilão dos excedentes da Cessão Onerosa.

Em 23 de outubro de 2019, o Conselho de Administração ratificou a assinatura do Termo Aditivo, já considerando as premissas econômicas previstas na nova redação da Portaria MME nº 213 e recomendando que sua assinatura ocorresse antes da realização da Rodada de Licitação dos Volumes Excedentes da Cessão Onerosa.

Em paralelo, no dia 23 de outubro de 2019, os ministros do Tribunal de Contas da União (TCU), publicaram o Acórdão Nº 2.589/2019, fruto da sessão plenária relacionada ao Processo TC Nº 011.325/2015-1 que tratava do acompanhamento da revisão do Contrato da Cessão Onerosa assinado em 2010, entre a União e a Petrobras.

O TCU considerou que os procedimentos realizados para a revisão do Contrato atendem, com ressalvas, aos aspectos de economicidade, eficiência e eficácia dos atos correlatos praticados, não havendo

óbice à assinatura do Termo Aditivo de revisão do Contrato de Cessão Onerosa entre a União e a Petrobras, o qual foi assinado em 1º de novembro de 2019, bem como garantiu segurança jurídica na realização do Leilão dos Volumes Excedentes da Cessão Onerosa. O aditivo prevê o ressarcimento à Petrobras de cerca de R\$ 34,1 bilhões (em setembro de 2019), atualizados pela taxa Selic até a data do pagamento.

Em alinhamento à sua estratégia de gestão de caixa e em função do previsto no Termo Aditivo, a Petrobras realizou, em 11 de dezembro de 2019, o pagamento à União no valor de R\$ 34,420 bilhões, referentes a primeira parcela do bônus de assinatura da aquisição da área de Búzios e Itapu, ocorrida na rodada de licitações do excedente da Cessão Onerosa.

Nesse contexto, a Companhia recebeu da União, na mesma data, R\$ 34,414 bilhões, referentes ao pagamento previsto no Termo Aditivo, atualizado pela taxa Selic até a data de pagamento.

Em 27 de dezembro de 2019, a Petrobras realizou o pagamento R\$ 28,720 bilhões referentes à segunda parcela do bônus de assinatura pelas áreas de Búzios e Itapu.

#### • Refino, Transporte e Comercialização

A Petrobras atua no segmento de refino, transporte e comercialização de petróleo e derivados, norteadas pela estratégia de atender ao mercado atingindo o máximo de eficiência dos seus ativos.

#### **Refino**

No refino, a Petrobras tem participação dominante no mercado, possuindo e operando 13 refinarias com capacidade total de destilação de petróleo de 2,176 milhões de barris por dia, representando 99% de toda a capacidade de refino no Brasil. A Companhia está se reposicionando no negócio de refino através de processo de desinvestimento, uma estratégia que permite compartilhar riscos e estabelecer uma indústria dinâmica, competitiva e eficiente.

Com o objetivo de otimizar as suas margens nesse segmento, a Petrobras adota uma combinação coordenada de processamento de óleo, importação e exportação, considerando os diferentes custos de oportunidade de óleo nacional e importado, derivados de petróleo em diversos mercados, bem como os custos de transporte, armazenamento e processamento envolvidos.

Dessa forma, em 2019, 71% de toda a produção de petróleo da Companhia foi processada em suas refinarias e o restante foi exportada. Foram processados 1,720 milhão de barris por dia de petróleo e líquido de gás natural (LGN) e, desse total, 91% foram provenientes dos campos brasileiros, complementado com óleo importado.

Nesse segmento, a principal parcela dos custos está associada à aquisição de petróleo para processamento, tanto nacional quanto importado, que sofre impacto direto da variação do preço da *commodity* no mercado internacional (Brent) e da taxa de câmbio. Em 2017, 7% do petróleo processado foi importado, em 2018, 9% do petróleo processado foi importado. Em 2019, 9% do petróleo processado foi importado. Com relação à produção de derivados de petróleo, em 2019, a Companhia produziu 1,779 milhão de barris por dia.

No âmbito da gestão ativa de portfólio, alguns ativos e empresas do segmento de refino já foram vendidas e outras encontram-se em processo de desinvestimento.

Em maio de 2019, ocorreu o fechamento da transação de alienação integral da Pasadena Refining System Inc., refinaria localizada no Texas (EUA), responsável pelo processamento de 100 mil barris de petróleo por dia, o equivalente a 91% da sua capacidade instalada, e produção de 108 mil barris por dia de derivados, em 2018.

Em junho de 2019 a Companhia assinou com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) um Termo de

Compromisso de Cessação que consolida os entendimentos entre as partes sobre a execução de desinvestimento em ativos de refino no Brasil. O termo tem por objeto propiciar condições concorrenciais, incentivando a entrada de novos agentes econômicos no mercado de refino bem como suspender o inquérito administrativo instaurado pelo Tribunal do CADE para investigar suposto abuso de posição dominante da Petrobras no segmento de refino.

Com a celebração desse termo, dentre outros compromissos relacionados, ficou estabelecida a venda de ativos de refino que totalizam capacidade de 1,1 milhão de barris por dia: Refinaria Abreu e Lima (RNEST), Unidade de Industrialização do Xisto (SIX), Refinaria Landulpho Alves (RLAM), Refinaria Gabriel Passos (REGAP), Refinaria Presidente Getúlio Vargas (REPAR), Refinaria Alberto Pasqualini (REFAP), Refinaria Isaac Sabbá (REMAN) e Lubrificantes e Derivados de Petróleo do Nordeste (LUBNOR).

## **Transporte e Armazenamento de Petróleo**

A atividade desenvolvida pelas empresas que atuam no mercado de transporte e armazenamento de combustíveis tem início após a extração do petróleo. A Petrobras realiza essa atividade principalmente por meio de sua subsidiária integral Petrobras Transporte S.A. (Transpetro), que atua na movimentação e no armazenamento de petróleo e derivados, etanol, gás e biocombustíveis por meio de terminais, para o abastecimento das indústrias, termelétricas e refinarias brasileiras, incluindo as atividades de importação e exportação. Adicionalmente, a Petrobras administra diretamente alguns ativos desse sistema, como terminais e navios.

A operação de terminais e oleodutos é um importante elo na cadeia logística de abastecimento da Petrobras. Dos campos de produção, o petróleo é transportado, por oleodutos ou por navios, para os terminais operados pela Transpetro, e de lá até as refinarias ou para exportação.

Após o refino, os derivados são escoados por dutos aos terminais para serem cabotados por navios pelo litoral brasileiro ou entregues às companhias distribuidoras, que abastecem os mercados nacional e internacional.

Operando 44 terminais, dos quais 24 aquaviários e 20 terrestres, e uma malha de 7.719 km de oleodutos, a Transpetro movimentou, em 2019, 567,2 milhões de m<sup>3</sup> de petróleo e derivados. A Transpetro opera, ainda, três terminais de regaseificação de GNL. Além disso, a Petrobras tem contratos para o uso de parte da capacidade de armazenamento de 19 terminais de terceiros.

Adicionalmente, a Transpetro opera uma malha de 7.155 km entre gasodutos de transporte para terceiros e gasodutos de transferência para a Petrobras. Em 2019, movimentou, em média, 66,7 milhões m<sup>3</sup> de gás por dia.

Em 2019, a capacidade de transporte da Transpetro e de sua subsidiária integral Transpetro International B.V. (TIBV), após receber os dois últimos navios do seu programa de modernização da frota, aumentou para 4,80 milhões de toneladas de porte bruto (TPB), por meio de 59 embarcações (próprias e afretadas). Além disso, a Petrobras conta com mais 69 embarcações afretadas junto a terceiros.

### **Comercialização**

Em 2019, a Companhia comercializou 1.953 mbbl/d de derivados, sendo 90% destinados ao mercado brasileiro. Além de petróleo e seus derivados, a Companhia também comercializa gás natural, energia, fertilizantes nitrogenados, renováveis e outros produtos.

A maior parte da receita da Companhia é proveniente das vendas no mercado interno, considerando que em 2019, 2018 e 2017 representaram, aproximadamente, 73,06%, 74,1% e 79,2%, respectivamente. O restante é proveniente de exportações e vendas no exterior.

Em novembro de 2019, a exportação da Petrobras atingiu o patamar recorde de 767 mbbl/d, confirmando o posicionamento da Companhia como ator global na comercialização de petróleo e em linha com seu posicionamento estratégico.

### **Petroquímica**

No setor petroquímico, a Petrobras participa da produção doméstica de petroquímicos básicos e das atividades de segunda geração, por meio de empresas investidas, nas quais se destaca a Braskem.

A partir de 2008, a Petrobras participou da consolidação e reestruturação da indústria petroquímica brasileira por meio de uma série de fusões e subscrições de capital, criando companhias com uma maior capacidade de competir em nível internacional, inclusive substituindo importações.

Dessa consolidação surgiu a maior empresa petroquímica do Brasil - a Braskem S.A., uma empresa de capital aberto na qual a Petrobras detém participação de 36,20%, a Odebrecht 38,32% e o restante pulverizado no mercado. A Braskem opera fábricas petroquímicas no Brasil, México, Estados Unidos e Alemanha, produz petroquímicos básicos e plásticos e conduz operações de processamento de resíduos e de distribuição.

### **Industrialização de xisto**

A Companhia opera o processamento de xisto, convertendo a matéria orgânica sólida em óleo sintético e gás, por meio de sua unidade de industrialização de xisto (SIX), uma unidade operacional com capacidade de processamento de xisto de 5.880 t/d. Os produtos obtidos a partir do processamento do xisto são, dentre outros, óleo combustível, nafta, gás combustível, gás liquefeito e enxofre. A SIX está localizada em São Mateus do Sul, Brasil, e encontra-se em processo de desinvestimento, junto com a venda de outros ativos de refino no Brasil.

- **Gás e Energia**

A Companhia processa o gás natural produzido nos campos de petróleo nas unidades de processamento de gás natural (UPGNs) e comercializa esse gás, juntamente com gás importado da Bolívia e o GNL adquirido no mercado global, para diversos consumidores e para usinas termelétricas.

A Companhia também comercializa energia elétrica gerada em usinas termelétricas movidas a gás natural, óleo diesel e óleo combustível.

### **Gás Natural**

No segmento de gás natural, a Petrobras atua na importação, produção, processamento, logística, comercialização e distribuição de gás natural.

A Petrobras hoje é a maior produtora de gás no Brasil. Considerando uma oferta nacional de 64 MM m<sup>3</sup>/d, a Petrobras é responsável por 75% dessa disponibilidade, que conta ainda com demais produtores como a Shell, Enauta, Repsol Sinopec, Petrogal e outros.

A Companhia tem como principal objetivo estratégico desse segmento maximizar a geração de valor da cadeia de gás. Para isso, a monetização do gás natural das bacias sedimentares do Brasil é um dos seus principais objetivos. O crescimento da produção nacional de petróleo e a consequente elevação da produção do gás associado, contribuirá para aumento da oferta de gás natural próprio tanto para consumo interno, como para as demandas termelétrica e não termelétrica, reduzindo progressivamente a necessidade de importação. Dessa forma, a Companhia poderá atuar de forma mais competitiva, priorizando o autoconsumo e a comercialização de gás natural próprio.

Além disso, a Companhia tem como foco a integração da geração de energia termelétrica com a comercialização de energia, maximizando o valor de sua carteira de ativos.

Quanto à sua estratégia de desinvestimentos nesse setor, a Companhia pretende sair totalmente dos negócios de distribuição e transporte de gás natural.

### **Processamento**

O gás natural dos campos de exploração e produção passa por unidades de processamento de gás natural (UPGN) para ser transformado em produtos comercializáveis, que servem como combustível e matéria-prima para diferentes setores, como o veicular, industrial e residencial, bem como para a indústria de fertilizantes e geração de energia termelétrica.

Atualmente, a Petrobras conta com 23 UPGNs, sendo 20 no Brasil e 3 na Bolívia, com uma capacidade total instalada de processamento de 149 milhões de m<sup>3</sup>/dia, sendo 105,12 milhões de m<sup>3</sup>/d no Brasil, e que possui capacidade para processar o gás natural em sua forma gasosa e condensada.

O volume total médio de gás natural não processado no Brasil em 2019 foi de 66,03 milhões m<sup>3</sup>/d e os principais produtos gerados foram 54,0 milhões m<sup>3</sup>/dia de gás natural processado e 3,8 mil t/dia de GLP.

### **Transporte e Comercialização**

Para transportar o gás, a Companhia utiliza um sistema de gasodutos das transportadoras ligando as suas plantas de processamento, terminais de regaseificação e fronteira com a Bolívia aos seus clientes (distribuidores locais), bem como as suas refinarias, termelétricas e fábricas de fertilizantes, para consumo próprio.

Na comercialização, a Petrobras detém 92% do mercado.

No fornecimento de gás natural, além de contar com a sua produção própria, a Companhia visa a compatibilizar a oferta e a demanda de gás, incluindo o atendimento ao consumo interno das operações de refino, das usinas termelétricas a gás natural e das plantas de fertilizantes, com importação de gás boliviano e gás natural liquefeito (GNL).



Dessa forma, em 2019, a Petrobras ofertou ao mercado brasileiro e consumiu internamente em suas unidades uma média de 76,5 milhões de m<sup>3</sup>/dia de gás natural. Desse total, 50,4 milhões de m<sup>3</sup>/dia foram provenientes da produção nacional, 8,2 milhões de m<sup>3</sup>/dia de GNL foram importados em navios especiais e regaseificados nos terminais de GNL no Brasil, e 17,9 milhões de m<sup>3</sup>/dia foram importados da Bolívia, que chegam ao Brasil por meio de gasoduto.

Pelo lado da demanda, 38,2 milhões de m<sup>3</sup>/d foram destinados aos distribuidores de gás para atendimento ao mercado não termelétrico, 23,7 milhões m<sup>3</sup>/d foram para o mercado termelétrico (unidades próprias e terceiros), 13,7 milhões de m<sup>3</sup>/d às unidades de refino e às fábricas de fertilizantes, além de 1,0 milhão de m<sup>3</sup>/d de gás utilizado no sistema de transporte de gás natural.

### **Distribuição**

Em relação à distribuição, em 2019, a Companhia atuou nesse mercado por meio das seguintes participações: (i) 51% na Petrobras Gás S.A. (Gaspetro), holding que consolida as participações societárias da Companhia em 19 das 27 distribuidoras estaduais de gás natural; (ii) 37,5% na BR Distribuidora, que tem participação na concessionária de distribuição de gás natural no Espírito Santo e (iii) participação, até setembro de 2019, em duas empresas no negócio de distribuição de gás natural no Uruguai, por meio da Petrobras Uruguay S.A. de Inversión.

Em 2019, a Companhia vendeu 38,16 milhões de m<sup>3</sup>/d de gás às distribuidoras, dos quais 46% foram distribuídos por meio de distribuidoras cuja participação é parcialmente detida pela Gaspetro. As distribuidoras nas quais a Companhia detém participações no Brasil comercializaram 28,6 milhões de m<sup>3</sup>/dia no ano de 2019 para 497 mil clientes. As distribuidoras no exterior comercializaram 166 mil m<sup>3</sup>/dia para 59 mil clientes, até setembro de 2019, quando as participações no exterior foram encerradas.

Dando continuidade à sua estratégia de sair integralmente do negócio de transporte e distribuição, em junho de 2019, a Companhia vendeu 90% de sua participação na TAG para o grupo formado pela ENGIE e pelo fundo canadense Caisse de Dépôt et Placement du Québec (CDPQ).

Em julho de 2019, foi assinado o Termo de Compromisso de Cessação (TCC) entre a Petrobras e o CADE, que consolida os entendimentos entre as partes sobre a promoção de concorrência no setor de gás natural no Brasil, incluindo cessão de capacidade de transporte, acesso de terceiros às rotas de escoamento e unidades de processamento, redução de compra de gás nacional, alienação das participações nas empresas de transporte (NTS, TAG e TBG), empresas de distribuição e arredamento de terminal de regaseificação de GNL.

A Companhia já iniciou os processos de venda da totalidade de sua participação de 51% na Petrobras Gás S.A. (Gaspetro) e das suas participações de 10% na TAG e de 10% na NTS.

### **Energia**

No segmento de energia elétrica, a Petrobras atua na geração e comercialização, além de ser o sexto maior consumidor de energia do país. Tanto na geração, quanto na comercialização, atua em um mercado altamente competitivo, tendo como concorrentes outros agentes do setor elétrico brasileiro.

### **Geração**

A Petrobras possui um parque gerador composto por 20 usinas termelétricas, com capacidade instalada de 6,1 mil MW (megawatts), movidas a gás natural, óleo diesel ou óleo combustível. A Companhia também possui usinas com geração a partir de fontes renováveis e participação em outros projetos (hidrelétrica, solar e eólica), que somam cerca de 315 MW à sua capacidade de geração de energia elétrica.

Em 2019, o total de eletricidade gerada no Brasil, de acordo com o ONS - Operador Nacional do Sistema, foi de 67.761 MW médio. As usinas de energia termoeletrica da Petrobras contribuíram com 2.028 MW médio (2.205 MW médio em 2018 e 3.165 MW médio em 2017).

As plantas termelétricas são projetadas para complementar a energia das usinas hidrelétricas, principal fonte de energia no Brasil, que depende do nível anual de precipitação para gerar mais ou menos energia. Quando os níveis dos reservatórios de água que abastecem as usinas hidrelétricas do Sistema Interligado Nacional (SIN) estão altos, ocorre uma menor demanda por geração de energia por usinas termoeletricas.

No ano de 2019, a Companhia gerou 2,0 mil megawatts médios (MWmed) de energia elétrica para o SIN, um resultado, aproximadamente, 8% menor que o mesmo período de 2018, como consequência da melhora do cenário hidrológico observado ao longo do segundo e terceiro trimestres do ano, que reduziu a necessidade de despacho termelétrico das usinas da Petrobras.

### **Comercialização**

A comercialização de energia no Brasil é realizada em duas esferas de mercado: o Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e o Ambiente de Contratação Livre (ACL). No ACR, as contratações de energia são realizadas por meio de leilões entre os fornecedores e as distribuidoras de energia. No ACL, os contratos são negociados livremente entre os fornecedores e os consumidores livres e especiais (grandes consumidores que possuem o direito de comprar energia diretamente dos fornecedores).

Todos os contratos, sejam do ACR ou do ACL, têm de ser registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e servem de base para a contabilização e liquidação das diferenças no mercado de curto prazo.

Em 2019, a Petrobras operou em ambos os mercados comercializando energia para 83 clientes, dos quais 35 são distribuidores (no ACR) além de 48 empresas em todos os segmentos do ACL. Assim, a Companhia comercializou no ACL 1.168 MWmed, volume inferior aos 1.231 MWmed do ano anterior, e no ACR 2,788 mil MWmed, mesmo montante do ano anterior.

### **Fertilizantes**

A Petrobras possui duas fábricas próprias de fertilizantes nitrogenados, que estão localizadas nos estados da Bahia e do Sergipe, e participação integral da sociedade Araucária Nitrogenados S.A. (ANSA), que está localizada no estado do Paraná. Juntas têm capacidade instalada para produção de 1,852 milhão de ton/ano de ureia, 1,406 milhão ton/ano de amônia, 319 mil ton/ano de sulfato de amônio e 800 mil ton/ano de ARLA-32. Os principais produtos dessas fábricas são amônia e ureia, que tiveram produção de 329 mil e 434 mil toneladas, respectivamente, em 2019. Desde 2018 não há produção de sulfato de amônio.

Em decorrência do posicionamento estratégico da Petrobras de sair integralmente da produção de fertilizantes, em 2019, a Companhia hibernou as fábricas de fertilizantes da Bahia (Fafen-BA) e Sergipe (Fafen-SE) e realizou processo licitatório para arrendamento das referidas fábricas. Como resultado da licitação, em novembro de 2019, foi celebrado contrato de arrendamento com a empresa Proquigel Química S.A., pelo prazo de dez anos, renováveis por mais dez. Os contratos de arrendamento aguardam o cumprimento de algumas condições precedentes, entre elas a manifestação do CADE, para entrarem em vigor.

A Companhia também deu início ao processo de venda da Ansa e da Unidade de Fertilizantes-III (UFN-III), cuja planta, em Três Lagoas (MS), está 81% concluída. Porém, apesar de todos os esforços feitos pela Companhia, as negociações foram encerradas sem a efetivação do negócio.

Dessa forma, em janeiro de 2020 a Petrobras aprovou a hibernação da fábrica de fertilizantes da sua subsidiária integral ANSA, que permanecerá hibernada em condições que garantam total segurança operacional e ambiental, além da integridade dos equipamentos.

Em fevereiro de 2020, a Petrobras deu início ao novo processo de venda de 100% de sua Unidade de Fertilizantes Nitrogenados III (UFN-III).

Com essas decisões, a Petrobras mantém sua estratégia de sair do segmento de fertilizantes e focar em ativos que geram mais valor para a Companhia.

- **Outros negócios**

#### **Distribuição**

A atividade de distribuição de combustíveis, considerada como de utilidade pública, compreende aquisição, armazenamento, mistura, transporte, comercialização e controle de qualidade de combustíveis líquidos. É regulada pela ANP via Resolução ANP 58/2014, na qual são definidos os requisitos para o exercício da atividade, sendo atribuição da agência reguladora emitir a autorização de exercício da atividade, construção e operação de instalações para armazenamento de combustíveis. A Petrobras vende derivados de petróleo para várias empresas de distribuição no Brasil, dentre elas, a BR Distribuidora, Grupo Ultra e Raízen Combustíveis.

Até julho de 2019, a Petrobras detinha uma participação de 71,25% na BR Distribuidora (BR), uma das maiores empresas de distribuição do país. Em julho de 2019, a Petrobras vendeu, por meio de uma oferta pública secundária de ações, o equivalente a 33,75% do capital total da BR, reduzindo sua participação de 71,25% para 37,5%. Dessa forma, a BR se tornou uma companhia privada.

No caso de GLP, o negócio de distribuição é realizado por meio de sua subsidiária Liquegás Distribuidora S.A. (Liquegás).

Em novembro de 2019, a Petrobras assinou um contrato com a Copagaz e a Nacional Gás Butano para a venda de toda a sua participação na Liquegás Distribuidora. O fechamento da transação está sujeito a condições precedentes habituais, incluindo a aprovação do CADE.

A comercialização de gás natural, derivados de petróleo e biocombustíveis com as companhias distribuidoras é realizada por meio de contratos celebrados nos termos da regulamentação da ANP. Além disso, a Petrobras disponibiliza em seu website o Canal Cliente, que funciona 24 horas por dia e sete dias por semana, e é direcionado para as empresas clientes da Petrobras. Por meio do canal, tais empresas podem realizar pedidos de produtos, agendar retiradas e acompanhar todo o processo comercial até o pagamento pela internet.

#### **Biocombustíveis**

O mercado de biocombustíveis, especialmente o de etanol e biodiesel, é pulverizado e de forte concorrência. O país tem clima e condições de solo altamente favoráveis para o cultivo da cana-de-açúcar e de outras espécies de vegetais para a produção de óleos vegetais, que são matérias-primas para o etanol e o biodiesel, respectivamente.

O Brasil é líder global na produção e uso de biocombustíveis. O requisito de teor de etanol anidro para a gasolina vendida no Brasil (gasolina C) é de 27%.

A partir de setembro de 2019, o governo federal aprovou a elevação da mistura obrigatória de biodiesel em todo o óleo diesel vendido no Brasil de 10% para 11%, com elevação gradual do teor obrigatório de 1% ao ano até atingir 15% em 2023, sendo possibilitada a mistura voluntária de até 15% pelas distribuidoras. A partir de março de 2020, a ANP aprovou a elevação da mistura obrigatória para 12%. Essa mistura pode chegar a 20% no uso rodoviário e 30% no ferroviário. O uso experimental poderá ser de até 100% de biodiesel.

A Petrobras opera no setor de biodiesel e etanol por meio de sua subsidiária integral, Petrobras Biocombustível S.A. (PBIO), criada em 2008 para atuar, principalmente na produção, logística e comercialização de biocombustíveis e no desenvolvimento de negócios e empreendimentos cujos processos produtivos e soluções tecnológicas abrangem atividades de baixas emissões de carbono, eficiência energética e tecnologias sustentáveis.

Apesar da atual diretriz estratégica de sair da atividade de produção de etanol e biodiesel, a Companhia continuará atuando em pesquisa e desenvolvimento para viabilizar comercialmente o diesel renovável e o bioquerosene (BioQav), como resposta às políticas de sustentabilidade da matriz energética brasileira.

A PBIO produz o biodiesel, em ativos próprios e por meio de coligadas, um combustível menos poluente que o diesel fóssil por ser obtido a partir de fontes renováveis como óleos vegetais, resíduos e gorduras animais.

Durante 2019, a Petrobras Biocombustível forneceu, por meio das suas unidades próprias e da sua coligada BSBios, 15,9% do biodiesel entregue pelos produtores no Brasil, conforme dados da ANP, permanecendo como uma das principais fornecedoras de biodiesel do país.

No caso de produção de etanol, a Companhia encerrou sua presença no setor com a venda da participação societária de 8,4% na Bambuí Bioenergia S.A (Bambuí) em julho de 2020. Existe um processo de arbitragem em andamento.

O Plano Estratégico 2020-2024, no âmbito da gestão ativa de portfólio, confirmou a estratégia de saída das participações e produção de biodiesel e etanol.

Nesse contexto, em novembro de 2019, a PBIO concluiu a venda de 50% de participação na empresa Belém Bioenergia Brasil (BBB) para a Galp Bioenergy B.V., que já detinha os outros 50% de participação na empresa.

Em dezembro de 2019, a PBIO concluiu a venda da sua participação de 6,07% na empresa Bioóleo Industrial e Comercial S.A. (Bioóleo) para a 2H Participações Societárias EIRELI, que detinha os outros 93,93% de participação na empresa.

Adicionalmente, após uma primeira tentativa sem sucesso em 2018, a PBIO reiniciou, em 2019, o processo de venda conjunta da totalidade das ações na BSBios.

Para informações mais detalhadas sobre as atividades da Companhia e de cada um de seus segmentos de negócio, ver os itens 7.1, 7.2, 7.3 e 7.9 do Formulário de Referência, disponível no endereço: <https://www.investidorpetrobras.com.br/pt/resultados-e-comunicados/relatorios-anuais#formulario-de-referencia>.

## **Plano Estratégico**

Em setembro de 2019, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou o Posicionamento Estratégico (Visão, Propósito e Estratégias) e alinhado a este o Plano Estratégico 2020-2024 foi aprovado pelo Conselho em novembro de 2019. A Companhia explicita o seu propósito e reafirma os seus valores:

### **Visão**

A melhor empresa de energia na geração de valor para o acionista, com foco em óleo e gás e com segurança, respeito às pessoas e ao meio ambiente.

### **Propósito**

Prover energia que assegure prosperidade de forma ética, segura e competitiva.

### **Valores**

Respeito à vida, às pessoas e ao meio ambiente; ética e transparência; orientação ao mercado; superação e confiança; e resultados.

As estratégias da Companhia foram ajustadas, definindo o foco das ações para os segmentos detalhados a seguir:



EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO	Maximizar o valor do portfólio, com foco em águas profundas e ultraprofundas, buscando eficiência operacional, otimização do fator de recuperação e parcerias;
	Crescer sustentado em ativos de óleo e gás de classe mundial, em águas profundas e ultraprofundas.
GÁS E ENERGIA	Atuar de forma competitiva na comercialização do gás próprio;
	Otimizar o portfólio termoeletrico focando no autoconsumo e na comercialização do gás próprio;
	Sair integralmente da distribuição e do transporte de gás.
REFINO, TRANSPORTE E COMERCIALIZAÇÃO	Atuar de forma competitiva nas atividades de refino, logística e comercialização de derivados com foco nas operações do Sudeste;
	Sair integralmente dos negócios de fertilizantes, distribuição de GLP e de biodiesel;
	Atuar de forma competitiva na comercialização global de petróleo.
RENOVÁVEIS	Desenvolver pesquisas visando a atuação, em longo prazo, em negócios de energia renovável com foco em eólica e solar no Brasil;
	Viabilizar comercialmente o diesel renovável e o BioQav como resposta às políticas de sustentabilidade da matriz energética brasileira.
ESTRATÉGIAS TRANSVERSAIS	Transformar digitalmente a Petrobras entregando soluções para os desafios, empoderando nossos colaboradores, gerando valor, e aumentando a segurança das operações;
	Desenvolver as competências críticas e uma cultura de alto desempenho para atender aos novos desafios da Companhia, utilizando o valor econômico adicionado como ferramenta de gestão;
	Perseguir constantemente uma estrutura de custos e de investimentos competitiva e eficiente, com alto padrão de segurança e respeito ao meio ambiente;
	Fortalecer a credibilidade e a reputação da Petrobras.

### Plano Estratégico 2020-2024

O Plano Estratégico para o quinquênio 2020-2024, referido como *Mind the Gap*, traz uma agenda transformacional, que visa eliminar o *gap* de performance que nos separa das melhores empresas globais de petróleo e gás, criando substancial valor para nossos acionistas. Além disso, o plano está consistente com os cinco pilares estratégicos definidos:

 <p><b>Maximização do retorno sobre o capital empregado</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Foco nos ativos onde somos os donos naturais</li> <li>A produção do pré-sal atingiu 60% da produção</li> </ul>	 <p><b>Redução do custo de capital</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Continua trajetória de desalavancagem</li> <li>Transparência e gestão da dívida</li> </ul>	 <p><b>Busca incessante por custos baixos e eficiência</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Redução de custos e resiliência a cenários de preços baixos</li> </ul>	 <p><b>Meritocracia</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Programa de compensação variável baseado no mérito</li> <li>Implementação do EVA®</li> </ul>	 <p><b>Segurança, respeito às pessoas e ao meio ambiente</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Empoderamento das pessoas</li> <li>Cultura de segurança</li> <li>Decarbonização da produção de óleo</li> </ul>
--	---	---	---	---

A Petrobras está passando por um momento de transformação cultural e digital e, buscando um efetivo retorno do capital empregado dos seus acionistas, está incorporando no plano uma nova ferramenta de gestão: o EVA® (*Economic Value Added*). O indicador representa o início de uma avaliação de desempenho que tem como foco a geração de valor, transformando a cultura da Companhia através de incentivos claros aos administradores e outros profissionais.

A Petrobras busca ser no futuro uma Companhia com retorno operacional superior ao seu custo de capital, posicionada em ativos de classe mundial, com operação focada em óleo e gás, avançando na exploração e na produção do pré-sal brasileiro, com um parque de refino eficiente. Com respeito a fontes de energia revoáveis, a Companhia atuará em pesquisas buscando adquirir competências para o eventual posicionamento no longo prazo em energia eólica e solar.

Em seu lançamento, o plano contava com três métricas de topo com foco na segurança das pessoas (TAR<sup>1</sup> menor que 1), na redução do endividamento (dívida líquida/EBITDA incluindo IFRS 16 LTM<sup>2</sup> igual a 1,5x) e na geração de valor (variação do EVA<sup>3</sup> de US\$ 2,6 bilhões).

Em abril de 2020, o Conselho de Administração aprovou a revisão da métrica de topo de endividamento constante no Plano Estratégico 2020-2024, substituindo o indicador de Dívida Líquida/EBITDA pelo indicador de Dívida Bruta. A revisão da métrica considerou a alta volatilidade do indicador dívida líquida/EBITDA e o foco da administração da Companhia na redução de sua dívida total. A indicação da dívida bruta como métrica de topo reduz o impacto da volatilidade do preço do *Brent* e reflete de forma mais direta o endividamento da empresa e de maneira mais precisa as ações de gestão da Companhia como: redução de custos, revisão da carteira de investimentos e ajustes no capital de giro.

O Conselho de Administração também aprovou a atualização da meta do indicador EVA® para 2020, de forma a manter o incentivo correto e estimular o direcionamento das metas após a crise da Covid-19, que resultou em um cenário mais desafiador para criação de valor.

A métrica de segurança não foi alterada, permanecendo a meta de taxa de acidentados registráveis por milhão de homens-hora (TAR) abaixo de 1,0, com ambição de zero fatalidade. Dessa forma, as novas métricas de topo vigentes a partir de abril de 2020 são:



<sup>1</sup> TAR: Taxa de acidentados registráveis. <sup>2</sup> Métrica de topo alterada pelo Conselho de Administração em 28/04/2020, por refletir de forma mais direta o endividamento da empresa, em substituição a meta anterior Dívida Líquida/EBITDA. <sup>3</sup> EVA: Valor Econômico Agregado. <sup>4</sup> Valor da meta atualizado pelo Conselho de Administração em 28/04/2020, para manter o incentivo correto e estimular o direcionamento das metas após a crise da COVID-19.

<sup>1</sup> Taxa de acidentados registráveis por milhão de homens-hora.

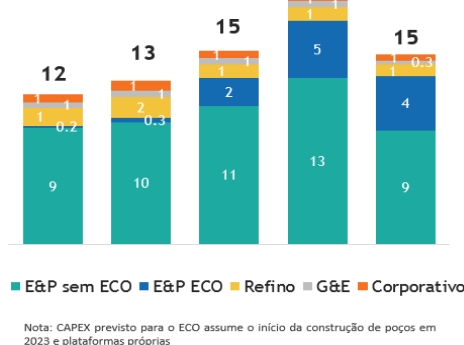
<sup>2</sup> LTM—últimos doze meses

<sup>3</sup> Valor econômico agregado

Em 2019, a Companhia conseguiu reduzir sua dívida bruta em US\$ 24 bilhões, atingindo US\$ 87 bilhões em comparação com a dívida bruta de 2018, aplicando os efeitos da IFRS 16. Excluindo os efeitos da IFRS 16 a Companhia reduziu a dívida bruta em US\$ 21 bilhões.

O CAPEX previsto para o quinquênio é de US\$ 75,7 bilhões, dos quais 85% estão alocados no segmento E&P. Essa alocação está aderente ao nosso posicionamento estratégico, com foco nos ativos de E&P, especialmente no pré-sal, nos quais a Petrobras tem vantagem competitiva e geram mais retorno para os investimentos.

**Projeção de Investimentos (US\$ bilhões)  
2020-2024**



Tendo em vista os impactos da pandemia da Covid-19 e do choque de preços do petróleo, o Conselho de Administração aprovou em março de 2020, dentre outras medidas, a redução dos investimentos programados para 2020 de US\$ 12 bilhões para US\$ 8,5 bilhões, sendo US\$ 7 bilhões na visão caixa, visando a redução de desembolso e preservação do caixa neste cenário de incertezas, a fim de reforçar sua solidez financeira e resiliência dos seus negócios.

O plano apresenta um reposicionamento do portfólio de E&P com concentração nas atividades em águas profundas e ultraprofundas, onde o custo de extração é menor, proporcionando maiores retornos.

- Marlim
- Marlim Sul
- Marlim Leste
- Roncador
- Albacora
- Albacora Leste
- Tartaruga Verde
- Barracuda/Caratinga
- SEAP

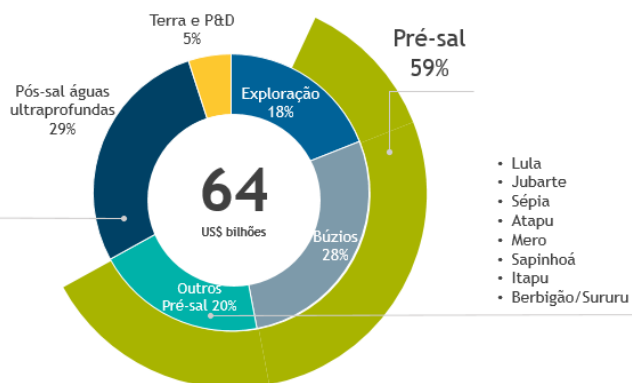
Desta forma, a Companhia espera que 59% do investimento no segmento sejam direcionados para ativos e projetos no pré-sal, em particular para o campo de Búzios, para o qual é esperado que seja alocado 28% do total do investimento planejado para o segmento.

Cabe destacar que a Companhia está efetuando uma revisão completa do portfólio de projetos de exploração e produção de petróleo e gás natural para decidir os que serão efetivamente implementados em seu formato atual ou revisados num cenário de preços em lenta recuperação para um patamar estimado em US\$ 50/bbl.

No segmento de Refino, Transporte e Comercialização (RTC) os esforços estão concentrados nos investimentos em manutenção (refino e logística) e HDTs na Replan (Paulínea), REDUC (Duque de Caxias) e RPBC (Presidente Bernardes) e no HCC na REDUC (Duque de Caxias) para produção de lubrificantes de alta qualidade.

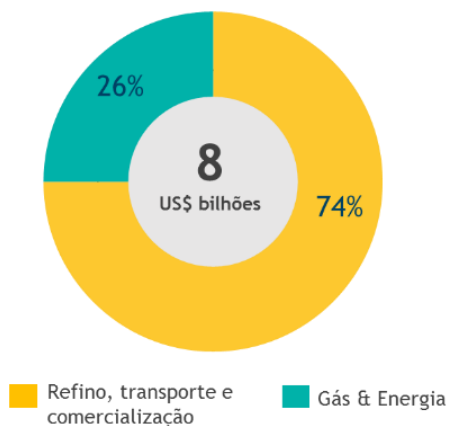
No segmento de Gás & Energia os investimentos estão focados nas unidades de processamento de gás natural e na Rota 3 que permitem o fluxo de gás natural da produção do pré-sal. Além disso, a Companhia planeja investir em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) em energia solar e eólica.

**Projeção de Investimentos em E&P  
2020-2024**



- Lula
- Jubarte
- Sépia
- Atapu
- Mero
- Sapinhoá
- Itapu
- Berbigão/Sururu

### Projeção de Investimentos em RTC e G&E 2020-2024



A Petrobras continua buscando a desalavancagem através da geração de caixa e dos desinvestimentos. Os desinvestimentos previstos no plano variam entre US\$ 20-30 bilhões para o período 2020-2024, com maior concentração esperada para os anos de 2020 e 2021. A carteira de desinvestimentos poderá sofrer ajustes com adição de novas oportunidades com o objetivo de acelerar a desalavancagem da Companhia.

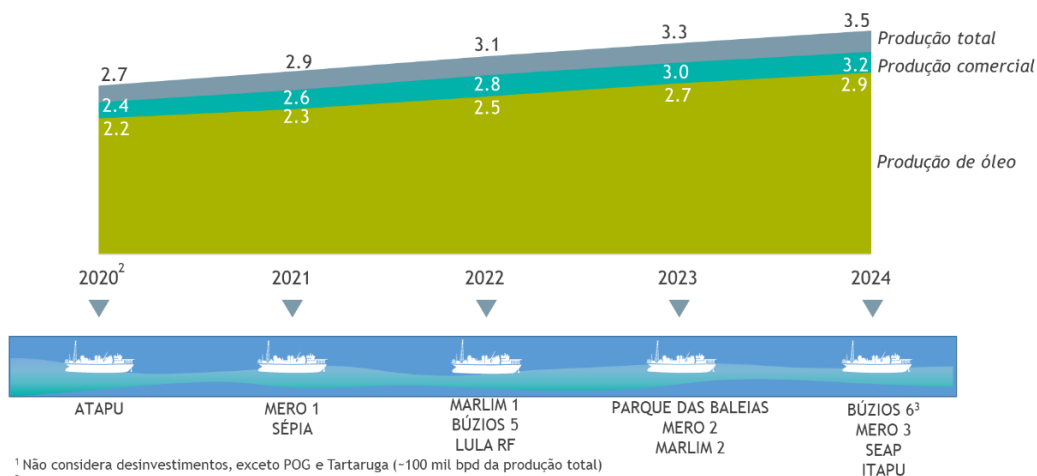
### Produção de Óleo, LGN e Gás Natural

A curva de produção de óleo e gás estimada no período 2020-2024 indica um crescimento contínuo. Ao longo desse período, está prevista a entrada em operação de 13 novos sistemas de produção, sendo todos alocados em projetos em águas profundas e ultra profundas.

A Companhia decidiu apresentar uma visão de produção comercial, a fim de representar o impacto econômico da produção nos seus resultados, deduzindo da sua produção de gás natural os volumes de gás reinjetados nos reservatórios, consumidos em instalações do E&P e queimados nos processos produtivos. Além disso, a curva de produção não contempla desinvestimentos, com exceção de cerca de 100 mil boed, relativos aos campos na Nigéria e de Tartaruga Verde, cujas transações estavam em fase de conclusão na época da aprovação do plano, tendo sido concluídas no primeiro trimestre de 2020.

A curva de produção estimada no plano estratégico está apresentada abaixo.

### Produção de Óleo e Gás estimada<sup>1</sup> (MM boed)



<sup>1</sup> Não considera desinvestimentos, exceto POG e Tartaruga (~100 mil bpd da produção total)

<sup>2</sup> 2020 inclui +/- 2,5%

<sup>3</sup> Referente ao sexto sistema de produção do campo de Búzios (ordem cronológica) a ser instalado na área do Módulo 7

Para a meta de produção de 2020 a Companhia considera uma variação de 2,5% para mais ou para menos. A produção de óleo deste ano reflete principalmente as perdas de volumes relacionados ao declínio natural dos campos maduros e à maior concentração de paradas de produção para o aumento

da integridade dos sistemas, parcialmente compensados pelo *ramp-up* das novas plataformas. No longo prazo, a trajetória de crescimento é suportada pelos novos sistemas de produção - particularmente no pré-sal, com maior rentabilidade e geração de valor - e pela estabilização da produção na Bacia de Campos.



Novamente, cabe destacar que a revisão em curso do portfólio de projetos de exploração e produção de petróleo e gás terá impactos na curva de produção apresentada no Planejamento Estratégico 2020-2024.

### Preço do Petróleo Bruto

Cálculos futuros foram realizados assumindo um preço médio do petróleo Brent de US\$65 por barril e uma taxa de câmbio nominal média de R\$ 3,93 para US\$ 1,00 para o período de 2020-2024.

No resultado do primeiro trimestre de 2020, a Petrobras divulgou seu novo cenário de preços e taxas de câmbio frente ao novo cenário mundial. A decisão de revisar preços e premissas está alinhada com o foco na transparência.

### Custos Operacionais

O Plano Estratégico contempla iniciativas de otimização e redução dos custos, onde estão incluídos também uma redução dos gastos corporativos (custos e despesas excluindo-se matéria prima).

### Financiabilidade

A geração de caixa será decorrente da maior eficiência projetada, do controle de gastos e dos recursos financeiros em função da gestão ativa de portfólio. Isso permitirá uma redução gradativa da dívida bruta, com consequente diminuição das despesas com juros e aumento nos valores estimados de distribuição de dividendos, através da nova Política de Dividendos da Companhia, gerando uma maior remuneração para os acionistas. Adicionalmente, ao antecipar fluxo de caixa via desinvestimentos de ativos a Petrobras realizará seus investimentos, reduzindo seu endividamento, sem necessidade de novas captações líquidas no horizonte do Plano Estratégico.

### Compromissos de baixo carbono e sustentabilidade

Até o momento, a Petrobras já avançou com uma série de ações de redução de emissão de gás carbônico em nossos processos, que envolvem redução da queima de gás natural em *flare*, reinjeção de CO<sub>2</sub> e ganhos de eficiência energética. A Companhia mantém o compromisso com a redução de emissão de gás carbônico de processos e produtos, com um plano de ação em relação à resiliência e eficiência em carbono.

Nesse sentido, foram estipulados dez compromissos com a agenda de baixo carbono e sustentabilidade:

1. Crescimento zero das emissões absolutas operacionais até 2025<sup>2</sup>
2. Zero queima de rotina em *flare* até 2030
3. Reinjeção de aproximadamente 40 MM ton CO<sub>2</sub> até 2025 em projetos de captura, utilização e armazenamento de carbono (CCUS)
4. Redução de 32% na intensidade de carbono no segmento de E&P até 2025
5. Redução de 30% a 50% na intensidade de emissões do metano no segmento de E&P até 2025
6. Redução de 16% na intensidade de carbono no refino até 2025
7. Redução de 30% na captação de água doce em nossas operações com foco no aumento do reuso até 2025
8. Crescimento zero na geração de resíduos de processo até 2025
9. 100% das instalações Petrobras com plano de ação em biodiversidade até 2025
10. Manutenção dos investimentos em projetos socioambientais

---

<sup>2</sup> Compromissos em carbono em relação à base 2015. Demais compromissos com base em 2018.

A Companhia pretende investir US\$ 100 milhões por ano em descarbonização e US\$ 70 milhões por ano em P&D para descarbonização e renováveis.

Com a execução do Plano Estratégico, a Petrobras reafirma seu compromisso de se tornar uma Companhia mais robusta financeiramente, com baixo endividamento e custo de capital, alinhada aos seus pares da indústria e focada em ativos de óleo e gás de classe mundial, atuando sempre de forma ética e transparente, com segurança e respeito às pessoas e ao meio ambiente.

### **Ações de resiliência em 2020**

Em virtude dos impactos da pandemia da Covid-19 e do choque de preços de petróleo no início de 2020, a Companhia anunciou a adoção de uma série de medidas para redução de desembolso e preservação do caixa neste cenário de incertezas, a fim de reforçar sua solidez financeira e resiliência dos seus negócios, dentre as quais destacam-se:

- Otimizações do capital de giro.
- Redução dos investimentos programados para 2020 de US\$ 12 bilhões para US\$ 8,5 bilhões (sendo US\$ 7 bilhões na visão caixa), em função principalmente de postergações de atividades exploratórias, interligação de poços e construção de instalações de produção e refino, e da desvalorização do Real frente ao dólar americano.
- Aceleração da redução dos gastos operacionais, com uma diminuição adicional de US\$ 2 bilhões, com destaque para: (i) hibernação das plataformas em operação em campos de águas rasas, com custo de extração por barril mais elevado, que em virtude da queda dos preços do petróleo passaram a ter fluxo de caixa negativo; (ii) menores gastos com intervenções em poços e otimização da logística de produção; e (iii) postergação de novas contratações relevantes pelo prazo de 90 dias.
- Redução e postergação de gastos com recursos humanos, no valor total de R\$ 2,4 bilhões.

Como resultado da implementação das medidas descritas, a Companhia estima que equilibrará seu fluxo de caixa no ano de 2020. A Companhia continua a explorar oportunidades para cortes adicionais de custos administrativos e operacionais. Dado o alto grau de incerteza prevalecente na economia global, entende-se ser prematuro fazer revisões do cenário base e projeções de preços de petróleo. Tais revisões serão feitas oportunamente quando as incertezas diminuam.

### **Fontes de financiamento dos investimentos**

Através da disciplina de custos, redução da dívida e compromisso com a rentabilidade, a Companhia estima uma geração de fluxo de caixa livre no período no Plano Estratégico 2020-2024.

A Petrobras dará continuidade aos projetos de desinvestimentos já anunciados e continuará com parcerias e desinvestimentos orientados pela gestão ativa de portfólio, com potencial de entrada de caixa no período do Plano variando de US\$ 20 bilhões a US\$ 30 bilhões.

Essas iniciativas, associadas a uma geração operacional de caixa, têm como objetivo permitir à Petrobras realizar seus investimentos em ativos de classe mundial e reduzir seu endividamento.

### **Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

O gerenciamento ativo de portfólio, parte do Plano Estratégico 2020-2024, é o principal fator das parcerias e desinvestimentos, que visam a melhorar as eficiências operacionais e retornos sobre capital, além de gerar caixa adicional para atender as dívidas e as oportunidades de investimento.

Atualmente, as parcerias e desinvestimentos compreendem a venda de posições minoritárias, majoritárias ou inteiras em algumas subsidiárias, associadas e ativos a investidores estratégicos ou financeiros ou por meio de ofertas públicas.

As transações concluídas e pagamentos de sinal de transações assinadas contribuíram para a entrada de caixa de US\$ 15,4 bilhões no período de janeiro de 2019 até 29 de julho de 2020.

### **Novas diretrizes para a gestão de portfólio de ativos**

Em abril de 2019, o Conselho de Administração aprovou as novas diretrizes para a gestão de portfólio de ativos, em linha com as orientações do Plano de Resiliência, divulgado em 08 de março de 2019, com destaque para o segmento de Refino e Distribuição, incluindo a venda integral da Petrobras Uruguay Distribución SA (PUDSA), a venda adicional da participação na Petrobras Distribuidora (BR) e a venda integral de oito unidades de refino: Refinarias Abreu e Lima (RNEST), Unidade de Industrialização do Xisto (SIX), Refinaria Landulpho Alves (RLAM), Refinaria Gabriel Passos (REGAP), Refinaria Presidente Getúlio Vargas (REPAR), Refinaria Alberto Pasqualini (REFAP), Refinaria Isaac Sabbá (REMAN) e Lubrificantes e Derivados de Petróleo do Nordeste (LUBNOR).

### **Follow-on da Petrobras Distribuidora**

O projeto referente à venda adicional de participação na Petrobras Distribuidora S.A. (BR Distribuidora) teve sua entrada na carteira de desinvestimentos aprovados pela Diretoria Executiva em 28 de março de 2019 e pelo Conselho de Administração em 22 de maio de 2019 e seu encerramento em 29 de julho de 2019, com a liquidação dos lotes principal, adicional e suplementar. Esse desinvestimento não seguiu a Sistemática de Desinvestimento implementada pela Companhia devido ao seu modelo de venda ser por meio de uma oferta pública secundária de ações (*follow-on*). Portanto, os anúncios ao mercado das fases para a definição do preço e do percentual efetivo das ações ofertadas, bem como a realização das mesmas, foram sujeitos à aprovação dos órgãos internos da Petrobras e à análise e aprovação dos entes reguladores, nos termos da legislação aplicável.

### **Acordos com o CADE**

Em 2019, a Companhia assinou dois acordos com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) na forma de Termos de Compromisso de Cessão que (i) consolidam entendimentos entre as partes sobre a execução de desinvestimento em ativos de refino no Brasil e (ii) outro destinado à promoção da concorrência no setor de gás natural no Brasil.

### **Refino**

Com a execução do acordo do refino, dentre outros compromissos, a Companhia se compromete a desinvestir aproximadamente 50% da nossa capacidade de refino, o que representa a venda de 8 unidades de refino (REPAR, REFAP, RLAM, RNEST, REGAP, LUBNOR, REMAN e a unidade de processamento de xisto - SIX), com sua logística associada, por meio de processos competitivos. O acordo também prevê que (i) RLAM e RNEST; (ii) REPAR e REFAP; e (iii) REGAP e RLAM não podem ser adquiridas pelo mesmo comprador ou Companhias do mesmo grupo econômico.

O acompanhamento do cronograma e da conformidade com os compromissos assumidos com o CADE serão acompanhados por um agente externo que está sendo contratado pela Companhia, de acordo com as especificações a serem estabelecidas por mútuo acordo.

### **Gás Natural**

O acordo assinado em julho de 2019 prevê o compromisso da Companhia em vender as seguintes participações acionárias:

- (i) Nova Transportadora do Sudeste S.A. (NTS) - 10%;
- (ii) Transportadora Associada de Gás S.A. (TAG) - 10%;
- (iii) Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. (TBG) - 51%; e
- (iv) participação indireta em Companhias distribuidoras de gás, seja vendendo sua participação de 51% na Gaspetro, seja vendendo suas participações indiretas nas Companhias distribuidoras.

## Processos competitivos em andamento

Dando sequência aos processos competitivos em andamento, a Companhia divulgou *teasers*, e iniciou fases não vinculantes e vinculantes para ativos que atualmente fazem parte da sua carteira de desinvestimentos.

Além dos desinvestimentos já anunciados, a Petrobras também estuda a potencial venda de certas termoeletricas e de gasodutos do pré-sal, ativos de pós-sal e ativos situados na Bolívia, além da venda de participação societária na BR Distribuidora e na Braskem. Entretanto, os estudos encontram-se em andamento e ainda não há deliberação pelos órgãos internos da Companhia acerca da estrutura ideal dessas transações ou sobre sua efetiva realização, o que dependerá das condições de mercado e do reposicionamento estratégico da Companhia.

## Novos produtos e serviços

A Petrobras investe na área de pesquisa e desenvolvimento como uma forma de ampliar a busca e criação de valor em novas fronteiras de produção e alcançar melhorias contínuas em suas operações. Está entre as suas prioridades fornecer tecnologias para águas profundas e ultraprofundas, buscar eficiência operacional, buscar otimização do fator de recuperação e fornecer tecnologias para gás e energia e energias renováveis destinadas a longo prazo.

A Companhia tem um histórico de sucesso no desenvolvimento e implantação de tecnologias inovadoras, como por exemplo, nas áreas de perfuração, completação e produção de poços em águas profundas. Como resultado, conquistou pela quarta vez o principal prêmio da indústria de petróleo e gás, o *Distinguished Achievement Award for Companies*, concedido anualmente pela Offshore Technology Conference (OTC), onde foi premiada pelo conjunto de inovações desenvolvidas para viabilizar a produção no Campo de Búzios, no pré-sal da Bacia de Santos.

Anteriormente, a Companhia obteve esse reconhecimento internacional em 1992, pelas inovações desenvolvidas para o campo de Marlim, na Bacia de Campos; em 2001, pelas soluções concebidas para Roncador; em 2015, pelo conjunto de dez tecnologias especialmente criadas para produção do pré-sal. Ainda, em 2019, a edição brasileira da conferência (OTC Brasil) também lhe concedeu o *Distinguished Achievement Award*, pelo conjunto de inovações implantadas durante o Teste de Longa Duração (TLD) de Libra, no pré-sal da Bacia de Santos.

A Petrobras opera um centro dedicado a pesquisas e desenvolvimento (Cenpes), que é um dos maiores do setor de energia e também um dos maiores do hemisfério sul. As instalações do Cenpes possuem uma área total de 308.000 m<sup>2</sup>, contando com 147 laboratórios e mais de 8.000 equipamentos, incluindo equipamentos de tecnologias de ponta. Em 31 de dezembro de 2019, o Cenpes possuía 1.358 empregados, dos quais 1.216 dedicados exclusivamente à área de P&D, sendo 29% mestres e 21% doutores.

Com a missão de “imaginar, criar e fazer hoje o futuro da Petrobras”, o Cenpes conta, em suas instalações, com vários laboratórios especialmente dedicados às tecnologias do pré-sal, nosso principal ativo de valor. Ainda atua em parceria com universidades e instituições de pesquisa nacionais e estrangeiras, fornecedores e outras operadoras e tem como objetivo desenvolver tecnologias para viabilizar o cumprimento do Plano Estratégico, além de antecipar tendências e investir em rotas tecnológicas alinhadas à sua estratégia.

Para mais informações sobre o Plano Estratégico 2020-2040 da Petrobras e principais resultados em pesquisa e desenvolvimento, ver item 10.8 do Formulário de Referência, disponível no seguinte endereço eletrônico: <https://www.investidorpetrobras.com.br/pt/resultados-e-comunicados/relatorios-anuais#formulario-de-referencia>.

## Políticas socioambientais

A Política de Responsabilidade Social da Companhia, aprovada em março de 2017, tem como princípio o respeito aos direitos humanos e o relacionamento, de forma responsável, com comunidades nos locais onde atua. Para consulta e/ou download da política, acessar o website:

<https://petrobras.com.br/pt/sociedade-e-meio-ambiente/sociedade/responsabilidade-social-e-direitos-humanos/>

Em junho de 2020 a Companhia aprovou as Diretrizes de Direitos Humanos, nas quais assume como princípio respeitar, conscientizar e promover os Direitos Humanos em suas atividades e atuar em conformidade com os preceitos da Constituição Federal e com os tratados e convenções internacionais ratificados pelo Estado brasileiro, à exemplo da Carta Internacional dos Direitos Humanos e Declaração dos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), bem como com os compromissos institucionais assumidos pela empresa.

A Petrobras publica anualmente suas informações socioambientais em seu Relatório de Sustentabilidade. O Relatório de 2019 foi publicado em 10/06/2020, seguindo as diretrizes para relato de sustentabilidade da Global Reporting Initiative (GRI Standards), na opção “Abrangente”, sendo que o Sumário GRI pode ser encontrado ao final do documento. Pela primeira vez, a Companhia utilizou como metodologia complementar de relato o Guia para Relatórios Voluntários da Indústria de Óleo e Gás da Ipieca, a associação global da indústria de óleo e gás para desempenho ambiental e social.

O Relatório de Sustentabilidade 2019 foi aprovado pela Diretoria Executiva e a KPMG Assessores Ltda. foi responsável pelo serviço de asseguarção limitada das informações e da metodologia GRI. Para consulta e/ou download do Relatório, acessar o website:

<https://sustentabilidade.petrobras.com.br/src/assets/pdf/Relatorio-Sustentabilidade.pdf>

## Segurança, Meio Ambiente e Saúde

A Petrobras possui um Comitê de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (CSMS), formado por membros escolhidos dentre os integrantes do Conselho de Administração (CA) da Companhia e dentre pessoas de mercado com notória experiência e capacidade técnica, que tem por finalidade assessorar o CA.

Suas responsabilidades compreendem a análise e a emissão de recomendações relacionadas às questões estratégicas de SMS e demais diretrizes e orientações relacionadas à gestão de SMS da Companhia, a serem submetidas ao CA, bem como a identificação e análise de oportunidades e riscos de SMS e ao debate de outras questões que o CA ou seu Presidente entenda pertinente passarem pela apreciação prévia do CSMS, objetivando conferir maior eficiência e qualidade às decisões do CA.

Em 2019, a Petrobras controladora aplicou R\$ 6,26 bilhões em iniciativas para aperfeiçoar o seu desempenho em segurança, meio ambiente e saúde (SMS), atender à legislação específica e contribuir para que as práticas operacionais de nossas unidades sejam seguras, rentáveis e ambientalmente responsáveis.

A Sistemática Corporativa de Projetos de Investimento, considera os riscos nas dimensões segurança, meio ambiente e saúde, que são avaliados a cada etapa dos projetos com requisitos de SMS obrigatórios a serem cumpridos para que possam passar de fase. Os resultados dessas avaliações são acompanhados, periodicamente, pelo Comitê de SMS do Conselho de Administração.

## Outros atores com influência relevante

A Companhia divulga, neste item, informações sobre despesas com publicidade, patrocínios, parcerias e convênios, bem como os critérios utilizados pela Petrobras para alocação de recursos para tais despesas.

## Patrocínio

A política de patrocínios da Petrobras está estruturada a partir de programas corporativos e linhas de atuação que definem as estratégias e as prioridades de atuação da empresa nas áreas cultural, esportiva, negócio e ciência e tecnologia. As estratégias e prioridades de atuação em patrocínio nessas áreas são definidas pela Gerência Executiva de Comunicação e Marcas e aprovadas pela Diretoria Executiva. As linhas de atuação de patrocínio, bem como as suas ações de publicidade, visam a fortalecer a imagem e reputação da Companhia perante seus públicos de interesse.

Na esfera cultural, os patrocínios estão relacionados a projetos com valor cultural destacado, inovadores, com alto potencial de retorno e alinhamento à estratégia de marcas da Petrobras.

Nos patrocínios esportivos, os investimentos são em oportunidades de promoção da marca e ações de relacionamento. Nesta linha foram definidas três categorias de patrocínio principais: uma que envolve cooperação tecnológica para desenvolvimento de produtos; outra que inclui esportes olímpicos e esportes de participação - composta por um grupo de atletas chamado Time Petrobras e a última, denominada esporte e movimento, que engloba atividades coletivas como corrida de rua (patrocínio em 2019).

Além das linhas de atuação em cultura e esporte, a Companhia conta com a linha de atuação em negócio e em ciência e tecnologia, com patrocínios que oferecem oportunidade de relacionamento e promoção da marca Petrobras no setor empresarial, tanto no âmbito do mercado quanto do conhecimento. Essa linha foca em patrocínios a projetos ligados às atividades de exploração, produção, refino, distribuição e comercialização de petróleo, gás e derivados, e contribui também para que a Petrobras seja percebida como profundamente engajada com as questões relacionadas à governança, conformidade e excelência em gestão empresarial.

No campo do conhecimento, apoia a pesquisa e o desenvolvimento em busca da inovação e a educação com foco em ciência, tecnologia, engenharia e matemática e também em pesquisas e discussões sobre a primeira infância, uma temática transversal que permeia todas as nossas linhas de atuação em patrocínio, quando pertinente.

As propostas de patrocínio dos programas relacionados acima são avaliadas tecnicamente e de forma coletiva pela Gerência de Patrocínio e Eventos da Petrobras. Após a autorização das instâncias competentes, são iniciados os trâmites de contratação conduzidos por comissões de negociação independentes. A contratação passa ainda pela validação da Secretaria Especial de Comunicação Social (SECOM).

A Petrobras mensura o retorno obtido pelos projetos de patrocínio a partir da avaliação de exposição de marca, mídia espontânea obtida e por meio de pesquisas de imagem e reputação que geram indicadores específicos.

O valor realizado em 2019 nas contas de patrocínios culturais, esportivos e a eventos de negócio, ciência e tecnologia foi de R\$ 120,92 milhões (Culturais: R\$ 37,28 milhões; Esportivos: R\$ 70,96 milhões; eventos de negócio, ciência e tecnologia: R\$ 12,67 milhões).

Na esfera socioambiental, a Petrobras aplicou, em 2019, R\$116 milhões em projetos.

De forma a manter o alinhamento ao Plano Estratégico 2020-2024, as linhas de atuação do Programa Petrobras Socioambiental foram revisadas em janeiro de 2020, sendo: educação, desenvolvimento econômico sustentável, oceano e clima. Tais linhas de atuação estão voltadas para contribuir, principalmente, para quatro dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável: Educação de Qualidade, Trabalho Decente e Crescimento Econômico; Vida na Água e Vida Terrestre.



Em 2019, a Companhia apoiou, voluntariamente, 23 projetos com foco na conservação de espécies e de ecossistemas brasileiros, em especial da biodiversidade marinha e costeira. Esses projetos são responsáveis pela proteção de 56 espécies da fauna ameaçadas de extinção e compartilham o conhecimento adquirido, contribuindo para a sociedade e para a conservação do meio ambiente.

Na área social, a Companhia lançou em agosto de 2019 a Iniciativa Petrobras Primeira Infância, com a implementação de uma série de ações voltadas para a proteção, educação e o desenvolvimento de crianças de zero a seis anos, o que reforça o seu compromisso com as gerações futuras das comunidades onde as operações são desenvolvidas.

Para mais informações sobre os patrocínios da Petrobras em 2019, consultar o Relatório de Sustentabilidade 2019, disponível no seguinte endereço: <https://sustentabilidade.petrobras.com.br/src/assets/pdf/Relatorio-Sustentabilidade.pdf>

## **Publicidade**

As ações de publicidade institucional da Petrobras são:

- Planejadas estratégica e taticamente em ciclos anuais, de forma totalmente alinhada com o plano de comunicação vigente que, por sua vez, é desdobrado do Plano Estratégico da Companhia.
- Desenvolvidas com base nos elementos definidores do posicionamento da marca Petrobras.
- Realizadas de acordo com os interesses da Petrobras e em função do dinamismo e das mudanças no cenário em que a empresa está inserida; do mercado como um todo e, em especial, da indústria petrolífera e de energia; do contexto geopolítico nacional e global; da iminência de oportunidades ou situações emergenciais; da necessidade de tornar público e amplificar o posicionamento da marca; da necessidade de comunicar as atitudes e medidas da corporação; dos objetivos e metas do negócio da Companhia.

- Realizadas sempre respeitando e prezando a diversidade étnica, geográfica, de gênero, idade e de pessoas com deficiência; além de combater qualquer forma de discriminação, desrespeito ou situação constrangedora, em observância às leis e ao Código Brasileiro de Autorregulamentação Publicitária, que estabelece as normas éticas aplicáveis à publicidade e propaganda.

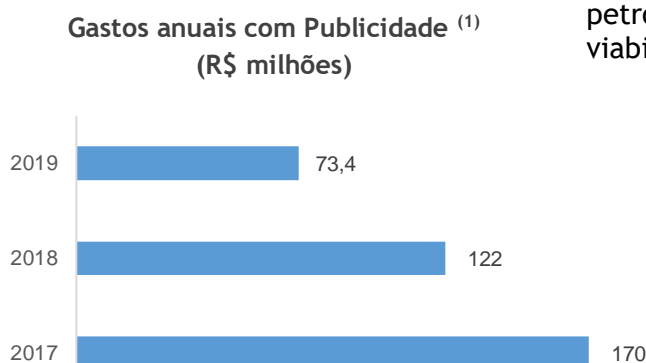
Conforme regem o Decreto nº 6.555/2008, em seu Art. 9º, e a Lei 12.232, em seu Art. 4º, os serviços de publicidade devem ser contratados pela administração pública por meio de agências de propaganda. Assim, o planejamento e a execução das ações publicitárias da Petrobras são realizados por agências de propaganda contratadas via concorrência pública, que seguem critérios técnicos e níveis de qualidade estabelecidos pela Companhia, cobrados por meio de constante fiscalização e alinhados à Instrução Normativa nº 2, da SECOP, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal e dá orientações complementares.

Os dois contratos atuais com agências de publicidade foram resultado de concorrência pública e seguiram os procedimentos de contratação da Petrobras, segundo regiam à época o Decreto 2.745/98 e o Manual Petrobras para Contratações (MPC); e, de forma complementar, as Leis nºs 4.680/1965 e 12.232/2010. As contratações foram apreciadas pelos Comitês Estatutários e aprovadas pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração da Petrobras, com pareceres prévios e posteriores das áreas da Conformidade e do Jurídico. A concorrência dos serviços de publicidade também foi submetida à apreciação prévia e posterior da SECOP, conforme Instrução Normativa nº 4, de 21 de dezembro de 2010.

Tais contratos têm por objeto a execução de serviços de publicidade, como criação e produção de conteúdo publicitário e compra de espaços de mídia em veículos de comunicação.

As ações de publicidade são aprovadas e autorizadas de acordo com a Matriz de Limites de Atuação e a Tabela de Limites de Competência vigentes na Companhia. O conteúdo das peças publicitárias e os espaços de mídia a serem contratados devem obter conformidade prévia da SECOM, conforme rege a Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018.

As despesas com contratos da Petrobras estão listadas em seu Portal da Transparência, bem como os gastos totais em publicidade dos últimos anos. Esses gastos com publicidade não estão descritos nas demonstrações financeiras. No período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2019, o gasto com publicidade veiculada pela Petrobras foi de cerca de R\$ 73,4 milhões.



(1) Dados referentes a valores de publicidade veiculada em cada ano, contemplando compra de espaços de mídia e produção de materiais publicitários. Os valores de 2019 foram consolidados em 19/06/2020.

## Parcerias e Convênios

Com relação a parcerias e convênios, a Companhia possui contratos de parceria e convênios nas seguintes áreas:

(i) Apoia a cooperação tecnológica com universidades e institutos de ciência e tecnologia. Nos investimentos em projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) conta com uma rede de parceiros tecnológicos envolvendo universidades e instituições de pesquisa nacionais e estrangeiras.

(ii) As atividades de fomento à formação de recursos humanos para o setor de óleo, gás, energia e biocombustíveis se dão por meio do Programa Ciência sem Fronteiras (PCSF) e do Programa de Formação de Recursos Humanos (PFRH).

O PFRH investiu, até o período corrente, cerca de R\$ 3,7 milhões em convênios de nível superior, firmados entre a empresa e Universidades Federais, sendo pouco mais de 1,0 milhão em 2019. Em 31 de dezembro de 2019, ainda estavam ativos quatro convênios de nível superior, em quatro instituições de ensino, distribuídas em quatro estados do Brasil.

Em relação ao Protocolo de Cooperação Ciência sem Fronteiras (PCSF), no qual são signatários a Petrobras, a CAPES e o CNPq, foi celebrado um segundo aditivo, em 20 de dezembro de 2017, para conceder até 214 bolsas de Doutorado Sanduíche e Doutorado Pleno, no exterior, a fim de formar mão de obra especializada, buscando atender a demanda e necessidades do setor de petróleo, gás, energia e biocombustíveis, viabilizando a produção científica nas linhas de interesse da Companhia. Para esse Programa, recursos de R\$ 123 MM (milhões) foram efetivamente pagos em março de 2018. Em 2019 não houve nenhum aporte de recursos.

Em 31 de dezembro de 2019 ainda existiam 6 convênios vigentes referentes à reivindicação dos sindicatos no ACT 2017, que prevê na sua cláusula 25, parágrafo 1º - A Companhia proporcionará aos empregados convênios, celebrados com instituições de ensino superior, que possibilitarão descontos nas mensalidades de cursos de nível superior oferecidos. Vale ressaltar que essa ação não estabelece relação financeira com as Instituições, assim como não há alocação de recursos para esta modalidade de convênio por parte da Petrobras. Cabe destacar que o §1º da cláusula 25 do ACT 2017 não está presente no ACT 2019-2020, sendo assim não haverá renovações ou celebração de novos convênios com esse escopo.

Para mais informações, ver itens 7,5, 7.8 e 10.9 do Formulário de Referência: <https://www.investidorpetrobras.com.br/pt/resultados-e-comunicados/relatorios-anuais#formulario-de-referencia>.

### 3. Interesse público

A Petrobras é uma sociedade de economia mista, constituída pela Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953, posteriormente revogada pela Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, cuja maioria do capital votante pertence ao governo federal brasileiro.

A constituição de sociedade de economia mista somente é admitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou em casos de relevante interesse coletivo, na forma do artigo 173 da Constituição da República.

Para tanto, conforme previsto no artigo 238 da Lei nº 6.404/76, a Companhia poderá ter suas atividades orientadas com a finalidade de atender ao interesse público que justificou a sua criação, ou seja, visando ao atendimento do objetivo da política energética nacional previsto no artigo 1º, inciso V, da Lei nº 9.478/97, de garantir o fornecimento de derivados de petróleo em todo o território nacional.

A contribuição para a consecução desse interesse público deve ser compatível com o objeto social da Petrobras e com as condições de mercado, não podendo colocar em risco a rentabilidade e a sustentabilidade financeira da Companhia.

Assim, na forma do artigo 8º, §2º, da Lei nº 13.303/2016, caso o atendimento ao interesse público se dê em condições diversas às de qualquer outra sociedade do setor privado que atue no mesmo mercado, as obrigações ou responsabilidades assumidas pela Companhia deverão estar definidas em norma ou regulamento e estar previstas em documento específico, como contrato ou convênio, observada a ampla publicidade destes instrumentos, bem como a divulgação dos seus custos e receitas discriminados, inclusive no plano contábil.

Em linha com esses normativos, a Petrobras realizou ajustes em seu Estatuto Social para indicar, de forma clara, o relevante interesse coletivo que justificou a sua criação, bem como para formalizar

os requisitos para seu atendimento, nas hipóteses em que esse se dê em condições diversas às de qualquer outra sociedade do setor privado que atue no mesmo mercado. Nesse caso, caberá à União compensar a Petrobras, a cada exercício social, pela diferença entre as condições de mercado e o resultado operacional ou retorno econômico da obrigação assumida, conforme expresso no art. 3º do Estatuto Social da Companhia:

“(...) §3º- A Petrobras poderá ter suas atividades, desde que consentâneas com seu objeto social, orientadas pela União de modo a contribuir para o interesse público que justificou a sua criação, visando ao atendimento do objetivo da política energética nacional previsto no art. 1º, inciso V, da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.

§4º- No exercício da prerrogativa de que trata o §3º acima, a União somente poderá orientar a Companhia a assumir obrigações ou responsabilidades, incluindo a realização de projetos de investimento e assunção de custos/resultados operacionais específicos, como aqueles relativos à comercialização de combustíveis, bem como outras atividades correlatas, em condições diversas às de qualquer outra sociedade do setor privado que atue no mesmo mercado, quando:

I - estiver definida em lei ou regulamento, bem como prevista em contrato, convênio ou ajuste celebrado com o ente público competente para estabelecê-la, observada a ampla publicidade desses instrumentos; e

II- tiver seu custo e receitas discriminados e divulgados de forma transparente, inclusive no plano contábil.

§5º- Na hipótese dos §§3º e 4º acima, o Comitê de Investimentos e o Comitê de Minoritários, em suas atribuições de assessoramento ao Conselho de Administração, avaliarão e mensurarão, com base nos critérios de avaliação técnico-econômica para projetos de investimentos e para custos/resultados operacionais específicos praticados pela administração da Companhia, se as

obrigações e responsabilidades a serem assumidas são diversas às de qualquer outra sociedade do setor privado que atue no mesmo mercado.

§6º- Quando orientada pela União a contribuir para o interesse público, a Companhia somente assumirá obrigações ou responsabilidades:

I - que respeitem as condições de mercado definidas conforme §5º acima; ou

II- que se adequem ao disposto nos incisos I e II do §4º acima, observados os critérios de que trata o §5º acima, sendo que, nesta hipótese, a União compensará, a cada exercício social, a Companhia pela diferença entre as condições de mercado definidas conforme o §5º acima e o resultado operacional ou retorno econômico da obrigação assumida.

§7º- O exercício da prerrogativa de que trata o §3º acima será objeto da carta anual, subscrita pelos membros do Conselho de Administração, de que trata o art. 13, inciso I, do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016”.

Ciente dos requisitos legais e parâmetros objetivos previstos na Lei nº 13.303/2016 e no Decreto nº 8.945/2016, que determinam a explicitação dos compromissos realizados para a consecução de objetivos de políticas públicas, bem como dos recursos e dos impactos financeiros advindos, visando à divulgação de informações completas e consistentes, a Companhia descreve a seguir as obrigações ou compromissos assumidos antes da Lei 13.303/2016 e da reforma do Estatuto Social da Companhia que inseriu as previsões relativas ao interesse público.

#### **a) Programa Nacional de Racionalização do Uso dos Derivados do Petróleo e do Gás Natural (Conpet)**

O programa do governo federal, vinculado ao Ministério de Minas e Energia (MME), instituído por meio de decreto presidencial expedido em 18 de julho de 1991, visa promover o desenvolvimento de uma cultura antidesperdício no uso dos

recursos naturais não renováveis. Desde a sua criação, o Conpet desenvolve parcerias para a realização de avaliações das emissões de materiais particulados em ônibus e caminhões, bem como para a orientação da sociedade quanto ao uso eficiente dos veículos. Em 2019, foram realizadas as seguintes atividades pertinentes ao Conpet:

- Participação no Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE), em parceria com o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), que visa estimular a produção e a utilização de aparelhos a gás e veículos mais eficientes. Esse programa busca incentivar o consumo consciente informando ao consumidor, por meio da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia, sobre o consumo de combustíveis dos diversos modelos de automóveis e de aparelhos que utilizam gás.

A Petrobras possui um representante no grupo que coordena o Conpet, bem como provê apoio técnico e administrativo ao programa, por meio do seu Centro de Pesquisas (Cenpes). Os profissionais envolvidos nessas atividades não possuem dedicação exclusiva ao referido programa.

Para o exercício social em curso estão previstas a continuidade da participação da Companhia nos programas de etiquetagem PBE Veicular e PBE Fogões e Fornos, e as ações para monitoramento de emissões, bem como o atendimento a convocações de participações técnicas pelo MME.

Além disso, foram iniciadas tratativas junto ao MME para transferência das atividades no Grupo Coordenador do Conpet - GCC, nas condições de Membro Nato - Secretário Executivo e Representante Técnico do Cenpes, para outro ente a ser definido pelo MME.

O valor aplicado no Conpet em 2019 foi de R\$ 689 mil. O orçamento previsto para 2020 é de R\$ 719 mil. A origem dos recursos é a geração própria de caixa da Companhia. Oportunamente, retificamos o valor aplicado no Conpet em 2018, informado na Carta Anual de 2018, de R\$ 493 mil para R\$ 865 mil.

## **b) Programa Prioritário de Termelétricidade (PPT)**

O programa do governo federal, vinculado ao Ministério de Minas e Energia, instituído pelo Decreto nº 3.371/2000, visou à implantação de usinas termelétricas. Essas usinas, integrantes do Programa Prioritário de Termelétricidade, desde que tivessem entrado em efetiva operação comercial até 31 de dezembro de 2004, fazem jus a suprimento de gás natural por um prazo de até 20 anos, contados a partir do início da operação comercial, com preço pré-estabelecido e reajustado pela inflação americana.

O suprimento de gás para as usinas no âmbito do PPT, em 2019, gerou receitas de aproximadamente R\$ 1.235 milhão e custos de R\$ 2.341 milhões, resultado este custeado pelo orçamento da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía contratos nessa modalidade vigentes com duas usinas, com termos previstos até 2024, e com uma terceira usina o fornecimento de gás natural ocorre por força de mandado judicial.

As informações sobre interesse público estão também descritas no item 7.1 do Formulário de Referência da Petrobras, disponível no site eletrônico da Companhia, no seguinte endereço: <https://www.investidorpetrobras.com.br/pt/resultados-e-comunicados/relatorios-aneis#formulario-de-referencia>.

## **4. Política de preços**

### **Diesel e gasolina**

Os preços de diesel e gasolina consideram o preço de paridade internacional (PPI), margens para remuneração dos riscos inerentes à operação e o nível de participação no mercado. Os reajustes são realizados sem periodicidade definida, de acordo com as condições de mercado e da análise do ambiente externo, possibilitando a Companhia competir de maneira mais eficiente e flexível.

## **Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)**

Em agosto de 2019, a Diretoria Executiva da Petrobras aprovou revisão da prática de preços de GLP P13, que passou a considerar o PPI acrescido de margens para remuneração dos riscos inerentes à operação, similar ao praticado para o GLP industrial/comercial.

Os reajustes passaram a ser realizados sem periodicidade definida, de acordo com as condições de mercado e da análise dos ambientes interno e externo.

Os preços aplicáveis aos combustíveis podem ser encontrados no site: <http://www.petrobras.com.br/pt/produto-s-e-servicos/precos-de-venda-as-distribuidoras/gasolina-e-diesel/>.

## **5. Controles internos**

A Administração da Companhia é responsável pelo estabelecimento e manutenção de controles internos eficazes referentes à preparação e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas, bem como pela avaliação da eficácia dos controles internos em nível de entidade, financeiros e de tecnologia da informação, referentes ao processo de preparação e divulgação das referidas demonstrações, com o objetivo de fornecer segurança razoável relativamente à confiabilidade do processo de preparação e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com os International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB), e também em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que foram aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Devido às suas limitações inerentes, o sistema de controle interno aplicado ao processo de preparação e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas, independentemente de quão bem desenhado e executado, pode não prevenir ou detectar declarações inexatas em tempo hábil.

Portanto, até mesmo quando esses sistemas são considerados eficazes, eles podem fornecer somente uma segurança razoável em relação à preparação e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Além disso, projeções de qualquer avaliação de eficácia em períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles possam se tornar inadequados, devido a mudanças em condições ou ao risco de que o grau de conformidade com as políticas ou procedimentos possa se deteriorar.

A Administração, baseada nos critérios estabelecidos no *Internal Control - Integrated Framework* (2013) emitido pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO), procede à verificação do sistema de controles internos, os quais são autoavaliados anualmente pelos gestores (*control self-assessment*), revisados quanto à adequação do desenho e testados quanto à sua eficácia.

A Administração avaliou a eficácia dos controles internos sobre os relatórios financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2019. Com base nessa avaliação, usando a classificação de deficiências de controle interno da norma brasileira NBC TA 265 (Norma Brasileira de Contabilidade 265), a Administração concluiu que os controles internos sobre relatórios financeiros da Companhia foram efetivos em 31 de dezembro de 2019.

#### **Estruturas organizacionais envolvidas**

Na composição da estrutura da Diretoria Executiva de Governança e Conformidade (DGC), a Companhia dispõe da Gerência Executiva de Conformidade, que é responsável por conduzir, anualmente, o processo de certificação de controles internos na Petrobras, utilizando metodologia e critérios estabelecidos no *Internal Control - Integrated Framework* (2013) emitido pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO).

Neste processo, a avaliação da efetividade dos controles internos tem a participação da Auditoria Interna, área vinculada ao Conselho de Administração. Os resultados são periodicamente reportados ao Comitê de Auditoria Estatutário, órgão colegiado vinculado ao Conselho de Administração.

O estabelecimento e a manutenção dos controles internos da Companhia referentes à preparação e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas, bem como a avaliação da sua eficácia, é um processo executado pelos gestores, desenvolvido sob responsabilidade do Presidente e da Diretora Executiva Financeira e de Relacionamento com Investidores e supervisionado pelo Comitê de Auditoria Estatutário.

O relatório de auditoria emitido pelos Auditores Independentes relativo às demonstrações financeiras da Companhia, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não apresentou ressalvas.

Os auditores independentes, no cumprimento de suas atribuições, avaliaram a adequação e a efetividade do sistema de controle interno sobre o processo de preparação e divulgação dos relatórios financeiros da Petrobras e no relatório preparado e encaminhado, nos termos da regulamentação do inciso II, do artigo 25, da Instrução CVM nº 308/99, não foram apontadas deficiências classificadas como significativas nos controles internos e/ou impactos relevantes.

Os comentários dos Diretores Executivos da Companhia sobre o relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas reforçam que, conforme apontado, as deficiências reportadas pelos auditores independentes não são significativas e as recomendações de melhoria apontadas estão com seus planos de ação acompanhados pela Administração da Companhia.



## Programa Petrobras de Prevenção da Corrupção

O nosso programa de integridade, denominado Programa Petrobras de Prevenção da Corrupção (PPPC), aprovado pela Diretoria Executiva, representa o conjunto de medidas desenvolvidas e implementadas de forma integrada, com o objetivo de prevenir, detectar e corrigir a ocorrência de desvios éticos, incluindo fraude, corrupção e lavagem de dinheiro.

O programa destina-se aos nossos diversos públicos de interesse, incluindo: Alta Administração, colaboradores, clientes, fornecedores, investidores, parceiros, poder público e todos aqueles que se relacionam e/ou representam os interesses da Petrobras em suas relações de negócios.

O programa é composto por três pilares, que visam reforçar continuamente a ética, a integridade e a transparência em todos os nossos negócios:

- **Prevenção:** visa identificar, avaliar e mitigar o risco de ocorrência de desvios éticos.
- **Detecção:** contempla mecanismos capazes de, tempestivamente, identificar e interromper eventual desvio ético que porventura não tenha sido evitado pelas ações de prevenção, possibilitando a responsabilização dos envolvidos.
- **Correção:** estabelece a responsabilização e a penalidade aplicável a cada caso de desvio ético comprovado, bem como possibilita o aperfeiçoamento das fragilidades que originaram o respectivo desvio e a recuperação de eventuais prejuízos.

Dentre os principais mecanismos e procedimentos de integridade existentes na Companhia podemos destacar: treinamentos sobre temas de ética e integridade; *Due Diligence* de Integridade de Contrapartes (DDI); *Background Check* de Integridade (BCI); Canal de Denúncia; Regime Disciplinar; Apurações Internas; Gerenciamento de Riscos relacionados à

fraude, corrupção, lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo; Guia de Recebimento e Oferecimento de Presentes, Brindes e Hospitalidade; Processo Administrativo de Responsabilização (PAR).

A Política de Compliance da Companhia, revisada e aprovada pelo Conselho de Administração em dezembro de 2019, possui princípios e diretrizes que objetivam descrever e divulgar os compromissos que assumimos em relação à promoção dos valores éticos e de transparência na condução dos nossos negócios, com tolerância zero à fraude, à corrupção e à lavagem de dinheiro. A política contribui para a integração e o fortalecimento das iniciativas de *compliance* na Petrobras, em especial do PPPC, em consonância com as melhores práticas de mercado, além de caracterizar a adesão às legislações anticorrupção em vigor, sobretudo à Lei 12.846/2013, ao *Foreign Corrupt Practices Act* (FCPA - Lei norte-americana contra práticas de corrupção no exterior), de 1977, e ao *UK Bribery Act* (UKBA - Lei do Reino Unido contra o suborno), de 2010.

Com o objetivo de divulgar e comunicar a promoção de valores éticos, regularmente, cursos presenciais sobre o PPPC são oferecidos para empregados que exercem atividades com maior exposição a riscos de *compliance*, tais como empregados envolvidos em processos de contratação de bens e serviços e gestores da Companhia. Contabilizamos cerca de 550 empregados treinados em 2017, 370 em 2018 e 338 em 2019.

A disciplina "*compliance*" também foi ministrada para aproximadamente 450 novos empregados que ingressaram na Companhia, entre dezembro de 2018 e janeiro de 2019, em uma carga horária de quatro horas. Para os 110 novos empregados que foram alocados na Diretoria de Governança e Conformidade (DGC), houve ainda o aprofundamento do treinamento em temas de *compliance*, com carga horária de 46 horas.

A área de Conformidade promove também curso presencial com conceitos avançados para profissionais de *compliance*. Com uma carga horária prevista de aproximadamente 46 horas, a ser cumprida em três meses, o curso foi ministrado para 50 empregados da DGC em 2018 e para 99 empregados em 2019, distribuídos entre a DGC, quatro subsidiárias da Petrobras e outras áreas afins a essa Diretoria.

Em relação à Alta Administração, também são realizados treinamentos presenciais sobre aspectos de governança e conformidade quando do ingresso na Companhia e anualmente. Os treinamentos contemplam temas como: deveres e responsabilidades dos Administradores; gestão de riscos; compromisso da Alta Administração com as ações de *compliance*; modelo de governança e processo decisório; controles internos e transações com partes relacionadas.

Além dos treinamentos presenciais citados, treinamentos à distância sobre o PPPC são oferecidos a todos os empregados. Em agosto de 2018, foi lançado o ensino a distância (EAD) sobre o tema “Legislação Anticorrupção e Ética nos Negócios” para o fortalecimento da cultura de *compliance* para empregados de todas as carreiras e a Alta Administração. Foram capacitados mais de 40 mil profissionais em 2018 e 6 mil em 2019. Ademais, com o estabelecimento das regras para o novo Plano de Carreiras e Remuneração (PCR), foi definido que a conclusão, com êxito, nos prazos acordados, dos treinamentos disponibilizados pela Companhia sobre temas relacionados ao *compliance* e à ética é requisito obrigatório para concorrer no processo de Avanço de Nível e Promoção.

A gestão de riscos de fraude e corrupção é um dos elementos essenciais para o funcionamento e o aprimoramento contínuo do programa de integridade da Companhia (PPPC).

O Conselho de Administração estabeleceu, por meio da Política de Gestão de Riscos Empresariais da Petrobras, os princípios e diretrizes que norteiam a Companhia na gestão desse tipo de risco. A referida política apresenta uma abordagem abrangente da gestão de risco empresarial, dentre os quais os riscos de conformidade.

Os riscos de conformidade são os relacionados ao cumprimento da legislação e regulamentação aplicáveis aos negócios da Petrobras, assim como às normas e procedimentos internos, incluindo os relativos à fraude, corrupção, lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo.

A matriz de riscos e controles de fraude e corrupção da Companhia, a qual, dentre outros objetivos, possibilita um melhor direcionamento das ações de *compliance* e a mitigação dos referidos riscos, tem seus resultados periodicamente submetidos à apreciação do Comitê de Auditoria Estatutário (CAE). A matriz é reavaliada anualmente.

Com base na cadeia de valor da Companhia são identificados processos a serem avaliados a partir de fatores de risco que indicam o grau de exposição aos riscos de fraude, corrupção e lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo. A análise suporta a priorização dos processos para a realização de avaliações de conformidade, que possibilitam a prevenção e a identificação das materializações desses riscos.

A Petrobras conta com um Diretor Executivo, estatutário, responsável corporativamente pelo processo de integridade da Companhia. Conforme consta do Estatuto Social da Companhia, é assegurada ao Diretor Executivo de Governança e Conformidade, no exercício de suas atribuições, a possibilidade de se reportar diretamente ao Conselho de Administração nas hipóteses do art. 9º, §4º da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

## Código de Conduta Ética

A evolução do Sistema de Integridade da Petrobras, alinhada às melhores práticas, permite que os mecanismos que o compõem sejam periodicamente revisitados, com o objetivo de verificar oportunidades de aprimoramento em um ambiente robusto de *compliance*, adequado ao momento atual da empresa e do mercado.

Em 2018, a Comissão de Ética da Petrobras conduziu os trabalhos de revisão do Guia de Conduta e do Código de Ética da Petrobras - atualizando os documentos frente à legislação pertinente, às recomendações de órgãos de controle, às reflexões acumuladas pela Comissão, assim como também a consultas à força de trabalho, gerências e subsidiárias da Companhia.

Em 2020, demos mais um passo no fortalecimento de nosso Sistema de Integridade com a aprovação do Código de Conduta Ética, pelo Conselho de Administração, que unificou o Código de Ética e o Guia de Conduta.

O Código de Conduta Ética, se aplica aos membros do Conselho de Administração e seus comitês de assessoramento, membros do Conselho Fiscal, membros da Diretoria Executiva, empregados, estagiários, prestadores de serviços e qualquer pessoa que atue em nome da Petrobras, constituindo compromisso individual e coletivo de todos e de cada um deles cumpri-lo e promover seu cumprimento, em todas as ações da cadeia produtiva da Companhia e nas suas relações com todas as partes interessadas. O documento deverá ser revisto e atualizado, no mínimo, a cada dois anos.

No Código de Conduta Ética são apresentados os valores, princípios, compromissos de conduta e deveres que devem ser refletidos em todas as ações e decisões, na busca de concretizarmos nosso propósito de prover energia que assegure a prosperidade de forma ética, segura e competitiva.

### Valores da Petrobras:

- » *Respeito à vida, às pessoas e ao meio ambiente*
- » *Ética e Transparência*
- » *Superação e Confiança*
- » *Orientação ao Mercado*
- » *Resultados*

### Princípios do Código de Conduta Ética:

- » *Respeito à vida, às pessoas e ao meio ambiente*
- » *Integridade, transparência e meritocracia*
- » *Geração de valor*

A Petrobras faz expressa referência aos documentos de ética nas contratações das empresas prestadoras de serviços, requerendo dessas o cumprimento dos princípios éticos e compromissos de conduta pelos seus empregados.

Tanto a força de trabalho quanto a Alta Administração são treinadas anualmente nos temas de ética e integridade, que anteriormente constavam do Código de Ética e Guia de Conduta, e atualmente estão reunidos no Código de Conduta Ética. Essa iniciativa é mais uma medida para reforçar, cada vez mais, o conhecimento sobre ética e, ao mesmo tempo, atender aos requisitos legais, como a Lei 13.303/2016 (art. 9, §1º).

Cerca de 57.334 empregados foram treinados em 2017 e 46.038 em 2018. A partir de 2019, esse treinamento passou a constar na grade fixa dos conteúdos oferecidos aos novos empregados da Companhia e, adicionalmente, foi disponibilizado um novo treinamento sobre Prevenção e Combate ao Assédio Moral e Sexual, concluído por mais de 99% dos empregados, considerando o universo de mais de 47 mil pessoas do efetivo da Companhia. Esse treinamento é uma ação conjunta entre a Comissão de Ética e a Ouvidoria-Geral.

Está prevista, também, a aplicação de sanções disciplinares (advertência, suspensão e rescisão do contrato de trabalho) àqueles que descumprem os documentos citados, de acordo com a norma Regime Disciplinar de Empregados e Sistema de Consequências da Alta Administração e Conselho Fiscal.

Em 2019, foram aplicadas 351 medidas disciplinares a empregados de diferentes níveis hierárquicos, sendo 26 rescisões de contrato de trabalho por justa causa, 120 suspensões e 205 advertências por escrito. Os casos referem-se a desvios de conduta como descumprimento de nossas normas, desídia no desempenho das funções, insubordinação, entre outros.

O Código de Conduta Ética da Petrobras foi aprovado pela Diretoria Executiva em 27/05/2020 e pelo Conselho de Administração em 24/06/2020 e pode ser acessado no sítio eletrônico da Companhia, por meio do link: <https://www.investidorpetrobras.com.br/pt/governanca-corporativa/codigos-politicas-e-outros>

### **Canal de Denúncia Petrobras**

A Petrobras oferece aos seus públicos interno e externo um canal exclusivo para o recebimento de denúncias, disponível nos idiomas português, inglês e espanhol, 24 horas, em todos os dias do ano. O serviço é operado por empresa independente e especializada, assegurando o encaminhamento de todas as denúncias recebidas, e pode ser acessado pela internet ou pelo telefone, garantindo o anonimato dos denunciante que optem por não se identificar.

O teor de cada denúncia determina a área da Companhia responsável pela sua apuração. As relacionadas a danos patrimoniais e extrapatrimoniais são enviadas para a área de Inteligência e Segurança Corporativa; as que descrevem riscos ou danos às atividades de segurança, meio ambiente, eficiência energética e saúde da Companhia, são apuradas pela Gerência Executiva de SMS.

Já as que se inserem nas categorias de fraude e corrupção (irregularidades em contratos, irregularidades em licitações, suborno, enriquecimento ilícito, entre outras) são classificadas segundo critérios qualitativos e quantitativos de uma matriz de risco.

Isso possibilita ter rapidamente noção das denúncias mais importantes e que podem causar maior impacto nos negócios da empresa, caso o relato seja procedente. Só então elas são encaminhadas para uma área criada especialmente para sua apuração, denominada Integridade Corporativa. As denúncias classificadas no maior nível de risco recebem um monitoramento específico e destaque nos reportes à Alta Administração.

As denúncias relacionadas à violência psicológica no trabalho são apuradas junto às áreas gestoras, com exceção daquelas envolvendo empregados Petrobras e classificadas como assédio moral ou assédio sexual, que, desde fevereiro de 2019, passaram a ter suas apurações realizadas pela Ouvidoria-Geral. Além disso, esses casos passaram a fazer parte do escopo de análise do Comitê de Integridade, responsável pela definição de sanções nos casos apurados como procedentes. Em relação a esses temas, a Ouvidoria Geral também atuou na prevenção e conscientização da força de trabalho através de cursos e palestras. Em 2019 foram realizadas 30 palestras em diversas unidades da Companhia, alcançando 2.369 empregados.

Finalmente, no plano de reporte, a Ouvidoria-Geral apresenta o seu relatório semestralmente ao Comitê de Auditoria Estatutário, e anualmente à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração, buscando sobretudo fornecer subsídios para o aprimoramento da gestão. Além disso, apresenta trimestralmente ao Comitê de Auditoria Estatutário um reporte específico sobre as denúncias de fraude e corrupção de maior risco.

Para mais informações sobre controles internos, programa de Integridade e treinamentos da alta administração, ver itens 5.1, 5.3, 5.4 e 12.12 do Formulário de Referência, disponível em: <https://www.investidorpetrobras.com.br/pt/resultados-e-comunicados/relatorios-anuais>.

## 6. Gestão de riscos

A Política de Gestão de Riscos Empresariais da Companhia foi aprovada pelo seu Conselho de Administração em junho de 2015 e revista, pela última vez, em novembro de 2017.

A política apresenta uma abordagem abrangente da gestão dos riscos empresariais, uma vez que associa a tradicional visão econômico-financeira a elementos de gestão contra ameaças à vida, à saúde e ao meio ambiente (SMS), de proteção do patrimônio e das informações empresariais (inteligência e segurança corporativa) e de combate à fraude e corrupção, dentre outros riscos.

A Companhia entende que os riscos devem ser considerados em todas as decisões, sua gestão deve ser realizada de maneira integrada e as respostas a eles devem atentar para as possíveis consequências cumulativas de longo prazo e de longo alcance. Os riscos aos quais estamos expostos (riscos empresariais) são classificados em quatro agrupamentos: (a) negócios, (b) financeiro, (c) conformidade e (d) operacional. Dentre esses riscos, os mais relevantes são classificados como Riscos Estratégicos e monitorados no âmbito do Plano Estratégico.

### Negócios

Riscos relativos aos negócios da Companhia, de acordo com sua cadeia de valor, específicos de uma empresa integrada de petróleo (exploração e produção, refino, distribuição, gás natural, transporte etc.)

### Financeiro

Reúne os riscos oriundos de flutuações de mercado, inadimplemento de contrapartes e de descasamento entre ativos e passivos.

### Conformidade

Riscos decorrentes do descumprimento da legislação e regulamentação aplicáveis aos negócios da Petrobras, assim como das normas e procedimentos internos, principalmente, os relativos à fraude, corrupção, lavagem de dinheiro e à confiabilidade dos relatórios financeiros.

## Operacional

Reúne riscos decorrentes de falhas, deficiências ou inadequações de processos internos e industriais, do suprimento de bens e serviços, sistemas, assim como de catástrofes naturais e/ou ações de terceiros.

### Riscos Estratégicos

Anualmente, a partir da lista de riscos empresariais, da análise do desempenho do negócio e da conjuntura externa e interna da Companhia, o Conselho de Administração define aqueles riscos que, individualmente ou de forma consolidada, devem ser acompanhados mais de perto. Estes riscos, denominados “Riscos Estratégicos”, são selecionados devido à sua importância para a implementação do Plano Estratégico à sua abrangência, ao seu grau de severidade e/ou recursos demandados para seu tratamento.

### Riscos emergentes

Riscos emergentes são os riscos estratégicos de longo prazo que a Petrobras tem identificado como de maior severidade e que poderiam afetar significativamente a execução de seu Plano Estratégico. Tais riscos, serão detalhados a seguir.

### *Sistemas de tecnologia, de segurança cibernética, de telecomunicações e serviços de segurança*

Recentemente, as preocupações sobre falhas de segurança da informação têm crescido em todo o mundo. Estas falhas podem ter origem externa, tais como *malware*, *hackers*, *cyber* terrorismo, entre outros; ou interna, através de atos intencionais e fraudulentos cometidos por funcionários e contratados, com a finalidade de obter vantagens pessoais.

A percepção da gravidade desse risco pela Administração da Petrobras tem aumentado significativamente ao longo do tempo. Portanto, tal risco foi classificado como um risco estratégico no seu Plano Estratégico.

Além de questões de segurança cibernética, a preocupação e as ações adotadas pela Administração da Petrobras tiveram como objetivo melhorar a proteção e a privacidade de dados pessoais detidos pela Companhia.

A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) tem uma série de sanções, incluindo multas, a serem aplicadas às organizações que não cumprirem as regras por ela impostas.

A Companhia está usando camadas de proteção sobre e-mails, análise de vulnerabilidades em redes e aplicações, trilhas de auditoria em sistemas de informação, controle de acesso privilegiado, pacotes de atualização de segurança, autenticação de dispositivos e usuários para o acesso à internet, rede corporativa, filtros de conteúdo de internet, encriptação e segregação de funções-chave.

Além disso, a fim de garantir a segurança da Companhia num mundo onde os dados são considerados bens valiosos e estratégicos, em dezembro de 2019, a Petrobras criou uma área dedicada à segurança da informação, ligada à Diretoria de Transformação Digital e Inovação, com o objetivo de centralizar o gerenciamento das medidas relacionadas com a segurança da informação.

As possibilidades de transformação dos modelos operacionais e de negócios trazem oportunidades para aumentar a eficiência e a segurança das operações, reduzir custos e trazer mais robustez e agilidade às decisões.

Os esforços devem ir além da implementação de soluções tecnológicas, procurando também implementar uma cultura de inovação que promova a experimentação, a colaboração multifuncional e o compartilhamento de informações.

Para mais detalhes sobre as ações de transformação digital da Companhia, ver item 8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor - do Formulário de Referência.

## **Instrumentos utilizados para proteção**

**Riscos Estratégicos e Riscos de Negócios:** o sistema de gestão de riscos da Companhia está plenamente alinhado e coerente com seu Plano Estratégico. Os riscos são considerados em todas as decisões estratégicas da Companhia e a gestão é sempre realizada de maneira integrada, aproveitando os benefícios inerentes à diversificação.

Uma vez identificados os riscos, as ações de resposta são avaliadas frente às possíveis consequências cumulativas de longo prazo e de longo alcance dos riscos, e priorizadas de acordo com a agregação ou preservação de valor aos acionistas.

A gestão destes riscos, por sua vez, ocorre a partir de um robusto processo de planejamento e de gestão de carteira, que preza pela economicidade na seleção dos projetos, pela diversificação das linhas de negócios e pelo estrito cumprimento de metas, as quais são periodicamente acompanhadas nos mais diversos níveis hierárquicos. Além disso, continuamente, a Companhia monitora a evolução do cenário externo e a atuação junto aos seus diversos públicos de interesse.

**Riscos Financeiros:** a gestão dos riscos financeiros é sempre realizada de maneira integrada, privilegiando os benefícios inerentes à diversificação. A Petrobras gerencia ativamente seus riscos financeiros considerando seus diversos fluxos operacionais, as aplicações das disponibilidades financeiras, condições de endividamento e demais posições em ativos, passivos, desembolsos e recebimentos para mitigar a exposição aos riscos de preços de commodities, moedas e juros. A contratação de derivativos também pode ser aplicada no tratamento destes riscos.

Informações mais detalhadas a respeito do gerenciamento de riscos financeiros são apresentadas no item 5.2 - Riscos de Mercado - do Formulário de Referência.



As variações cambiais podem ter um impacto imediato sobre os resultados da Companhia e no aumento no valor da dívida, em função da desvalorização do real em relação ao dólar e do aumento da taxa de juros, exceto para uma parte de suas obrigações denominadas em dólares, que estão sujeitas à política de contabilidade de hedge da Petrobras. De acordo com a prática de contabilidade de hedge da Companhia, as designações de hedge são feitas na medida em que as futuras exportações são consideradas altamente prováveis. Para mais informações, ver item 10.5 - Políticas Contábeis Críticas - do Formulário de Referência.

**Riscos de Conformidade:** a gestão de riscos insere-se no compromisso da Petrobras de atuar de forma ética e em conformidade com os requisitos legais e regulatórios estabelecidos nos países onde exerce a sua atividade. Os riscos de conformidade, em especial os de fraude, corrupção, lavagem de dinheiro e de confiabilidade dos relatórios financeiros, são mitigados por meio de controles internos, da constante divulgação do Código de Conduta Ética, do Programa Petrobras de Prevenção da Corrupção (PPPC) e de outros instrumentos de prevenção adotados pela Companhia.

O negócio da Companhia, incluindo as relações com terceiros, é guiado por princípios éticos. A Petrobras adota um Código de Conduta Ética e uma série de políticas internas destinadas a orientar seus administradores, empregados e prestadores de serviços, e reforçar seus princípios e regras de comportamento ético e conduta profissional. A Companhia também dispõe de Canal de Denúncia independente, conforme descrito no Capítulo 5 desta Carta.

Para mais informações sobre as principais ações preventivas e mitigatórias dos riscos de conformidade, consultar os itens 5.3 - Descrição dos Controles Internos - e 5.4 - Programa de Integridade - do Formulário de Referência.

**Riscos Operacionais:** a Companhia entende que é possível trabalhar sem acidentes e é dever de todos cuidar da segurança, razão pela qual inseriu a meta compartilhada de segurança no sistema de avaliação de desempenho de todos gestores da empresa, incluindo o presidente e os diretores executivos.

A Petrobras acredita que a vida deve ser respeitada em toda sua diversidade e resguardada contra ameaças decorrentes de ações intencionais ou não. Isto naturalmente leva a Companhia a priorizar a segurança e a confiabilidade de seus processos e das suas instalações como forma de proteger as pessoas e o meio ambiente. A gestão deste risco dá-se a partir de rígidos programas de inspeções e de manutenções nas nossas instalações, além de um contínuo esforço de treinamento da força de trabalho da Companhia para o correto cumprimento de requisitos de segurança, de acordo com as melhores práticas internacionais. Além disso, possuímos um Guia de Gerenciamento de Crise, alinhado às recomendações do Guia de Orientação para Gerenciamento de Riscos Corporativos do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) e do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3.

### **Estrutura de gerenciamento de riscos**

A Petrobras adota em sua estrutura organizacional o modelo de "três linhas de defesa" para o fortalecimento do sistema de controle dos riscos, permitindo a padronização do seu gerenciamento de riscos. Neste modelo, cada grupo de gestores que compõe as linhas de defesa desempenha um papel distinto na estrutura de governança, que pressupõe um conjunto de atividades contínuas e integradas, apoiadas numa estrutura que compreende, na prática, o Conselho de Administração, Diretoria Executiva, titulares da estrutura geral e todos empregados, prestadores de serviço e demais partes relacionadas.

Assim, a estrutura organizacional da Petrobras apresenta os seguintes órgãos colegiados e suas respectivas atribuições:

**Conselho de Administração:** aprovar o apetite a risco da Petrobras (definido como a quantidade total de riscos que a empresa está disposta a assumir na busca de sua missão ou visão) e acompanhar de forma sistemática a gestão de riscos.

**Comitê de Auditoria Estatutário:** assessorar o Conselho de Administração no estabelecimento de políticas globais relativas à gestão de riscos.

**Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras:** assessorar o Conselho de Administração no estabelecimento de políticas globais relativas à gestão de riscos de empresas da Petrobras.

**Diretoria Executiva:** propor ao Conselho de Administração a aprovação do apetite a risco da Petrobras, aprovar diretamente a tolerância aos riscos empresariais e deliberar sobre medidas necessárias para garantir o alinhamento entre o apetite ao risco e a execução das estratégias da Petrobras.

**Comitê Executivo de Riscos** (vinculado à Diretoria Executiva): monitorar as ações de tratamento e contingência dos riscos empresariais, analisar e emitir recomendações sobre as políticas e processos de gestão de riscos, as métricas de acompanhamento e limites de exposição a riscos, bem como encaminhar à Diretoria Executiva tema de gerenciamento de riscos para o qual julgar relevante dar conhecimento.

A Petrobras, dentre as diversas iniciativas de aprimoramento de sua governança, privilegia a discussão e a deliberação colegiada, logo, não há nessas estruturas acima membros com atribuições específicas perante cada órgão, com exceção dos respectivos presidentes ou coordenadores, que devem observar questões administrativas, tais como o diligenciamento para o andamento regular das reuniões, convocação dos

demais membros para manifestarem-se sobre os temas tratados, organização das votações e declaração dos resultados.

As atividades dos órgãos anteriormente mencionados são regidas pelos seus regimentos internos, que definem a finalidade, composição, atribuições, regras de funcionamento, deveres, responsabilidade e avaliação de desempenho de cada colegiado.

Adicionalmente, a gestão de riscos da Petrobras contempla as seguintes estruturas organizacionais e atribuições:

**Auditoria Interna** (vinculada diretamente ao Conselho de Administração): avaliar, de forma sistemática, o processo de gerenciamento de riscos e recomendar melhorias, conforme Regulamento da Auditoria Interna da Petrobras.

**Diretoria Executiva Financeira e de Relacionamento com Investidores (DFINRI):** A DFINRI é composta por seis Gerências Executivas - Finanças; Contabilidade e Tributário; Desempenho Empresarial; Relacionamento com Investidores; Riscos Empresariais e Suprimento de Bens e Serviços. Além da Gerência Geral de Supervisão Integrada de Planos de Previdência.

**Gerência Executiva de Riscos Empresariais:** fortalecer a visão integrada dos riscos empresariais da Petrobras, através da identificação, avaliação, tratamento, comunicação e monitoramento dos riscos relevantes, em articulação com as diversas áreas e participações societárias da Petrobras.

**Gestores da Petrobras:** coordenar, promover e acompanhar as ações de gestão de riscos na sua área de atuação, desenvolver e aprimorar metodologias de seu processo, de forma a potencializar a identificação, tratamento e monitoramento dos riscos específicos, bem como fornecer à Gerência Executiva de Riscos Empresariais todas as informações necessárias para a avaliação integrada dos riscos, o monitoramento e o reporte para a Alta Administração.

Em 2019, o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva acompanharam periodicamente os principais resultados da gestão de riscos na Petrobras. Normalmente, na tomada de decisão de questões relevantes na Companhia são considerados de forma sistemática os riscos e as ações de resposta em cada alternativa de decisão.

Para mais informações sobre gerenciamento de riscos e práticas de controles internos, ver itens 5.1, 5.2 e 5.3 do Formulário de Referência, em: <https://www.investidorpetrobras.com.br/pt/resultados-e-comunicados/relatorios-anuais>.

## **7. Fatores de risco**

A natureza das operações da Companhia a expõe a uma série de riscos que, individualmente ou em conjunto, podem ter um efeito em seu desempenho financeiro. Os riscos aos quais a Petrobras está exposta foram classificados nos seguintes grupos: (i) riscos estratégicos, (ii) riscos operacionais, (iii) riscos financeiros, (iv) conformidade, legais e regulatórios e (v) riscos de negócios. Também estão descritos nessa seção os riscos associados ao Brasil e ao relacionamento da Petrobras com o Governo Federal.

### **a) Fatores de Risco associados à Estratégia:**

**a.1)** A Companhia está exposta a riscos de segurança, meio-ambiente e saúde em nossas operações que podem levar a acidentes, perdas significativas, processos administrativos e passivos judiciais.

**a.2)** A Companhia pode sofrer perdas e dedicar tempo e recursos financeiros na defesa de litígios e arbitragens pendentes.

**a.3)** A escolha e o desenvolvimento dos projetos de investimento da Companhia possuem riscos que podem afetar o retorno econômico originalmente previsto.

**a.4)** A realização dos desinvestimentos e parcerias planejados está sujeita a riscos, podendo não ocorrer conforme planejado.

**a.5)** Mudanças no ambiente competitivo do mercado brasileiro de petróleo e gás intensificarão a exigência da Companhia por um nível de desempenho em linha com as melhores empresas globais do setor. A necessidade de adaptação a um ambiente cada vez mais competitivo e mais complexo pode comprometer a entrega de seu plano estratégico.

**a.6)** Falhas em nossos sistemas de tecnologia da informação, segurança da informação (*cybersecurity*) e sistemas e serviços de telecomunicações podem impactar adversamente as operações e reputação da Companhia.

### **b) Fatores de Riscos associados às Operações:**

**b.1)** A Companhia não possui seguro contra interrupção de negócios nas operações no Brasil e a maioria dos ativos não está segurada contra guerra ou sabotagem.

**b.2)** Greves e paralisações dos empregados da Companhia ou de empregados de seus fornecedores, empresas contratadas e demais setores, bem como falta de pessoal especializado, podem afetar adversamente os resultados e o negócio da Companhia.

**b.3)** A Companhia conta com fornecedores de bens e serviços na operação e realização de seus projetos, os quais podem ser afetados adversamente por falha ou atraso de tal cadeia de fornecedores no cumprimento de suas obrigações contratuais.

**b.4)** A mobilização e a desmobilização dos empreendimentos da Companhia podem afetar as expectativas e a dinâmica das comunidades onde ela atua, impactando os negócios e a reputação da Companhia.

**b.5)** Eventos de escassez hídrica em algumas regiões onde a Companhia atua podem impactar a disponibilidade de água em quantidade ou qualidade necessárias às operações, bem como dificuldades na obtenção de outorgas de direito de uso de recursos hídricos, impactando a continuidade de negócios das unidades industriais da Companhia.

**c) Fatores de Risco Financeiros:**

**c.1)** A Companhia tem passivos substanciais e que podem ser expostos a restrições de liquidez significativas no curto e médio prazo, o que pode afetar materialmente e adversamente sua condição financeira e resultados.

**c.2)** Aumento no valor da dívida em função da desvalorização do Real em relação ao Dólar e do aumento da taxa de juros podem impactar adversamente os resultados da Companhia.

**c.3)** As obrigações com plano de pensão (Petros) e assistência médica (AMS) podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas, além do comportamento das premissas atuariais.

**c.4)** A Companhia está exposta a riscos de crédito de alguns de seus clientes. Qualquer falta de pagamento relevante ou descumprimento por alguns de seus clientes podem afetar adversamente o fluxo de caixa, resultados e condição financeira da Companhia.

**d) Fatores de Risco Legais, Regulatórios e de Conformidade:**

**d.1)** A falha em prevenir, detectar em tempo hábil, ou corrigir comportamentos incompatíveis com princípios éticos e regras de conduta da Companhia, pode ter um efeito material adverso sobre seus resultados e sua situação financeira.

**d.2)** A Companhia está sujeita ao risco de que os controles internos possam se tornar inadequados devido a mudanças no ambiente de controles, ou de que o grau de conformidade com suas políticas e procedimentos possa se deteriorar, o que pode gerar um impacto adverso sobre os negócios e operações e gerar reações negativas sobre a Companhia no mercado.

**d.3)** Qualquer descumprimento dos acordos que encerraram as investigações conduzidas pela SEC e pelo Departamento de Justiça dos EUA (DoJ) e eventuais investigações futuras sobre a possibilidade de não conformidade com a Lei Sobre

Práticas de Corrupção no Exterior (Foreign Corrupt Practices Act) dos EUA podem afetar adversamente a Companhia. As violações dessa lei ou de outras leis podem obrigar a Companhia a pagar multas e expor a Companhia e seus empregados a sanções penais e ações cíveis.

**d.4)** A Companhia atualmente enfrenta processos judiciais e de arbitragem relacionados à Operação Lava Jato. A Companhia poderá enfrentar processos adicionais relacionados com a Operação Lava Jato no futuro.

**d.5)** Interpretações divergentes e/ou mudanças na interpretação da legislação tributária, bem como mudanças na própria lei tributária por meio da criação ou majoração de tributos, podem causar um efeito adverso sobre a condição financeira da Companhia e sobre os seus resultados.

**d.6)** Diferenças de interpretações e novas exigências das agências reguladoras no setor de óleo e gás podem resultar na necessidade de aumento de investimentos, despesas e custos operacionais ou ainda provocar atrasos na produção.

**d.7)** Interpretações divergentes e/ou o surgimento de regulamentos e exigências ambientais, de saúde e de segurança podem impactar negativamente o resultado operacional e condição financeira da Companhia no futuro.

**d.8)** A Companhia está sujeita à concessão de novas licenças e permissões ambientais ou sanções, que podem resultar em atrasos na entrega de alguns de seus projetos e dificuldades para alcançar seus objetivos de produção de petróleo e gás natural.

**d.9)** Operações com partes relacionadas podem não ser devidamente identificadas e tratadas.

**d.10)** A Companhia pode ser obrigada judicialmente a garantir o fornecimento de produtos ou serviços para contrapartes inadimplentes.

**e) Fatores de Risco associados ao Negócio:**

**e.1)** O fluxo de caixa e rentabilidade da Companhia estão expostos à volatilidade dos preços do petróleo, gás natural e derivados.

**e.2)** Mudanças no ambiente econômico, na indústria de petróleo e gás e em outros fatores resultaram, e poderão resultar, em substanciais reduções do valor contábil de alguns dos ativos da Companhia, o que pode afetar adversamente seus resultados e condição financeira.

**e.3)** Mudanças climáticas podem impactar o resultado e a estratégia da Companhia.

**e.4)** A capacidade de desenvolver, se adaptar e ter acesso a novas tecnologias e aproveitar as oportunidades relacionadas à transformação digital é fundamental para a competitividade da Companhia.

**e.5)** Manter os objetivos da produção de petróleo no longo prazo depende da capacidade da Companhia de obter e desenvolver com êxito as suas reservas.

**e.6)** As estimativas de reservas de petróleo e gás natural da Companhia estão sujeitas a riscos e incertezas, o que pode afetar adversamente a sua capacidade de gerar receita.

**e.7)** A Companhia não é proprietária das acumulações de petróleo e gás natural no subsolo do Brasil.

**e.8)** Em decorrência da realização dos desinvestimentos e parcerias, a Companhia está exposta a riscos que podem levar a perdas financeiras não previstas.

**e.9)** A Companhia possui ativos e investimentos em outros países onde a situação política, econômica e social pode impactar negativamente os seus negócios.

**e.10)** A atuação de empresas que possuem licença de uso das marcas da Companhia pode impactar negativamente a imagem e reputação da Companhia.

**f) Fatores de Risco associados ao Brasil e ao relacionamento com o Governo Federal:**

**f.1)** A União Federal, como acionista controlador da Companhia, pode buscar objetivos distintos dos acionistas minoritários da Companhia, o que pode impactar negativamente os objetivos econômicos e empresariais da Companhia.

**f.2)** Fragilidade no desempenho da economia brasileira, instabilidade no ambiente político e mudanças regulatórias podem afetar negativamente o resultado das operações e o desempenho financeiro da Companhia.

**f.3)** Investigações relativas à corrupção política de membros do governo brasileiro podem gerar instabilidade econômica e política e afetar adversamente a Companhia.

Ver a descrição completa dos Fatores de Risco da Petrobras no item 4.1 do Formulário de Referência, disponível no website da Companhia, no endereço: <https://www.investidorpetrobras.com.br/pt/resultados-e-comunicados/relatorios-anuais>.

## **8. Principais resultados**

O ano de 2019 teve como destaque a implementação de uma nova estratégia para a Petrobras, baseada em agenda transformacional sustentada por cinco pilares: maximização do retorno sobre o capital empregado, redução do custo do capital, busca incessante por custos baixos, meritocracia e respeito às pessoas e ao meio ambiente e foco na segurança das operações.

A confiança na qualidade da estratégia e em sua implementação eficiente foi amplamente respaldada pelo mercado de capitais. O valor de mercado da Petrobras cresceu 25%, passando de US\$ 80,9 bilhões no final de 2018 para US\$ 101,1 bilhões em dezembro de 2019, com nossas ações tendo a maior alta entre as maiores companhias de petróleo do mundo.

Em menos de 12 meses - de abril de 2019 a fevereiro de 2020 - foram realizadas com sucesso duas ofertas públicas secundárias de distribuição de ações ordinárias da Petrobras de propriedade de bancos públicos, totalizando quase R\$ 30 bilhões.

São merecedores de destaque na última transação, de R\$ 22 bilhões, dois aspectos importantes: (a) condução com sucesso em meio à fase de alta volatilidade de preços de ações e petróleo provocada pelo choque do coronavírus sobre a economia global; (b) participação de 55.000 investidores individuais brasileiros na compra das ações, o que é extraordinariamente bom para o desenvolvimento do mercado de capitais local.

Depois de anos de estagnação nossa produção de petróleo e gás superou a marca de 3 milhões boed. O custo médio de extração na base caixa atingiu US\$ 6,5 por barril no quarto trimestre de 2019, caindo em US\$ 3,0 em relação ao início de 2018. As operações no pré-sal, com custo da ordem de US\$ 3 por barril<sup>3</sup>, deram contribuição relevante para a queda do custo médio total.

Nossas atividades geraram em 2019 lucro líquido contábil de R\$ 40 bilhões, o maior da história da Petrobras, mesmo diante da queda dos preços médios do petróleo de US\$ 71 por barril em 2018 para US\$ 64. Pagamos aos governos em royalties, impostos e bônus de assinatura o valor total de R\$ 246 bilhões, também recorde histórico, e que consolida a posição da Companhia como maior contribuinte do Brasil.

Para suportar o foco na eficiência e na geração de valor criamos duas novas diretorias: (a) Relações Institucionais, indispensável numa empresa do porte e com as interações com governos e órgãos públicos como a Petrobras; (b) Transformação Digital e Inovação.

Num mundo que se transforma velozmente, a transformação digital e o emprego da inteligência artificial são cruciais para o futuro da Petrobras.

Estamos modernizando a infraestrutura de tecnologia da informação, com um salto na capacidade da computação de alta performance (HPC) que em 2019 passou a ser de 3 vezes a de 2018 (9 PFLOPS) e no final de 2020 chegará a 10 vezes (30 PFLOPs)<sup>4</sup>. O aumento na capacidade de HPC é necessário para viabilizar a aplicação de algoritmos mais sofisticados que nos darão uma quantidade substancialmente maior de informações na exploração e em reservatórios de petróleo.

A gestão do portfólio implicou em desinvestimentos de ativos em que não somos donos naturais no valor de US\$ 16,3 bilhões.

A transação de *follow-on* da BR Distribuidora foi a primeira privatização de empresa estatal via mercado de capitais na história do Brasil, realizada de forma transparente e concorrendo para o desenvolvimento do mercado de capitais. Em lugar de empresa com único dono, emerge uma companhia com capital diluído entre milhares de acionistas, democratizando o capitalismo.

Os desinvestimentos de campos maduros, além dos efeitos positivos para a Petrobras em função da assimetria de percepção de valor, têm contribuído para a formação de uma nova indústria do petróleo no Brasil composta por pequenos e médios produtores que investem na recuperação de campos com baixa produtividade e custos elevados de extração, adicionando valor às economias regionais.

A maximização do retorno sobre capital empregado compreende também a disciplina em sua alocação e o investimento na criação de condições para o crescimento da produtividade.

---

<sup>3</sup> Desconsiderando leasing de plataformas

<sup>4</sup> 1 PFLOPS equivale a capacidade de processamento de um quatrilhão de operações matemáticas por segundo.



Dadas as linhas de crédito para uso imediato contratadas, “*revolving credit lines*” no total de US\$ 9 bilhões, diminuimos a meta de caixa mínimo para US\$ 5,5 bilhões. A retenção de um volume excessivo de caixa atuava como redutor do retorno do capital empregado.

Foram tornados mais rigorosos os critérios para seleção de projetos, que deverão ser julgados segundo seus próprios méritos na concorrência pelo capital escasso. A seletividade na alocação do capital foi posta à prova nos 3 leilões realizados pela ANP em outubro e novembro, com a oferta de 45 blocos. A Companhia apresentou propostas para apenas cinco, tendo sido vencedora em quatro, C-M-477, Búzios, Itapu e Aram.

Conseguimos encurtar o período de *ramp-up* das plataformas para 9 meses em média e no transporte da P-70 da China para o Rio de Janeiro utilizamos um navio *dry-tow* que diminuiu o tempo de viagem de 100 para 45 dias. Com o emprego de inteligência artificial, estamos desenvolvendo projetos que têm potencial para revolucionar a exploração de petróleo e o desenvolvimento de projetos, diminuindo substancialmente a probabilidade de furar poços secos e o período entre a descoberta e o primeiro óleo. Tais projetos influenciarão muito positivamente a taxa de retorno sobre o capital empregado num futuro não muito distante.

A excelência da Petrobras em inovação foi reconhecida pela premiação na Offshore Technology Conference (OTC) Brasil 2019, *Distinguished Achievement Award* pelo teste de longa duração do projeto de Libra. Pela quarta vez desde 1991 nossa competência foi novamente reconhecida, por meio do prêmio *Distinguished Achievement Award for Companies*, o principal da indústria global de petróleo e gás, na OTC 2020 Houston pelo conjunto de inovações desenvolvidas para viabilizar a produção do campo de Búzios.

Os desinvestimentos foram fundamentais para ajudar a viabilizar o foco nos ativos em que somos o dono natural, permitindo investimento total de US\$ 27,4 bilhões,

sendo US\$ 16,7 bilhões na aquisição de direitos de exploração e produção de petróleo nos blocos já mencionados. Búzios é muito especial por ser o maior campo *offshore* descoberto no mundo, um verdadeiro ativo de classe mundial com enormes reservas, baixo risco para a Petrobras e custo de extração abaixo de US\$ 4 por barril.

Não se trata de discutir se a Petrobras será maior ou menor no futuro. Nossa meta é que no futuro seja muito melhor, a melhor em geração de valor no mundo. Não há *downsizing*, buscamos o *smartsizing*.

Simultaneamente à viabilização do financiamento de investimentos com elevado retorno esperado, os desinvestimentos e a forte geração de caixa operacional - no valor recorde de R\$ 101,7 bilhões - permitiram a diminuição da dívida em US\$ 24,5 bilhões. Somada a isso a gestão eficiente de passivos trocou dívida curta e de custo elevado por dívida longa e de custo mais baixo.

A combinação de redução da dívida com a administração de passivos permitiu economia de US\$1,2 bilhão no pagamento de juros, com redução do custo médio do endividamento para 5,9% ao ano e ampliação de seu prazo médio para 10,8 anos.

Obtivemos melhoria na *stand alone credit rating* pelas três principais agências de risco de crédito, o que nos estimula a prosseguir na luta pela reconquista do *investment-grade rating*.

Outro foco de nossos esforços tem sido na eliminação de contingências e passivos off-balance. Conseguimos reduzir o contencioso em R\$ 35,5 bilhões, mesmo após os efeitos da atualização monetária.

Foram postas em marcha iniciativas com foco na meritocracia, compreendendo incentivos alinhados com os interesses dos acionistas e ajudando a formar uma cultura de valor na Companhia.

Nosso Conselho de Administração aprovou um plano efetivo de remuneração variável com metas baseadas em geração de valor. Os bônus referentes a 2019 serão

distribuídos após a Assembleia Geral de Acionistas. Ao mesmo tempo, foi implantado um programa de EVA (*economic value added*) que começará a ser aplicado em 2020.

Além de métrica para a remuneração variável, o EVA permite a identificação de ineficiências e sobretudo empodera nossos colaboradores levando-os a assumir o papel de empreendedores responsáveis por seus próprios negócios.

Entre os diversos esforços para a redução de custos lançamos uma família de programas incentivados de demissão voluntária, com a adesão até o final de 2019 de 3.294 empregados, dos quais 995 já deixaram a Petrobras.

A lentidão dos processos se constitui em importante fonte de custos elevados e baixa produtividade. Estamos enfrentando essa questão com a delegação de poderes para gerentes, respeitados é claro altos padrões de governança corporativa e *compliance*.

Na área social nossos programas estão priorizando o investimento em capital humano na primeira infância para crianças de 0 a 6 anos, onde a taxa de retorno social é elevada, na medida em que cria poderoso canal de mobilidade econômica e social para os nascidos em famílias pobres. Além disso, são prioridades o meio ambiente, a ciência e o esporte para a infância e juventude.

A Petrobras está fortemente comprometida com a sustentabilidade. Estamos associados à Oil and Gas Climate Initiative (OGCI) e priorizando a descarbonização de nossas operações, com metas e ações para redução das emissões de CO<sub>2</sub> e metano e aumento da captura de carbono. O crescimento do reuso de água se constitui também em preocupação importante, na medida em que ainda é baixo nosso percentual.

Nossas operações em E&P emitem 17,3 kg de carbono equivalente por barril de petróleo, o que nos coloca em segundo lugar entre as grandes empresas de petróleo no mundo, emitindo mais somente do que a Equinor.

Continuamos a investir em pesquisa no desenvolvimento de combustíveis mais amigáveis ao meio ambiente e na aquisição de competências para que no futuro possamos ingressar no negócio de renováveis em condições de vencer.

Graças à qualidade de nosso petróleo a Petrobras está produzindo e comercializando combustível marítimo (*bunker oil*) com teor de enxofre de 0,5% requerido pelas normas da International Maritime Organization, IMO 2020. Esse novo produto concorreu para elevar o fator de utilização de nossas refinarias para percentual superior a 80% em janeiro de 2020.

A segurança é nossa prioridade máxima, e em 2019, atingimos o menor nível histórico da taxa de acidentes registráveis (TAR). Foram 0,76 acidentes/milhão de homens-hora, um decréscimo de 24,7% em relação a 2018, estabelecendo um novo marco para a indústria global do petróleo.

Estamos num negócio com horizonte de longo prazo, em que temos os desafios de mitigar os efeitos negativos dos muitos erros cometidos no passado, cuidar do curto prazo e nos prepararmos para as próximas décadas.

Avanços foram realizados, mas estamos ainda muito aquém do desejado. A Petrobras continua a ser uma das companhias de petróleo mais endividadadas do mundo, com dívida bruta de US\$ 87,1 bilhões, alavancagem acima do recomendável para uma empresa de petróleo e custos elevados.

O retorno sobre o capital empregado ainda se mantém em patamar inferior ao custo do capital.

#### **Destaques do resultado de 2019:**

- Lucro líquido e o EBITDA ajustado recordes de R\$ 40,1 bilhões e R\$ 129,2 bilhões, respectivamente.
- O EBITDA ajustado teve um crescimento de 12,5% em relação a 2018, devido aos menores custos de produção e menores contingências. O Lucro líquido teve um crescimento de 55,7% influenciado pelos ganhos de capitais com a venda de ativos.

- Em 2019, o índice dívida líquida/LTM EBITDA ajustado subiu para 2,46x versus 2,34x em 2018, devido aos efeitos do IFRS 16 em 2019. Uma vez expurgados tais efeitos, o índice teria sido 1,99x em 2019.

- A remuneração aos acionistas sob a forma de dividendos e JCP foi no valor de R\$ 10,6 bilhões, equivalente a R\$ 0,73 por ação ordinária e R\$ 0,92 por ação preferencial em circulação.

#### Destaques do resultado do 4T19:

- O lucro líquido e o EBITDA ajustado da Companhia foram de R\$ 8,2 bilhões e R\$ 36,5 bilhões, respectivamente.

- O EBITDA ajustado teve um crescimento de 12% em relação ao 3T19, devido aos menores custos de produção, valorização das correntes de óleo e recuperação do Brent.

- No 4T19, o índice dívida líquida/LTM EBITDA ajustado caiu para 2,46x versus 2,58x no 3T19, aplicando os efeitos do IFRS 16. Uma vez expurgados tais efeitos, o índice teria sido 1,99x no 4T19.

- O Conselho de Administração aprovou a distribuição de remuneração aos acionistas sob a forma de dividendos, no valor de R\$ 1,7 bilhão para as ações ordinárias e R\$ 2,5 milhões para as ações preferenciais em circulação.

Principais indicadores						Variação (%)		
R\$ milhões	4T19	3T19	4T18	2019	2018	4T19 / 3T19	4T19 / 4T18	2019 / 2018
Receita de vendas	81.771	77.051	82.781	302.245	310.255	6,13	(1,22)	(2,58)
Lucro bruto	37.056	30.006	29.999	122.105	118.687	23,50	23,52	2,88
Despesas operacionais	(22.057)	(16.149)	(18.932)	(40.951)	(58.142)	(36,58)	(16,51)	29,57
Lucro líquido - Acionistas	8.153	9.087	2.102	40.137	25.779	(10,28)	287,87	55,70
Lucro líquido recorrente - Acionistas Petrobras*	12.926	9.973	7.419	36.954	36.767	29,61	74,23	0,51
Fluxo de caixa operacional	30.693	32.824	26.108	101.766	95.846	(6,49)	17,56	6,18
Fluxo de caixa livre	23.243	25.718	16.241	73.232	55.450	(9,62)	43,11	32,07
EBITDA ajustado	36.529	32.582	29.161	129.249	114.852	12,11	25,27	12,54
EBITDA ajustado recorrente*	37.242	35.132	30.809	134.696	123.150	6,01	20,88	9,38
Dívida bruta (US\$ milhões)	87.121	89.901	84.360	87.121	84.360	(3,09)	3,27	3,27
Dívida bruta excluindo IFRS 16	63.260	66.070	84.175	63.260	84.175	(4,25)	(24,85)	(24,85)
Dívida líquida (US\$ milhões)	78.861	75.419	69.378	78.861	69.378	4,56	13,67	13,67
Dívida líquida excluindo IFRS 16* (US\$ milhões)	55.000	51.588	69.193	55.000	69.193	6,61	(20,51)	(20,51)
Dívida líquida/LTM EBITDA	2,46	2,58	2,34	2,46	2,34	(4,65)	5,13	5,13
Dívida líquida/LTM EBITDA Ajustado excluindo IFRS 16(x)* **	1,99	1,96	2,34	1,99	2,34	1,53	(14,96)	(14,96)
Dólar médio de venda	4,12	3,97	3,81	3,95	3,65	3,78	8,14	8,22
Brent (US\$/bbl)	63,25	61,94	67,76	64,30	71,04	2,11	(6,66)	(9,49)
Preço de venda petróleo	63,00	58,10	66,71	61,25	66,66	8,43	(5,56)	(8,12)
Preço derivados básicos - Mercado interno (R\$/bbl)	308,56	289,78	312,35	296,01	299,70	6,48	(1,21)	(1,23)
TAR (Taxa de acidentes registrados por milhão de	0,76	0,75	1,01	0,76	1,01	1,33	(24,75)	(24,75)
ROCE Ajustado excluindo IFRS 16	8,22	7,42	8,54	8,22	8,54	10,78	(3,75)	(3,75)

\* Vide reconciliação do Lucro líquido e EBITDA Ajustado excluindo itens especiais e os efeitos do IFRS 16 na seção de Itens especiais do Release de Resultados 2019. Vide os efeitos do IFRS na seção Impactos do IFRS 16 do Release de Resultados 2019.

\*\* índice calculado utilizando o endividamento em reais.

Os comentários dos Diretores Executivos referentes às demonstrações financeiras do exercício social de 2019 estão disponíveis no item 10 do Formulário de Referência e nas Demonstrações Financeiras da Petrobras, no seguinte endereço: <https://www.investidorpetrobras.com.br/resultados-e-comunicados/central-de-resultados/>.

## 9. Governança corporativa

Por ser uma Companhia de capital aberto, a Petrobras segue as regras da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da B3 (ex-BM&FBovespa) no Brasil. No exterior, a Companhia cumpre as normas da Securities and Exchange Commission (SEC) e da New York Stock Exchange - NYSE, nos Estados Unidos.

A estrutura de governança corporativa da Petrobras é composta por: Assembleia Geral de Acionistas, Conselho Fiscal, Conselho de Administração (CA) e seus comitês (Comitês do CA), Auditorias (Interna e Externa), Ouvidoria-Geral, Diretoria Executiva e seus comitês (Comitês Técnicos Estatutários e Comitês Executivos Consultivos ou Deliberativos).

O Conselho de Administração é um órgão colegiado de orientação e direção superior da Petrobras. Suas atribuições estão estabelecidas na Lei nº 6.404/1976 e no Estatuto Social da Companhia.

O Estatuto Social prevê que o Conselho de Administração deve ser composto, no mínimo, por 40% de membros independentes, considerando em seu cômputo os eleitos pelos empregados, sendo que os critérios de independência deverão respeitar os termos do artigo 22, §1º, da Lei nº 13.303/2016, do artigo 36, §1º, do Decreto nº 8.945/2016 e do Regulamento do Nível 2, respeitando-se o critério mais rigoroso, em caso de divergência entre as regras.

O Conselho de Administração conta com seis comitês de assessoramento, órgãos estatutários de caráter permanente, com atribuições específicas de análise e recomendação sobre determinadas matérias, vinculados diretamente ao Conselho: Comitê de Investimentos; Comitê de Auditoria Estatutário; Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras, Comitê de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS); Comitê de Pessoas; e Comitê de Minoritários.

### Estrutura de Governança



Esse órgão é composto por, no mínimo, sete membros e, no máximo, onze membros eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, que também deverá designar dentre esses o Presidente do Conselho, todos com prazo de gestão unificado, que não poderá ser superior a dois anos, admitidas, no máximo, três reeleições consecutivas.

Os referidos comitês são compostos por membros do Conselho de Administração e/ou por pessoas de mercado de notória experiência e capacidade técnica e têm por objetivo assessorá-lo no cumprimento de suas responsabilidades de orientação e direção superior da Companhia, com atribuições específicas relacionadas ao escopo de atuação.

A composição e as regras de funcionamento dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração são disciplinadas em regimentos internos próprios aprovados pelo Conselho de Administração.

No exercício de 2019 foram realizadas 37 reuniões do Conselho de Administração, sendo 12 reuniões ordinárias e 25 extraordinárias.

A Diretoria Executiva é o órgão responsável pela gestão dos negócios da Companhia, de acordo com a missão, os objetivos, as estratégias e as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração.

A Diretoria Executiva é composta por um Presidente, escolhido dentre os membros do Conselho de Administração, e oito Diretores Executivos, eleitos pelo Conselho para um prazo de gestão unificado de até dois anos sendo permitidas, no máximo, três reeleições consecutivas. Entre os membros da Diretoria Executiva, apenas o Presidente é membro do Conselho de Administração sem, no entanto, presidir o órgão.

O Conselho de Administração deverá observar na escolha e eleição dos membros da Diretoria Executiva a sua capacidade profissional, notório conhecimento e especialização nas respectivas áreas de contato em que esses administradores irão atuar, observado o Plano Básico de Organização.

A investidura em cargo de administração da Companhia observará as condições impostas pelos artigos 147 e 162 da Lei nº 6.404/1976, bem como aquelas previstas na Lei nº 13.303/2016 e em nossa Política de Indicação.

Os membros da Diretoria Executiva atuam individualmente, nas atividades das unidades de suas respectivas áreas de contato, conforme atribuições previstas no Plano Básico de Organização, bem como por meio de reuniões da Diretoria Executiva.

Ao Diretor Executivo responsável pelas áreas de governança e conformidade compete analisar e emitir parecer quanto

à conformidade processual de pautas submetidas à Diretoria Executiva.

Em caso de parecer não favorável, a pauta não seguirá para deliberação da DE, devendo retornar ao seu emissor para enquadrá-la na conformidade requerida.

Os Comitês Técnicos Estatutários (CTE) são órgãos colegiados, de caráter consultivo, previstos no Estatuto Social, compostos por titulares da estrutura geral da Companhia, e com vínculo de assessoramento a um membro da Diretoria Executiva.

Os membros da Diretoria Executiva contam com até 8 (oito) Comitês Técnicos Estatutários de assessoramento, com atribuições específicas de análise e recomendação sobre determinadas matérias, na forma do respectivo Regimento Interno, observado o disposto no artigo 160 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/1976).

Atualmente, estão em funcionamento os seguintes Comitês Técnicos Estatutários:

- Comitê Técnico Estatutário de Desenvolvimento da Produção;
- Comitê Técnico Estatutário de Exploração e Produção;
- Comitê Técnico Estatutário de Refino e Gás Natural;
- Comitê Técnico Estatutário Financeiro e de Relacionamento com Investidores;
- Comitê Técnico Estatutário de Comercialização e Logística;
- Comitê Técnico Estatutário de Governança e Conformidade;
- Comitê Técnico Estatutário de Relacionamento Institucional; e
- Comitê Técnico Estatutário de Transformação Digital e Inovação.

Adicionalmente, a Diretoria Executiva contará com o assessoramento do Comitê Técnico Estatutário de Investimento e Desinvestimento, a ela vinculado, composto por gerentes executivos, para os assuntos relacionados ao

acompanhamento e execução de projetos de investimento e de desinvestimento da Companhia.

A composição e as regras de funcionamento dos Comitês Técnicos Estatutários são disciplinadas em regimento aprovado pelo Conselho de Administração.

A Diretoria Executiva também pode criar comitês, vinculados a este órgão ou diretamente a um de seus membros. Os comitês podem ser de natureza deliberativa ou consultiva e têm a finalidade de auxiliar a Diretoria Executiva no cumprimento de suas atribuições e responsabilidades. Esses comitês são compostos por gestores de diferentes áreas da Companhia, de forma a garantir uma visão multidisciplinar nas análises e discussões das matérias, bem como no processo de tomada de decisão.

A composição e as regras de funcionamento desses comitês serão disciplinadas em regimentos a serem aprovados pela Diretoria Executiva.

Os Comitês Deliberativos e Consultivos, também denominados Comitês Executivos, podem constituir comissões e grupos de trabalho, com atuação predominantemente tática e operacional, para apoiá-los no desempenho de suas atribuições.

Atualmente, estão em funcionamento os seguintes Comitês Deliberativos e Consultivos: (i) Comitê Executivo de Riscos; e (ii) Comitê Executivo de Segurança, Meio Ambiente e Saúde.

O Conselho Fiscal da Petrobras tem funcionamento permanente, possui Regimento Interno próprio, aprovado por este colegiado, e foi instalado em 17 de fevereiro de 1956.

O Conselho Fiscal é um órgão colegiado não integrante da administração, ao qual cabe, por meio de sua função fiscalizadora, representar os acionistas, acompanhando a ação dos administradores.

Tem como objetivo geral verificar o cumprimento dos deveres legais e estatutários e defender os interesses da Petrobras e dos acionistas. A função fiscalizadora não se limita a verificar a legalidade dos atos, mas envolve todo o nível necessário de informação para salvaguardar o interesse dos acionistas sem, contudo, interferir na própria administração.

É composto atualmente por cinco membros efetivos e respectivos suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária, todos residentes no país, observados os requisitos e impedimentos fixados na Lei das Sociedades por Ações, na Política de Indicação, no Decreto nº 8.945/16 e no artigo 21, §§1º, 2º e 3º do Estatuto Social, dos quais um será eleito pelos acionistas minoritários e outro pelos detentores de ações preferenciais - em votação em separado - e três são indicados pela União, sendo um indicado pelo Ministro da Economia, como representante do Tesouro Nacional. O prazo de atuação dos membros do Conselho Fiscal é de um ano, permitidas duas reeleições consecutivas.

São realizadas reuniões periódicas conjuntas entre o Conselho Fiscal e o Comitê de Auditoria Estatutário, cuja pauta reflete os principais acontecimentos da Companhia, principalmente com relação à administração de riscos e governança.

O Conselho de Administração deverá realizar reuniões periódicas com o Conselho Fiscal, conforme calendário anual aprovado com este órgão.

#### **Administração de conflito de interesses**

Além de atender ao artigo 115 § 1º da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia dispõe de documentos que tratam da identificação e administração de conflitos de interesse: Diretrizes de Governança Corporativa da Petrobras, Código de Conduta Ética da Petrobras, Programa Petrobras de Prevenção da Corrupção (PPPC) e Código de Boas Práticas da Petrobras, que inclui as Políticas de Indicação e de Transação com Partes Relacionadas.



O Estatuto Social da Petrobras, em seu artigo 21, determina que o indicado para cargo de Administração não poderá apresentar qualquer forma de conflito de interesse com a Companhia.

O artigo 28 do Estatuto prevê hipóteses de conflito de interesses posterior ao término de gestão dos administradores e membros do Conselho Fiscal, impedindo-os de exercer determinadas atividades, por um período de seis meses, mediante remuneração compensatória, precedida de manifestação formal da Comissão de Ética da Petrobras, que decidirá com o subsídio das áreas técnicas, quando necessários ao exame da matéria, para os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

#### **Avaliação de desempenho da Alta Administração**

A avaliação de desempenho do Conselho de Administração e de seus comitês de assessoramento, enquanto colegiados, e de cada um de seus membros, individualmente, ocorre anualmente e está prevista no Estatuto Social, nas Diretrizes de Governança Corporativa da Companhia e no Regimento Interno do Conselho de Administração.

Segundo nosso Estatuto Social, cabe ao Conselho de Administração avaliar, anualmente, os resultados de desempenho, individual e coletivo, dos administradores e dos membros dos Comitês do Conselho, com o apoio metodológico e procedimental do Comitê de Pessoas, observados quesitos mínimos, como a exposição dos atos de gestão praticados quanto à licitude e à eficácia da ação gerencial e administrativa; a contribuição para o resultado do exercício; a consecução dos objetivos estabelecidos no plano de negócios e o atendimento à nossa estratégia de longo prazo.

A sistemática que detalha os procedimentos de avaliação do Conselho de Administração é realizada por uma empresa externa especializada e foi aprovada pelo Conselho de

Administração. A metodologia tem como objetivo analisar periodicamente o desempenho e a contribuição dos nossos órgãos de administração, dos nossos administradores e dos membros dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração para o alcance dos objetivos e metas estabelecidos no plano estratégico, visando atingir resultados mais eficientes e eficazes e contribuir para o fortalecimento de nossa imagem e reputação junto aos nossos públicos de interesse.

O ciclo de avaliação anual do Conselho de Administração e seus Comitês referente a 2019 foi concluído em abril de 2020.

Não é previsto impacto da avaliação de desempenho na remuneração dos membros do Conselho de Administração e seus Comitês, uma vez que a remuneração recebida por esses é fixa.

O Conselho de Administração deverá avaliar, anualmente, o desempenho da Diretoria Executiva, a partir de sistemática e critérios por ele definidos. A avaliação de desempenho da Diretoria Executiva está prevista no Estatuto Social, nas Diretrizes de Governança Corporativa da Companhia e foi incluída no Regimento Interno desse Colegiado.

A metodologia de avaliação da Diretoria Executiva foi aprovada pelo Conselho de Administração e consiste na avaliação do alcance das métricas definidas pelo Conselho e na avaliação qualitativa de quatro critérios: estratégia, processo decisório, estrutura e identidade.

Os resultados da avaliação individual e coletiva da Diretoria Executiva, relativos ao ciclo de 2019, foram apresentados em relatório final encaminhado ao Comitê de Pessoas, que os reportou ao CA.

O resultado da avaliação de desempenho é utilizado no Programa de Remuneração Variável dos membros da Diretoria Executiva. Dessa forma, caso todos os pré-requisitos e metas do programa sejam atendidos, o indicador de avaliação da Diretoria pelo Conselho de Administração terá influência na remuneração variável do participante.

O processo de avaliação anual de desempenho do Conselho Fiscal é realizado internamente, por meio de autoavaliação, aprovada por este Colegiado em 20 de março de 2017, tendo como principal métrica a execução do Plano Anual de Trabalho, em atenção ao artigo 2º e parágrafo único da Resolução nº 7, de 29 de setembro de 2015, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR).

Em 2019, o Conselho Fiscal da Petrobras realizou a autoavaliação de desempenho em 29 de março, com base no Plano de Trabalho 2018/2019, aprovado por este Colegiado em reunião de 07 de maio de 2018.

Em 2020, em virtude da Covid-19, o Conselho Fiscal da Petrobras realizou a autoavaliação de desempenho, excepcionalmente, em 13 de maio, com base no Plano de Trabalho 2019/2020, aprovado em 06 de maio de 2019.

#### **Principais melhorias em governança corporativa**

Em 2019 e 2020, a Petrobras promoveu uma série de ações de melhoria da governança corporativa, com o intuito de implementar melhores práticas alinhadas ao mercado e à estratégia da Companhia e em conformidade com as exigências dos regramentos de governança adotados pela Companhia, entre eles, a Lei nº 13.303/2016, o Decreto nº 8.945/2016 e o Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da B3.

Dentre as principais ações realizadas no período, destacamos:

- *Revisão do Estatuto Social*

As revisões do Estatuto Social, entre outros pontos, compreenderam:

- **Revisão de competências:** a Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 25 de abril de 2019, aprovou a mudança na competência de aprovação das alterações organizacionais, tendo em vista a necessidade de (i) retornar o Conselho de

Administração ao seu papel estratégico; (ii) mover a Companhia de um modelo influenciado por “situações de desconfiança” para um modelo de “delegação com *accountability*”; (iii) redistribuir as decisões com revisão das atribuições/alçadas e; (iv) aumentar a eficiência do processo decisório provendo mais agilidade.

Neste contexto, as atribuições e a denominação das diretorias foram transferidas para o Plano Básico de Organização (PBO) e passaram a ser matéria de competência do Conselho de Administração.

Desta forma, ajustes organizacionais não mais demandarão alterações no Estatuto Social, reduzindo assim a complexidade e os custos para a Companhia.

- **Maior eficiência nas decisões colegiadas:** de acordo com a revisão do Estatuto Social, aprovada na mesma ocasião, não haverá mais necessidade de uma pauta fixa anual no Conselho de Administração para avaliar os limites de competência da Diretoria Executiva e o que seria objeto de avocação pelo Conselho de Administração. Nesse contexto, essa competência somente será exercida caso a revisão desses limites seja necessária, tornando mais eficiente a atuação do colegiado.

Outra medida aprovada pelos acionistas foi no sentido de modificar a competência, que era da Assembleia Geral, no que diz respeito à alienação do controle do capital social de subsidiárias integrais da Companhia, migrando esta atribuição para o Conselho de Administração. Cumpre salientar que, com base na Lei nº 6.404/1976, não há previsão expressa que atribua esta competência à Assembleia Geral, sendo, portanto, possível de ser atribuída ao Conselho de Administração.

- **Membros externos:** a Assembleia Geral de 30 de setembro de 2019 aprovou a recomendação expressa no Código Brasileiro de Governança Corporativa, com a previsão de composição do

Conselho de Administração por membros externos, ou seja, sem vínculos estatutários ou empregatícios atuais com a Companhia, exceto nos casos do Presidente e do membro eleito pelos empregados.

- **Criação de nova área:** a mesma Assembleia aprovou a criação da área de Transformação Digital e Inovação (TDI). Esta área tem o propósito de preparar a Petrobras para um ambiente mais competitivo, com base na eficiência de custos, escala e transformação digital, garantindo constante desenvolvimento de competências tecnológicas em áreas com potencial de desenvolvimento, fortalecendo o desempenho do negócio atual, capturando as oportunidades criadas pela transformação digital e aplicando novas tecnologias aos processos da Companhia, sempre com foco na agregação de valor.

- **Regras mais claras sobre impedimentos:** na mesma ocasião, foi aprovada a inclusão expressa no Estatuto Social das hipóteses de impedimento para a assunção de cargo de administrador da Petrobras, na forma da Lei nº 13.303/2016 e do Decreto nº 8.945/2016.

- **Participações societárias:** outra deliberação nessa mesma data diz respeito à alteração do Estatuto Social, de forma a compatibilizar o percentual de participação societária em outras sociedades, que impede os administradores da Companhia de participar de deliberação envolvendo tais sociedades, com o percentual previsto na Política de Transações com Partes Relacionadas, reduzindo-o de 10% para qualquer percentual de participação, como medida de boa governança.

- **Membros independentes:** a Assembleia Geral de 30 de setembro de 2019 aprovou, ainda, a inclusão no Estatuto Social da recomendação constante no Código Brasileiro de Governança Corporativa, trazendo para a competência do Conselho de Administração a avaliação e divulgação anual dos membros independentes.

- **Declarações:** a Assembleia Geral de 4 de março de 2020 aprovou alteração no

Estatuto Social para permitir aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva a possibilidade de optar pelo preenchimento de formulário específico ou autorização de acesso aos dados de bens e rendas de suas declarações anuais de imposto de renda e respectivas retificações, pelo período de seu mandato.

- **Indicação de Titulares da Estrutura Geral:** a Assembleia Geral de 4 de março de 2020 também atribuiu à Diretoria Executiva a competência para aprovar a designação e destituição dos titulares da estrutura geral diretamente vinculados à Diretoria.

- **Assembleia Digital:** a Assembleia Geral de 9 de julho de 2020 aprovou alteração no Estatuto Social a fim de prever, expressamente, a possibilidade de realização de Assembleia Geral de Acionistas de forma parcial ou exclusivamente digital, além da forma presencial.

#### • *Revisão do Código de Boas Práticas*

O Código de Boas Práticas da Petrobras reúne as principais políticas de governança da Companhia e visa aprimorar e fortalecer os mecanismos de governança da Petrobras, orientando a atuação de seus conselheiros, diretores executivos, gestores, empregados e colaboradores. O Código é composto atualmente pelas seguintes políticas:

(i) Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e de Negociação de Valores Mobiliários;

(ii) Política de Indicação de Membros da Alta Administração e do Conselho Fiscal;

(iii) Política de Compliance;

(iv) Política de Gestão de Riscos Empresariais;

(v) Política da Função Ouvidoria;

(vi) Política de Remuneração aos Acionistas;

(vii) Política de Comunicação;

(viii) Política de Transações com Partes Relacionadas da Petrobras;

(ix) Política de Governança Corporativa e Societária; e

(x) Política de Aplicação e Governança do Compromisso de Indenidade.

Em 2019 e 2020 foram revisadas/aprovadas as seguintes políticas corporativas:

- **Política de Indicação de Membros da Alta Administração e do Conselho Fiscal:** aprovada pelo Conselho de Administração em setembro de 2016 e revisada, por último, em julho de 2020, a política estabelece os requisitos mínimos, incluindo requisitos adicionais aos da Lei nº 13.303/2016 e do Decreto nº 8.945/2016, e diretrizes para indicação de membros da Alta Administração e do Conselho Fiscal da Petrobras e de suas participações societárias, conforme artigo 16 do Estatuto Social da Petrobras e artigos 10, parágrafo único, e 14, III, da Lei nº 13.303/2016. São requisitos fundamentais a capacidade técnica e de gestão, além da avaliação de integridade, por meio do *Background Check* de Integridade (BCI).

- **Política de Transações com Partes Relacionadas da Petrobras:** aprovada pelo Conselho de Administração em dezembro de 2016 e revisada, por último, em novembro de 2019, reforça os princípios de conduta ética, comutatividade, equidade e transparência nas operações com partes relacionadas. Transações com partes relacionadas são aquelas relacionadas à transferência de recursos, serviços ou obrigações entre a Petrobras e uma parte relacionada.

- **Política de Remuneração aos Acionistas:** aprovada em agosto de 2019, tem como propósito, entre outros, estabelecer as regras e procedimentos relativos à distribuição de proventos por meio de Dividendos e/ou Juros sobre Capital Próprio (JCP), de maneira transparente e de acordo com as normas legais, estatutárias e demais regulamentos internos.

• **Programa Destaque em Governança de Estatais da B3**

A Petrobras solicitou, em 29 de janeiro de 2020, sua desvinculação do Programa Destaque em Governança de Estatais da B3. A adesão ao Programa ocorreu em agosto de 2017. Em seguida, a Companhia continuou evoluindo no aperfeiçoamento de suas práticas de governança, tendo aderido ao segmento especial de listagem Nível 2 de Governança Corporativa da B3, em maio de 2018, que se destaca, dentre outros aspectos, pelas regras mais rigorosas de transparência e governança. Nesse sentido, a Petrobras permanece sob supervisão da B3 enquanto companhia aberta.

A solicitação de desvinculação da Petrobras do Programa Destaque em Governança de Estatais foi atendida pela B3, por meio de ofício, em 13 de fevereiro de 2020.

• **Manutenção do Nível 1 de Governança do IG-SEST**

Em agosto de 2019, a Petrobras obteve, pela quarta vez consecutiva, nota máxima em todas as dimensões no 4º Ciclo da Certificação do Indicador de Governança (IG-SEST), elaborado pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), do Ministério da Economia. A Companhia manteve a nota 10,0 em todos os itens das dimensões Gestão, Controle e Auditoria, Transparência das Informações e Conselhos, Comitês e Diretorias, preservando o Nível 1 de governança (nível de excelência).

O IG-SEST é um instrumento de acompanhamento contínuo, com objetivo de avaliar o cumprimento dos requisitos exigidos pela Lei nº 13.303/2016 e pelas diretrizes estabelecidas nas Resoluções da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR), que buscam implementar as melhores práticas de mercado e maior nível de excelência em governança corporativa nas empresas estatais federais.

O objetivo da SEST é que as estatais desenvolvam ações além daquelas necessárias ao mero cumprimento de requisitos legais. Nesse sentido, a cada ciclo, a Secretaria realiza a reavaliação do questionário: itens já atendidos são excluídos ou substituídos por outros de maior complexidade e que, consequentemente, demandam maior esforço das empresas na busca do melhor nível.

• *Programas de Treinamento e Capacitação em Governança Corporativa*

Os administradores e conselheiros fiscais das empresas estatais, inclusive os representantes de empregados e minoritários, devem participar, na posse e anualmente, de treinamentos específicos disponibilizados pela Companhia sobre legislação societária e de mercado de capitais; divulgação de informações; controle interno; código de conduta, Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e demais temas relacionados às atividades da Companhia.

A Companhia conta, desde 2016, com um modelo de treinamento para administradores e conselheiros fiscais. O modelo de treinamento é composto pelo Programa de Treinamento para Novos Administradores e Conselheiros Fiscais e pelo Programa Periódico de Treinamento de Administradores e Conselheiros Fiscais.

O Programa de Treinamento para Novos Administradores e Conselheiros Fiscais, voltado para os novos membros do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal que acabam de ingressar na Companhia, busca possibilitar uma compreensão ampla acerca dos desafios, deveres e responsabilidades atinentes aos cargos, em uma empresa do porte e complexidade da Petrobras, e disponibilizar material para leitura, consulta e aprendizagem sobre os principais instrumentos de governança, tais como: políticas corporativas, Código de Conduta Ética, Programa Petrobras de Prevenção à Corrupção, além dos relatórios da administração.

Já o Programa Periódico de Treinamento de Administradores e Conselheiros Fiscais, voltado para o mesmo público-alvo e para os administradores e Conselheiros Fiscais que já atuam na Companhia, visa a disponibilizar treinamentos que promovam o debate recorrente e reflexão sobre temas relevantes para o fortalecimento de uma conduta eficiente, íntegra, ética e responsável.

O Programa de Treinamento para Novos Administradores e Conselheiros Fiscais contempla, dentre outros, os seguintes temas:

- Código de Conduta Ética;
- Modelo de Governança e Processo Decisório;
- Petrobras em *Compliance* e Controles Internos;
- Legislação anticorrupção brasileira e deveres e responsabilidades dos administradores e conselheiros fiscais;
- Segurança, Meio Ambiente e Saúde;
- Desempenho Empresarial;
- Divulgação de Informações ao Mercado e Transações com Partes Relacionadas;
- Plano Estratégico; e
- Gestão de Riscos na Petrobras.

Adicionalmente são oferecidas apresentações opcionais sobre as áreas de negócio da Companhia.

Em 2019, foram realizados treinamentos de ambientação para 6 (seis) novos Conselheiros de Administração, incluindo o Presidente da Companhia e o representante dos empregados, para 7 (sete) novos Diretores Executivos, para 2 (dois) novos Conselheiros Fiscais e para 2 (dois) novos membros externos de Comitês do Conselho de Administração, com um total de 16 (dezesesseis) sessões presenciais de treinamento.

O Programa Periódico de Treinamento de Administradores e Conselheiros Fiscais, por sua vez, disponibilizou os seguintes módulos em 2019:

- Impactos da Lei nº 13.709/2018 na Companhia (Lei Geral de Proteção de Dados);

- O maior ativismo societário da base acionária minoritária e seus reflexos para a alta administração da Companhia;

- Gestão de Riscos na Petrobras;

- Importância dos controles “*entity level*” para a Petrobras; e

- O compromisso da alta administração com a cultura de *Compliance* (*Tone at the top*).

A execução desses 5 (cinco) módulos se deu por meio de 2 (duas) sessões presenciais e 5 (cinco) videoaulas de treinamento distribuídas aos administradores e conselheiros fiscais.

Os treinamentos do Programa Periódico de Treinamento de Administradores e Conselheiros Fiscais para o ano de 2020 estão previstos para serem realizados no segundo semestre do ano corrente.

A Companhia possui, ainda, o Programa de Capacitação em Governança Corporativa e Societária, promovido pela Universidade Petrobras e destinado a técnicos que atuam na área de governança e profissionais ligados ao tema, administradores, dirigentes e gestores da Petrobras e de suas sociedades. Entre 2011 e 2019 foram realizadas 56 turmas, totalizando cerca de 2.250 profissionais treinados.

Informações adicionais sobre o comprometimento da Companhia para com os princípios de governança corporativa e as práticas adotadas em empresas de porte e complexidade similares às da Petrobras, podem ser encontradas no Informe sobre o Código Brasileiro de Governança Corporativa, apresentado anualmente pela Petrobras à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), em atendimento à Instrução CVM 480/09.

Mais informações sobre governança corporativa estão disponíveis nos itens 8.2, 12.1, 12.2, 12.3 e 12.12 do Formulário de Referência, em: <https://www.investidorpetrobras.com.br/pt/resultados-e-comunicados/relatorios-anuais>.

## 10. Composição e remuneração da administração

A remuneração dos membros da Diretoria Executiva (DE) da Petrobras é composta de uma parcela fixa e outra variável. Os objetivos e práticas de remuneração são definidos considerando referenciais de mercado para empresas de porte semelhante ao da Companhia, e visam reconhecer e remunerar os membros da DE considerando a responsabilidade, o tempo dedicado à função, a competência e reputação profissional, bem como o desempenho e os esforços dos administradores para o atingimento das estratégias e metas de curto, médio e longo prazos da Companhia.

A remuneração fixa dos membros da DE é composta por honorários mensais propostos pelo Comitê de Pessoas (COPE) ao Conselho de Administração (CA) e definidos anualmente pela Assembleia Geral, de acordo com o artigo 152 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações).

O COPE é vinculado ao CA, sendo composto por Conselheiros de Administração e/ou pessoas do mercado que detenham notória experiência e capacidade técnica. O Comitê possui, entre as suas atribuições, avaliar e propor políticas e mecanismos de remuneração dos membros da alta administração ao CA, observadas as estratégias da Companhia e referenciais de mercado. Compete ao CA aprovar as proposições apresentadas pelo COPE.

Para o exercício de 2019, o CA aprovou um novo modelo de remuneração variável para todos os empregados da Petrobras: o Programa de Prêmio por Performance (PPP), que alinhado ao Plano Estratégico, valoriza a meritocracia, a eficiência e está atrelado ao desempenho individual dos empregados e ao resultado das áreas, além do atingimento das métricas de desempenho da Companhia.

O PPP substituiu todos os demais benefícios relativos à remuneração



variável pagos pela Companhia no exercício 2018, como a Participação nos Lucros e Resultados (PLR), o Programa de Remuneração Variável dos Empregados (PRVE) e a Remuneração Variável dos Administradores (RVA).

No cálculo da remuneração variável, são consideradas algumas metas comuns à Companhia (métricas de topo da Petrobras), as metas específicas de cada área e as individuais de cada profissional. Para fins de cálculo da remuneração variável, os membros da DE são avaliados pelo CA.

O pagamento da remuneração variável estava previsto para ocorrer em maio/2020, tendo sido postergado para dezembro/2020, em razão das implicações causadas pela pandemia da Covid-19.

No cálculo da remuneração variável são levados em consideração indicadores de desempenho negociados com a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), legislação pertinente, práticas de mercado para empresas de óleo e gás que atuam no Brasil de porte semelhante ao da Companhia, identificadas por meio de pesquisas realizadas por consultoria especializada e o valor definido em Assembleia Geral.

O programa de remuneração variável da DE da Petrobras é pago uma parcela à vista e o restante do pagamento é diferido nos quatro anos seguintes, desde que seus pré-requisitos e as metas estabelecidas sejam alcançados.

Em 2017 e 2018 não houve pagamento de remuneração variável. Em 2019 houve o pagamento da 1ª parcela do Programa de Remuneração Variável referente ao exercício de 2018.

O valor da remuneração a ser pago no âmbito do Programa de Remuneração Variável da Petrobras varia conforme o percentual de atingimento das metas, e é calculado com base nos resultados da

Companhia. A Companhia não distribui remuneração baseada em ações.

A remuneração fixa do Conselho de Administração é composta por honorários mensais propostos pelo Comitê de Pessoas ao Conselho de Administração e definidos anualmente em Assembleia Geral, de acordo com o artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações e com a Lei nº 9.292, de 12 de julho de 1996.

Os objetivos e práticas de remuneração visam remunerar os conselheiros da Companhia de acordo com as orientações e normas aplicáveis às estatais federais.

A Lei nº 9.292/96 estabelece que a remuneração dos membros do Conselho de Administração de sociedades de economia mista, como a Companhia, “não excederá, em nenhuma hipótese, a dez por cento da remuneração mensal média dos diretores das respectivas empresas”.

O Presidente da Companhia é membro do Conselho de Administração, no entanto esta participação não é remunerada.

Além disso, conforme estabelece o art. 38, §8º do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, os membros do Conselho de Administração que participarem do Comitê de Auditoria e do Comitê de Auditoria do Conglomerado Petrobras renunciarão à remuneração de Conselheiro de Administração.

Atualmente, cinco membros do Conselho de Administração são integrantes do Comitê de Auditoria e/ou do Comitê de Auditoria do Conglomerado Petrobras.

A remuneração recebida por membros do Conselho de Administração é fixa, sem indicador vinculado.

A remuneração fixa do Conselho Fiscal é composta por honorários mensais definidos anualmente em Assembleia Geral, de acordo com o artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações e com a Lei nº 9.292/96.

A Lei nº 9.292/96, estabelece que a remuneração dos membros do Conselho Fiscal de sociedades de economia mista, como a Companhia, “não excederá, em nenhuma hipótese, a dez por cento da remuneração mensal média dos diretores das respectivas empresas”.

Na Companhia, existem 6 (seis) Comitês Estatutários vinculados ao Conselho de Administração, quais sejam, o Comitê de Auditoria; o Comitê de Segurança, Meio Ambiente e Saúde; o Comitê de Pessoas; o Comitê de Investimentos; Comitê de Minoritários e o Comitê de Auditoria do Conglomerado Petrobras.

Conforme orientação da SEST, a remuneração pela participação nos Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração não deve ser incluída na remuneração global dos administradores aprovada em Assembleia.

Os honorários mensais dos membros integrantes do Comitê de Auditoria e do Comitê de Auditoria do Conglomerado Petrobras correspondem a 40% para o Presidente do Comitê e 30% para os demais membros, da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores relativos a férias e benefícios, em atendimento ao que dispõe o art. 38, §8º do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016.

Os honorários mensais dos membros integrantes dos demais comitês de assessoramento do Conselho de Administração, por participação em Comitê, correspondem a 50% dos honorários mensais dos Conselheiros de Administração, estando, portanto, vinculados ao reajuste de tais honorários.

Os membros dos Comitês Técnicos Estatutários, descritos no Capítulo 9, desta Carta, não são remunerados pela participação nos referidos Comitês.

No Estatuto Social da Companhia, em seu art. 28, está prevista a figura da quarentena, disposta na Lei nº 12.813/2013, que trata sobre o conflito

de interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Executivo Federal e impedimentos posteriores ao exercício do cargo ou emprego público.

O pagamento da quarentena está condicionado à manifestação da Comissão de Ética Pública, nos termos da legislação vigente, para os membros da Diretoria Executiva e da Comissão de Ética da Petrobras, para os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

Em 2019, a remuneração anual média de nossa Diretoria Executiva foi de R\$ 2.929.586,16, enquanto a do Conselho de Administração foi de R\$ 194.282,26 e a do Conselho Fiscal, de R\$ 132.369,10. Esses valores são apurados conforme orientações da CVM.

A Assembleia Geral Ordinária realizada em 22/07/2020 fixou a remuneração dos administradores, dos membros do Conselho Fiscal e dos membros dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração seguindo a orientação da SEST, com limite de remuneração global no período compreendido entre abril de 2020 e março de 2021 de até R\$43.343.436,91, a ser paga aos administradores; de até R\$1.235.599,05, a ser paga aos Conselheiros Fiscais; de até R\$1.744.375,13, a ser paga ao Comitê de Auditoria Estatutário; de até R\$2.791.000,21, a ser paga ao Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado; e de até R\$ 1.395.500,11, a ser paga aos demais comitês estatutários de assessoramento ao CA.

A remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal encontra-se a seguir.

Outras informações sobre composição da administração e remuneração estão disponíveis nos itens 12.1, 13.1 e 13.11 do Formulário de Referência, em: <https://www.investidorpetrobras.com.br/pt/resultados-e-comunicados/relatorios-anuais#formulario-de-referencia>.

**Remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal - Valores Anuais**

	Diretoria Executiva		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Nº de membros	7,67	7,92	7,92
Nº de membros remunerados	7,67	7,92	7,92
Valor da maior Remuneração (Reais)	2.711.572,79	2.345.948,12	2.347.432,34
Valor da menor Remuneração (Reais)	2.023.422,94	2.017.773,48	1.860.873,09
Valor médio da Remuneração (Reais)	2.929.586,16	2.225.262,75	2.112.962,39
	Conselho de Administração		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Nº de membros	9,75	10,08	9,00
Nº de membros remunerados	5,00	6,00	5,75
Valor da maior Remuneração (Reais)	173.558,09	225.339,87	210.653,11
Valor da menor Remuneração (Reais)	173.558,09	180.152,78	137.072,73
Valor médio da Remuneração (Reais)	194.282,26	186.514,27	169.538,52
	Conselho Fiscal		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Nº de membros	5,00	5,00	5,00
Nº de membros remunerados	5,00	5,00	5,00
Valor da maior Remuneração (Reais)	138.186,70	184.628,63	164.487,28
Valor da menor Remuneração (Reais)	138.186,70	153.857,19	164.487,28
Valor médio da Remuneração (Reais)	132.369,10	178.351,30	160.068,62

**Composição e experiência profissional da Administração e do Conselho Fiscal**

A descrição da experiência profissional de nossa administração e do nosso Conselho Fiscal, bem como a caracterização dos membros do Conselho de Administração e comitês de assessoramento como independentes e pessoas politicamente expostas encontram-se nos itens 12.5/6 e 12.7/8 do Formulário de Referência da Petrobras, disponível no website da Companhia: <https://www.investidorpetrobras.com.br/pt> ou, ainda, no site da CVM, no seguinte endereço eletrônico: <http://www.cvm.gov.br/>.

